

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RENATO MARTINS DE LIMA

A CULPA NÃO É DELAS:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO, VÍTIMA E AGRESSOR

CAMPO GRANDE
2020

RENATO MARTINS DE LIMA

**A CULPA NÃO É DAS MULHERES:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO, VÍTIMA E AGRESSOR**

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Zaira de Andrade Lopes

**CAMPO GRANDE
2020**

A CULPA NÃO É DAS MULHERES: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO, VÍTIMA E AGRESSOR.

RENATO MARTINS DE LIMA

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia (PPGpsi/UFMS) à Comissão Examinadora da Universidade Federal do
Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Campo Grande.

Prof.^a. Dr.^a. Alexandra Ayach Anache
Coordenadora do PPGpsi/UFMS

Apresentando à Banca Examinadora composta
pelas professoras e pelos professores:

Prof.^a. Dr.^a Zaira de Andrade Lopes
Presidente - Orientadora – UFMS

Prof.^a. Dr.^a JACY CORREA CURADO
Membro Interno - UFMS

Prof. Dr. PEDRINHO ARCIDES GUARESCHI
Membro Externo – UFRGS

Prof. Dr. ALBERTO MESAQUE MARTINS
Membro Interno - UFMS

CAMPO GRANDE, 21 DE AGOSTO DE 2020

“A mãe reparou que o menino gostava mais do vazio do que do cheio. Falava que vazios são maiores e até infinitos. Com o tempo aquele menino que era cismado e esquisito porque gostava de carregar água na peneira”.

(Manoel de Barros)

AGRADECIMENTOS

O Deus, que previsivelmente, eu registro nesta sessão é o Jesus dos cristãos, presente aqui não somente como um marcador religioso e identitário. Minha relação de gratidão a esse Deus parte do senso de propósito de quem acredita que a vida faz sentido na construção de um bem comum em sociedade a partir da fé e da ciência juntos.

Agradeço também minha família, meu pai, Eliseu, minha mãe Iracy, minha irmã Juliana, meu cunhado Paulo e meu sobrinho Samuel que formam meu núcleo genealógico e que me nutriram desde minha concepção até aqui. Para fazer esta dissertação foi preciso lançar mão de predicados que vieram de casa como perseverança, resiliência, dedicação, “por favor” e “obrigado”. Ainda na categoria família, um agradecimento especial ao meu esposo, Cleverson – o culpado de tudo. Lembro-me do dia em que ele me mandou o edital da seleção já no avançar do calendário e em três dias fiz o pré-projeto e desde então sua presença foi protagonista em cada etapa desta caminhada. Por sua torcida, seu apoio incondicional, sua paciência, tolerância e por ter suportado os altos e baixos (e alguns mais baixos) meu reconhecimento e agradecimento. Essa dissertação foi feita pelas minhas mãos, mas certamente tem mais de um coração envolvido.

À minha orientadora, professora Zaira Lopes, detentora das chaves que abriram muitas portas na minha caminhada acadêmica e que pavimentou esse caminho com seu envolvimento intelectual e emocional nas aulas, orientações e viagens para eventos científicos. Em nome de quem eu agradeço ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMS a partir da querida coordenadora Profa. Dra. Alexandra Ayach Anache e cada professor e professora que em sua generosidade compartilhou conhecimentos e sabedorias, acadêmicos inclusive. Por fim, agradeço a esta banca. Cada nome foi especialmente escolhido, formando uma rede que pode acolher e, também, catapultar essa pesquisa de forma única. Professor Dr. Pedrinho Guareschi, Professora Dra. Jacy Curado e Professor Dr. Alberto Martins, o legado de cada um é admirável e o coração, inspirador. Minha gratidão à oportunidade que vocês me deram para ir além e oferecer algo melhor para a ciência e para a sociedade.

Não poderia encerrar esses agradecimentos sem destacar a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou os 24 meses em que me dediquei exclusivamente a este programa. É um misto de sentimentos. O privilégio de receber do meu País financiamento para desenvolver pesquisa e a tristeza de ter acompanhado a desidratação desse programa, os medos e ansiedades diante de ameaças de cortes de bolsas e testemunhar o fim de um projeto de fomento de educação que excluiu meus colegas que vierem depois de mim e reduziu as possibilidades de contribuição acadêmica do programa o qual eu faço parte. Que o financiamento do ensino e da pesquisa não seja um plano de governo, mas um projeto de Estado.

Diante de cada obstáculo ultrapassado, dificuldades vencidas, noites mal dormidas, vulnerabilidades descobertas, medos, ansiedades, inseguranças que tiveram que ser superados, contornados e reconhecidos, eu agradeço.

Estou aqui.

RESUMO

Este trabalho se pauta no desafio que a violência de gênero dirigida à mulher impele à Psicologia Social. Campo de grande vulto para a academia, políticas públicas e sociedade em geral, revela a necessidade de novas possibilidades de investigações que contribuam para a interpretação deste fenômeno sob diferentes ângulos e oferecer novas contribuições. Com objetivo de analisar representações sociais sobre a violência de gênero, sobre a vítima e sobre o agressor, o estudo, fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais com os estudos de Moscovici (2012), Jodelet (2009) e Guareschi (2015, 2019). Na perspectiva dos estudos de gênero, dando destaque à constituição das masculinidades para compreensão do agressor, bem como o olhar para a vítima dentro de um prisma histórico-cultural que contou com contribuições de Scott (1995), Saffioti (2004), Lopes (2009), Connell (2013), Checchetto (2004) e Manita (2005). Como instrumento para a produção de dados e informações se utilizou da técnica de grupos focais. Foram organizados dois grupos com homens e mulheres, separadamente, da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Foi utilizando como elemento disparador notícias de violência de gênero veiculadas na imprensa online. A escolha por esse elemento se sustenta na relevância da mídia como agente produtor de subjetividade e de realidades dada a sua grande presença no cotidiano dos brasileiros. Os dados foram organizados a partir do software livre Iramuteq, com os grafos de similitudes gerados pela frequência do corpus textual. Os resultados analisados estruturam três núcleos temáticos: Violência, Vítima e Agressor. No núcleo violência identificaram-se as categorias Agressão Física e Desrespeito. No núcleo vítima foi possível identificar as categorias Sexo Frágil, Acredita no Amor, Culpabilização da Mulher e Empoderamento. Já no núcleo Agressor, têm-se as categorias: Consumo de Álcool, Doença, Construção Social, Poder e Controle, e, Coisa de Homem. Os resultados revelaram que a violência de gênero é explicada a partir da Representação Social da culpabilização da mulher, que é partilhada em ambos os grupos de homens e mulheres e que norteia todas as categorias e eixos temáticos elencados na pesquisa. Sugere-se que esta representação social tem origem e é mantida pela ideologia do patriarcado e atua como uma engrenagem da violência de gênero, atuando simultaneamente em dois eixos: por um lado, assegura os privilégios do masculino a partir da relação de dominação e não responsabilização pela agressão e, por outro, imputa às mulheres a responsabilidade pela condição de vítima, reforçando a posição de inferioridade. Com os resultados concluiu-se que a culpabilização ainda sustenta a lógica da violência de gênero, mas, também, que o aparecimento da categoria empoderamento feminino evoca elementos potenciais para futuras transformações das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, fundantes para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Mídia; Representações Sociais

ABSTRACT

This work is based on the challenge that gender violence directed at women impels Social Psychology. A major field for academia, public policies and society in general, it reveals the need for new possibilities for investigations that contribute to the interpretation of this phenomenon from different angles and offer new contributions. In order to identify and analyze social representations about gender violence, about the victim and about the aggressor, the study is based on the Theory of Social Representations with the studies of Moscovici (2012), Jodelet (2009) and Guareschi (2015, 2019). From the perspective of gender studies, highlighting the constitution of masculinities to understand the aggressor, as well as looking at the victim within a historical-cultural prism that had contributions from Scott (1995), Saffioti (2004), Lopes (2009), Connell (2013), Checchetto (2004) and Manita (2005). As a tool for the production of data and information, the focus group technique was used. Two groups were organized with men and women, separately, from the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul. It was using as a trigger element news of gender violence published in the online press. The choice for this element is based on the relevance of the media as an agent that produces subjectivity and realities, given its great presence in the daily lives of Brazilians. The data were organized using the free software Iramuteq, with similarity graphs generated by the frequency of the textual corpus. The analyzed results structure three thematic groups: Violence, Victim and Aggressor. In the violence group, the categories of Physical Aggression and Disrespect were identified. In the victim group it was possible to identify the categories of Fragile Sex, Believe in Love, Women's Guilt and Empowerment. In the Aggressor group, there are the following categories: Alcohol Consumption, Disease, Social Learning, Power and Control, and Man's Thing. The results revealed that gender violence is explained from the Social Representation of the blaming of women, from the identification of this in both groups of men and women and that guides all categories and thematic axes listed in the research. It is suggested that this social representation originates and is maintained by the ideology of patriarchy and acts in the perpetuation of gender violence, on the one hand, ensuring the privileges of the male from the relationship of domination and non-responsibility for aggression and, on the other, imputing to women the condition of being responsible for the condition of victim, reinforcing the position of inferiority. With the results it was concluded that the blame still supports the logic of gender violence and that the emergence of the category of female empowerment attests to potential elements for future transformations of the unequal power relations between men and women, fundamental for confronting violence against women.

Keywords: Gender Violence; Media; Social Representations,

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 de Similitude – Grupo focal de mulheres.....	71
Gráfico 2 de Similitude – Grupo focal de homens.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação Grupo de Homens.....	59
Quadro 2 – Identificação Grupo de Mulheres.....	60
Quadro 3 – Núcleo Temático: Violência.....	84
Quadro 4 – Núcleo Temático: Vítima.....	86
Quadro 5 – Núcleo Temático: Agressor.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI? – AS QUESTÕES TEÓRICAS ...	16
1.1 A RELAÇÃO VÍTIMA E AGRESSOR: PODER E VIOLÊNCIA	16
1.1.1 Vítima, substantivo feminino	17
1.1.2 Da construção social das masculinidades à constituição do agressor	21
1.1.3 Violência de gênero e relações de poder	28
1.1.4 Ideologia como projeto de dominação de gênero	32
CAPÍTULO 2 – ONDE TUDO ACONTECE: MÍDIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE REALIDADES.....	35
2.1 “SE ESTÁ NA INTERNET, ENTÃO É VERDADE”: A MÍDIA COMO VEICULADORA DE SUBJETIVIDADE	35
2.1.1 A verdade do ciberespaço	37
2.1.2 A mídia como veiculadora de subjetividade.....	39
2.1.3 Mídia: janela da violência de gênero	44
2.2 VERDADES QUE VEM DE DENTRO: RS PARA DAR CONTA DAS FORMAS COLETIVAS QUE MOLDAM O PENSAR E O AGIR.....	47
2.2.1 A relação com o mundo e as coisas pela TRS	49
CAPÍTULO 3 - PARA ONDE VAMOS? - O CAMPO DA PESQUISA	52
3.1 OBJETIVOS	53
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	53
3.3 O CAMPO DE PESQUISA	55
3.4 PRODUÇÃO DE DADOS EM GRUPOS FOCAIS.....	57
3.5 AS PERSONAGENS.....	58
3.5.1 Grupo de Homens	59
3.5.2 Grupo de Mulheres	59
3.6 PROCEDIMENTOS.....	61

3.7 O PONTO DE PARTIDA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO WEBJORNALISMO	62
3.8 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	64
3.8.1 IRAMUTEQ: suporte na organização dos dados	66
3.9 APRESENTANDO OS DADOS.....	67
3.9.1 Dados do Grupo Focal de Mulheres	68
3.9.2 Dados do Grupo Focal de Homens	76
CAPÍTULO 4 – VIOLÊNCIA, VÍTIMA E AGRESSOR: O QUE DIZEM AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	81
4.1 NÚCLEO TEMÁTICO: VIOLÊNCIA.....	82
4.2 NÚCLEO TEMÁTICO: VÍTIMA.....	85
4.3 NÚCLEO TEMÁTICO: AGRESSOR	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICES	126
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	127
APÊNDICE B – Roteiro para sessão de Grupo Focal.....	128
APÊNDICE C – Divulgação da chamada para Grupos Focais.....	129
APÊNDICE D – Transcrição do Grupo Focal de Homens.....	130
APÊNDICE E – Transcrição do Grupo Focal de Mulheres.....	144
ANEXOS	156
ANEXO I – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	157
ANEXO II – Reportagem utilizada no Grupo em webjornal nacional	158
ANEXO III – Reportagem utilizada no Grupo em webjornal regional	159

INTRODUÇÃO

A violência de gênero dirigida à mulher é o grande campo de investigação desta pesquisa. Analisar as Representações Sociais sobre a violência, sobre a vítima e sobre o agressor constituídas em grupos de homens e mulheres na cidade de Campo Grande é o objetivo deste estudo. Partimos do pressuposto de que a pesquisa nasce da curiosidade e da experiência tomados como processos sociais e intersubjetivos de fazer uma experiência ou refletir sobre uma experiência. (SPINK, 2003, p.26).

O interesse em desenvolver o estudo nasceu do processo de problematização da violência de gênero dirigida à mulher. Contribuir com as demais forças teóricas e sociais que já atuam para romper o lócus da naturalização. Questionamos os impactos da desigualdade de gênero que coloca a mulher em situação de violência para atender a um propósito específico: os interesses da ideologia do patriarcado.

O Raio-x do Femicídio ilustra esse contexto ao revelar que 45% dos casos foram motivados por “separação” ou “pedido de separação”, 30% “por ciúmes” e 17% “em meio a uma discussão” (MPSP, 2018). Na primeira década de vigência da Lei N. 11.340/2006, criada exclusivamente para proteger as mulheres e coibir a violência de gênero, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, o assassinato de mulheres cresceu 15,3%, saltando de 4.030 em 2006, para 4.645 mortes em 2016 (IPEA, 2018).

Somam-se à violência contabilizada, os inúmeros casos que não são reportados, mas povoam milhares de lares conforme aponta Minayo (2006). Há ainda que se considerar os casos de feminicídios evitados como, por exemplo, em 2018 quando foram emitidas mais de 236 mil medidas protetivas a mulheres vítimas de violência, sendo 21% a mais que o ano anterior (CNJ, 2018), que envolve dispositivos como a Casa da Mulher Brasileira e demais programas e Políticas Públicas que engrossam os “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006). Imagens que compõem a fotografia que representa a rede da violência estrutural (MINAYO, 2006).

Analisar esses números pode nos levar a uma encruzilhada interessante: estaria, por um lado, aumentando as denúncias de violência doméstica, tanto por parte das vítimas ou de terceiros? Ou, por outro lado, seguiria crescendo o número

de casos de violência contra a mulher? Qualquer escolha por uma das alternativas – isoladamente - seria no mínimo um risco metodológico. Por isso, iniciamos a pesquisa acolhendo as duas questões como afirmativas e investigando como se dão essas relações ao longo da história e da cultura.

A partir da perspectiva da Psicologia Social, mais especificamente da Teoria das Representações Sociais, o ponto de partida foi tecer um olhar sobre o agressor que não fosse essencialista, nem psicopatologizante. Estudos de Scott (1995), Lopes (2009), Saffioti (2004) já apontavam que não se pode analisar apenas um dos agentes dessa relação separadamente, embora não tenham trabalhado com pesquisa empírica com ambos os públicos. É justamente nesse sentido que este trabalho pretende avançar. Falar de violência de gênero requer falar de relações de gênero, falar da vítima e falar do agressor. Dessa forma, no campo, na prática da pesquisa com os homens e mulheres que participaram dos grupos focais realizados nos deparamos com acontecimentos que podem alterar a trajetória e reposicionar o campo-tema (SPINK, 2003), conforme explica:

muitos de nós tivemos a experiência de iniciar uma investigação no ponto A e terminar no ponto J, com uma questão diferente ou um outro ângulo que foi sugerido de alguma maneira por aquilo que aconteceu durante a investigação. Às vezes foram os próprios acontecimentos; às vezes foram os horizontes que abriram e fecharam; às vezes terminamos porque é um bom momento, porque não é possível avançar muito mais ou porque os caminhos estão fechados (SPINK, 2003, p.30).

Dessa forma, este trabalho revela uma análise mais ampla sobre a violência de gênero ao considerar os eixos temáticos da violência, da vítima e do agressor. Escolhemos a mídia como fonte disparadora de representações, considerando a intensa cobertura dada à essa temática e a inferência dos meios de comunicação de massa na constituição de subjetividade e, por tanto, de Representações Sociais. Considerando a internet como simulação da consciência (MARTINO, 2000), seus efeitos são potencializados, em especial no Brasil onde 64,7% da população brasileira acessa a internet para se informar (IBGE, 2016). Já um levantamento da *Reuters Institute* afirma que 60% dos leitores brasileiros acreditam que podem confiar na maioria das notícias veiculadas pelas mídias de imprensa online (OXFORD, 2017).

Utilizamos a técnica de grupo focal (MORGAN, 1988) para proceder a coleta de dados e produção de informações de homens e mulheres da cidade de Campo Grande, para discutir a questão da violência de gênero utilizando como elemento

disparador notícias veiculadas em sites de notícias. Buscamos, assim, identificar os elementos que levam a produção de representações sociais sobre a violência de gênero e contra as mulheres constituídos nos grupos estudados.

Para tanto, esta investigação se ancora na Teoria das Representações Sociais desde os fundamentos conceituais de Moscovici (1963; 1978) e Jodelet (1989; 1994; 2001), até alguns estudos mais recentes como os de Trindade et. All. (2011), Lopes (2009), Oliveira e Werba (2001), entre outros, e transita pelos Estudos de Gênero, com delimitação na constituição das masculinidades. E, ao considerar a mídia como mediadora da subjetividade em sua estreita aproximação com a formação de representações sociais, o estudo busca estabelecer relações entre a comunicação de massa e subjetividade, e destacando principalmente os estudos de Guareschi (2000; 2019). Para organizar os dados nos apoiamos na técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; FRANCO, 2003) com os recursos gráficos da análise léxica do software Iramuteq.

Enquanto pesquisador, não poderia adentrar neste campo sem antes demarcar meu lugar de fala, bem como meu envolvimento com o tema a partir de três pilares que se interseccionam neste trabalho. Conforme defende Spink (2003), nós contamos histórias e nós nos tornamos as histórias que nós contamos. (p.22).

Como homem, pesquisar a constituição histórica e sociocultural das masculinidades é um compromisso ético que reúne dois aspectos: o primeiro, em reconhecer que há (nesta cultura) um privilégio intrínseco residindo no simples fato de ter nascido do sexo masculino, em vez do feminino; e, o segundo, de assumir os impactos desse privilégio como as desigualdades de gênero e todas as forças que voluntária ou involuntariamente nós homens nos apropriamos para manter nosso *status quo*.

Já a minha formação em jornalismo me permite analisar os impactos que a imprensa infere na constituição de subjetividade, definindo não apenas os temas que serão assuntos no dia-a-dia, mas também como eles serão abordados, é um serviço ético e uma obrigação profissional: questionar a responsabilidade de uma categoria que exerce um papel fundamental na sociedade.

E, por fim, como Psicólogo e pesquisador acadêmico, escolher trabalhar com um tema de grande relevância dentro de uma abordagem teórica das mais recentes que é a Teoria das Representações Sociais implica no desafio já anunciado por

Spink (2003) “tornar algo psicologicamente relevante não é um processo simples e muito menos sem problemas” (p. 27).

Talvez, o primeiro problema a ser colocado em perspectiva seja a condição da sociedade como espectadora de suas próprias vicissitudes. Não dá mais para assistir a violência do lado de fora, é preciso abrir essa porta e chamá-la para uma conversa séria. Dessa forma, e em tom dialógico que será apresentada esta dissertação cujos capítulos estão estruturados da seguinte forma.

No Capítulo 1 serão abordadas as fundamentações teóricas na perspectiva dos estudos de gênero discutindo a constituição da mulher na história e a condição de vítima dentro de um sistema de dominação histórico-cultural, também olharemos como se deu o processo de constituição do agressor de gênero a partir das teorias sobre as masculinidades. Finalizaremos o capítulo discutindo o tipo específico de violência que é a de gênero pautada pelas relações desiguais de poder.

No Capítulo 2, também abordaremos a fundamentação teórica a partir dos eixos mídia e Teoria das Representações Sociais (TRS) e como ambas operam na produção e veiculação de subjetividade. Dado que as mídias, em especial a internet (que foi o recorte que utilizamos), é o veículo mais presente na vida dos brasileiros e que atua na massificação do seu público, relacionamento com os estudos das Representações Sociais como formas coletivas que moldam o pensar e o agir a partir da construção de realidades e de conhecimentos pelos grupos. Neste capítulo nos interessa compreender como mídia e a TRS podem fornecer interpretações sobre a questão da violência de gênero.

No Capítulo 3, nos dedicamos a apresentar o campo da pesquisa trazendo os elementos dos procedimentos metodológicos e o desenho do estudo a partir da produção dos dados nos Grupos Focais, o detalhamento dos procedimentos adotados, passando pela organização dos dados utilizando o software Iramuteq e a Análise de Conteúdo.

O Capítulo 4 é dedicado à análise dos dados e achados da pesquisa a partir dos núcleos temáticos e categorias de análise na interpretação que permitiu a identificação de elementos que revelaram as representações sociais constituídas nos grupos sobre a violência de gênero, a vítima e o agressor. É neste capítulo que são estruturados os eixos temáticos e as categorias de análise que ancoram a produção de conhecimento.

E, por fim, nas considerações finais apresentamos alguns argumentos que sintetizam a reflexão produzida a partir da análise dos dados desta pesquisa. O percurso traçado nos levou a pontos de convergência a partir de elementos comuns aos grupos de homens e de mulheres e, que também, tangenciam as categorias dos núcleos temáticos da violência de gênero, da vítima e do agressor. Assim, oferecemos uma possibilidade de resposta ao problema de pesquisa lançado e também provocamos novas indagações para o progresso da ciência.

CAPÍTULO 1 - COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI? – AS QUESTÕES TEÓRICAS

Neste capítulo, a proposta é apresentar os alicerces teóricos que sustentam a pesquisa. A fundamentação teórica que será apresentada compõe também o campo de investigação uma vez que “o campo começou a ser visto não como lugar específico, mas como a situação atual de um assunto, a justaposição de sua materialidade e socialidade” (SPINK, 2003, p.22).

Considerando, então, o campo como argumento no qual estamos inseridos e que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes (SPINK, 2003), constituímos a fundamentação deste estudo em três pilares: I) nos Estudos de Gênero, focalizando os conceitos de masculinidades e violência de gênero dirigida à mulher; II) em Mídia, apoiando-se na teoria da comunicação de massa, interferindo em comportamentos e discursos e, conseqüentemente, produzindo subjetividade; e III) na Teoria das Representações Sociais, no enfoque da Psicologia Social que se debruça sobre como se dão os processos de conhecimento a partir do senso comum que são produzidos e partilhados pelos grupos.

Assim, cada pilar será uma história contada e costurada pelas intersecções da violência de gênero a partir da mulher-vítima, do homem-agressor e das representações sociais que a rodeia.

1.1 A RELAÇÃO VÍTIMA E AGRESSOR: PODER E VIOLÊNCIA

Tendo como base os estudos de gênero como categoria de análise, parte-se do pressuposto que a violência de gênero dirigida à mulher é uma constituição relacional, dotada de um contexto histórico e cultural e, sobre tudo, que esconde alguns fatores que precisam ser discutidos, e, assim o serão, tais como: a invisibilidade e a culpabilização da mulher, a constituição das masculinidades e a atuação dessas representações sociais na manutenção do ciclo da violência.

É preciso considerar que este tipo específico de violência é amplo, complexo e manifesta-se em diferentes formas entre elas a violência física, violência

psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral (Art. 7º, LEI Nº 11.340/2006). Esta pesquisa atua no recorte específico da violência física, considerando esta tipificação a mais comum nos registros policiais e também da mídia.

Pautaremos este tópico a partir dos Estudos de Gênero com as contribuições de Scott (1995), Saffioti (1987; 1994; 2004), Rubin (2012), Louro (1999), Perrot (2007), Lopes (2000; 2009), entre outros. A proposta é analisar separadamente os atores que constituem a violência de gênero, começando pela vítima, e, ao fim, permitir uma leitura integrada desse contexto a partir de seus sentidos, significados e representações sociais desenvolvidas a seguir.

1.1.1 Vítima, substantivo feminino

Qualquer dicionário apresenta a mesma classificação para o verbete vítima: substantivo feminino. Não existe 'o vitimo'. A gramática corre atrás da prática (NETO, 2019) e os dicionários institucionalizam o que já circula na oralidade. Nesse mesmo paradoxo, a violência de gênero foi institucionalizada a partir da atuação dessa prática na sociedade.

Não coincidente, a vítima da violência de gênero sempre será uma mulher. Mulher que possui uma identidade histórica, social e cultural constituída ao longo do tempo. Por quase 300 anos ela herdou das Ordenações Filipinas - que no Brasil-colônia normatizavam as relações privadas, regulavam comportamentos e atribuíam punições para as transgressões relativas à vida moral -, a convivência doméstica e as relações conjugais.

Na prática, esses Ordenamentos, conforme postulam Souza, Brito e Barp (2009), definiam claramente os papéis masculinos e femininos, seus espaços, e a divisão de poder a que estavam submetidos. Já nesses tempos, documentos registram que as mulheres sofriam com agressões físicas e também psicológicas, como o abandono, a humilhação e a privação de bens ou dos filhos.

Conforme aponta Saffioti "o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina" (2004, p. 136). Corroboram os estudos de Lerner (1986) e Johnson (1997) que apontam algo em torno de cinco a sete mil anos de registros

históricos do patriarcado nas relações de gênero. Demarca-se a Colonização do Brasil como um ponto de partida para analisar a relação de gênero como de uso de poder para constituição do ser homem e do ser mulher, o primeiro subjugando o segundo, necessariamente.

Assim, entre as heranças deixadas pelo colonizador aos colonizados - aqui uma pausa para considerar que além do Brasil, pelo menos oito países de três continentes tinham essas práticas legitimadas e alastradas em nível global – destaca Pierangelli (1980) “o direito de o marido agredir com açoite e, se julgasse necessário, matar a esposa flagrada em adultério” (p.33).

Mary Del Priore “olha pelo buraco da fechadura para ver como nossos antepassados se relacionavam” (2011, p.13) e desvela comportamentos, discursos e crenças que para além de ritos sociais atuavam na constituição de subjetividade, construto muito investigado pela Psicologia, em especial a Teoria das Representações Sociais postulada por Moscovici (1978), Jodelet (1986; 1994; 2001), entre outros autores que integram a Psicologia Social.

Dessa forma, é possível compreender como o conceito de “defesa da honra” - leia-se: autorização para o homem agredir a mulher - sempre esteve presente em nossa história, atravessando os tempos e ainda hoje ecoa em muitos discursos e práticas, ambos violentos. Um desses discursos institucionalizados é resgatado na obra de Del Priore (2011) que traz no Código Civil de 1916 a inferioridade da mulher em relação ao marido. “Ao homem cabia a representação legal da família, ao passo que à esposa era negado o exercício de determinados direitos civis, com limitações semelhantes às impostas aos menores ou aos índios” (2011).

O trabalho de Del Priore (2006; 2010; 2011; 2013) a partir de um viés histórico, é claro, revela como as relações de gênero foram engendradas ao longo dos tempos e contribui grandemente para uma reflexão da Psicologia Social que busca avançar para além de modelos explicativos, e, sobre tudo, em proposições de novos possíveis.

Quando Saffioti (1994) acusa a cultura do patriarcado como ponto nevrálgico da violência de gênero, na qual “só é considerado ato violento quando praticado por estranhos ao contrato matrimonial, sendo aceito como normal quando ocorre no seio do casamento. Ou seja, uma vez casada deve se comportar como qualquer outra mulher-objeto” (p. 443) é necessário considerar que essa cultura foi forjada por

centenas de anos, sendo avalizada por instituições reconhecidas pela sociedade como a Igreja e o Direito, conforme destaca Del Priore.

O marido traído que matasse a adúltera não sofria qualquer punição. Lemos nas Ordenações: “Achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a ela, como o adúltero, salvo se o marido for peão, e o adúltero, fidalgo, desembargador, ou pessoa de maior qualidade”. Assim, enquanto a condição social do parceiro do adultério era levada em conta, à condição social da adúltera não se revestia da menor importância. Tanto podia ser morta pelo marido a plebeia como a nobre. Outra punição para as adultas, o confinamento em um convento. (DEL PRIORE, 2006, p.58).

Destaca-se neste trecho a expressa desigualdade de gênero, bem como a inimizabilidade do homem associado ao poder que lhe garantia privilégios, entre eles o direito de trair e, claro, o de manter-se vivo.

Ainda no intuito de delinear o sujeito que apanha, a mesma história que registra por séculos o poder do homem, suas regalias e superioridade, também escreve a opressão, humilhação e submissão da mulher. No mesmo período de tempo, duas histórias sendo escritas simultaneamente, sempre cruzadas, mas com desfechos completamente diferentes, favorável para o homem e infeliz para a mulher.

No sertão, mulher casada passava a se vestir de preto, não se perfumava mais, não mais amarrava seus cabelos com laços ou fitas, não comprava vestidos novos. Sua função era ser “mulher casada” para ser vista só por seu marido. Como esposa, seu valor perante a sociedade estava diretamente ligado à “honestidade” expressa em seu recato, pelo exercício de suas funções no lar e pelos numerosos filhos que daria ao marido. Muitas mulheres de 30 anos, presas ao ambiente doméstico, sem mais poderem passear — “porque lugar de mulher honesta é no lar” —, perdiam rapidamente os traços da beleza, deixando-se ficar obesas e descuidadas, como vários viajantes assinalaram. (DEL PRIORE, 2009, p.150).

Toda a argumentação histórica apresentada até aqui leva ao entendimento de que a mulher que apanha, nesse contexto, apanha pelo fato de ser mulher. Uma lógica que requer uma análise mais dedicada ao conceito de gênero, o qual de acordo com Scott (1995) permite identificar as relações hierarquizadas de poder entre homens e mulheres. Ou seja, gênero nesta perspectiva é uma categoria para analisar o fenômeno, nas palavras de Saffioti “do macho contra a fêmea” (1987), que na forma de violência é legitimado pela impunidade e reforçado pela aceitação

social. Ambas as autoras coadunam no distanciamento da identificação biológica ligada ao sexo e a aproximação de uma construção social.

Laurentis (1987) compreende gênero como construto sociocultural e um aparato semiótico. Ou seja, um sistema de representações que confere sentido aos indivíduos para a constituição de sua identidade e, entre outras propriedades, atribuir valores, prestígio, bem como a localização nas relações de parentesco e *status* na hierarquia social.

O estudo de Lopes sobre os sentidos e significados da violência de gênero (2009) mostra como essa categoria permite situar significativamente as relações entre o masculino e o feminino nos contextos históricos e culturais e, “define um conjunto de objetivos e referências construídos historicamente, que possibilita estruturar a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social” (p.26).

Partindo, então do ponto de vista jurídico, cuja definição da culpabilidade está no emprego de juízo de censurabilidade e reprovação a alguém que tenha praticado algum ilícito. A culpa e a culpabilização da vítima de violência de gênero também aparecem em trabalhos sobre estupros e feminicídios na área do direito como apontam os estudos de Cechetto (2015), Silva (2017) e Sommacal (2016).

As mulheres, por diversos fatores, encontram-se em situação de risco maior que os outros cidadãos. Entretanto, havendo colisão entre os atributos negativos de sua personalidade e os padrões de comportamento impostos pela sociedade, a proteção estatal é afastada, culpabilizando a vítima, em relação ao autor do fato. Essa culpabilização é também verificada nas manifestações culturais, na arte, na música, na religião, na educação, e, até mesmo, nas decisões judiciais, evidenciando a existência de uma cultura voltada a criminalidade sexual contra a mulher. Desta forma, o sistema penal não protege as mulheres vítimas da violência, ao contrário, fomenta a violência institucionalizada, através das revitimizações. (SILVA, 2017, p.365)

Representações dessa culpabilização da mulher vítima de violência são expressas no cotidiano travestidas de senso comum. O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) fez um levantamento nacional sobre Tolerância Social à Violência Contra a Mulher (IPEA, 2014). O estudo revela alguns dados alarmantes e que infelizmente sustentam a culpabilização da mulher. De acordo com a pesquisa 58,5% dos entrevistados disseram que: “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (p. 22). Em outra questão, foi perguntado se “mulheres que usam roupa curta merecem ser estupradas” e obteve 26% de

resposta afirmativa (p. 22), o que alertou os próprios analistas na busca de investigar alguns argumentos:

Por trás das afirmações, está a noção de que os homens não conseguem controlar seus apetites sexuais; então, as mulheres, que os provocam, é que deveriam saber se comportar, e não os estupradores. A violência parece surgir, aqui, também, como uma correção. A mulher merece e deve ser estuprada para aprender a se comportar. O acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras, como se comportar e se vestir “adequadamente” (IPEA, 2014, p. 22)

É possível inferir que a mulher em situação de violência que reconhece sua emancipação e autonomia a partir das conquistas dos movimentos feministas, das Políticas Públicas de promoção e proteção, enfim uma mulher de direitos, inclusive sexuais e reprodutivos e que se levante por igualdade e equidade de gênero. Além das garantias jurídicas com legislação específica de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher com criação das Delegacias Especiais para Mulheres, SOS Mulheres, Casas Abrigo, na década de 1990 e, o grande avanço para “eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres” (Lei nº 11.340/2006), bem como a tipificação do feminicídio como crime hediondo (Lei nº 8.072/1990).

Pensar as constituições dos masculinos e femininos aponta para novas possibilidades de relações, porém que ainda precisa superar o estigma do homem que bate, é o que veremos na sequência.

Assim, na próxima seção será desenvolvida, sob a orientação dos estudos de gênero, a discussões sobre as masculinidades e suas conexões com a constituição do homem agressor.

1.1.2 Da construção social das masculinidades à constituição do agressor

As masculinidades não são algo natural e essencial, mas antes, uma construção social que revela marcas dos grupos e das sociedades, aos quais os homens pertencem (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013). Também não é propriedade de algum tipo de essência eterna, nem mítica, tampouco biológica (KIMMEL, 1998). Já para Albuquerque Jr. “ninguém nasce dotado de masculinidade ou feminilidade, aprende-se socialmente o que é ser dotado de tais atributos” (2015,

p. 492). Entre os pressupostos básicos que devem ser considerados na análise relacional de gênero que embasa este trabalho estão a construção social, bem como as pluralidades das masculinidades.

A própria etimologia da palavra masculinidade, do latim *masculinus*, surge no século XVIII para explicitar critérios de diferenciação entre os sexos. Segundo Oliveira (2004) a definição de masculinidade não existe, enquanto característica, traço de caráter ou aspecto da identidade dos indivíduos, mas existe como ideologias e se “se expressa como um mito efetivo da sociedade moderna” (p.20). Assim que neste tópico não será realizada a busca por definições de masculinidade, mas compreender a proposição de Oliveira (2004) para debater a importância das características históricas da masculinidade, sua força de arregimentação social e o seu poder de orientar a formulação de juízos. Albuquerque Jr. (2015) faz uma boa síntese para demarcarmos nosso ponto de partida:

A masculinidade, portanto, não é estática, nem atemporal, é histórica; não é uma manifestação da natureza ou de uma essência psicológica interior, é um construto social e simbólico; não é uma mera ascensão à consciência de uma diferença de natureza biológica, mas é uma criação cultural a partir da observação dessa diferença, que foi, ao longo do tempo e em várias sociedades, transformada em princípio de desigualdade entre homens e mulheres (ALBUQUERQUE Jr. 2015, p. 492).

Dessa forma, compreender como as masculinidades são constituídas a partir dos constructos culturais, históricos, políticos, científicos e religiosos é condição fundamental para nos permitir uma análise mais responsável sobre a violência de gênero impetrada pelo homem contra a mulher. Ao fazer essa análise já nos distanciamos dos vieses individualistas e psicopatológicos, embora ainda iremos retomar este ponto mais adiante neste trabalho.

A obra de Oliveira (2004) resgata com profundidade o conceito de masculinidade como construção social. De acordo com o estudo do autor, na Idade Média a honra de um cavaleiro era uma expressão de poder. Signo de dignidade e reputação. Não a defender com todas as armas e acima de qualquer situação era enfrentar o título de covarde, o que para o homem da Idade Média era o pior dos insultos e que colocava em dúvida seu caráter e de sua descendência. O ranço dessa ‘defesa da honra’ perpetuou-se como legitimador de violência de gênero como apresentado no tópico anterior. De acordo com Oliveira (2004) era esperado do homem valores como coragem e sangue-frio para defender sua honra. Assim, a

coragem e ousadia aparecem como atributos do masculino que pauta a masculinidade a partir da presença ou ausência. A presença, neste caso, precisa ser exteriorizada, materializada, mensurada e reconhecida pelos pares. A perpetuação ao longo do tempo é apontada por Albuquerque Jr. (2015) no sentido que a masculinidade deve ter necessariamente a aprovação dos outros homens, Ressalta-se que a mulher aparece apenas um instrumento para alcançá-la ou testá-la “como censores e pedagogos que os convocam a todo o tempo esse modelo ideal, mesmo que para isso tenham que omitir, mentir, esconder ou disfarçar modos e formas próprias de ser e pensar” (p. 495).

Nesse movimento histórico, a partir da Idade Média, o cavaleiro é substituído pelo cavalheiro, traço do homem da burguesia marcado pela ocupação do espaço privado. O homem jamais deixou de dominar sobre o espaço público, mas passa na Idade Moderna também a atuar no ambiente doméstico expressando sua masculinidade agora, na Idade Contemporânea, à audiência privada, apresentando requintes de controle de si mesmo e dos outros moradores.

A historiografia aponta também influências políticas na construção social das masculinidades Oliveira (2004) destaca com exemplos concretos como os ideais fascistas que exaltavam a força e vigor e que para os homens serviam de preparo para a guerra ao instilar uma disciplina fundamental e adequada ao caráter masculino. Muitos advogavam a necessidade de as mulheres se adequarem às práticas esportivas, “de modo a poderem procriar prole sadia e vigorosa. Isso não impedia, entretanto, que rígidas distinções entre os sexos estivessem sempre presentes. Os esportes aprovados para as mulheres deveriam enfatizar a graça do sexo frágil” (p.38). No Brasil, a história dos homens é narrada por Del Priore e Amantino (2013) e aponta que os discursos sobre a masculinidade, embora acompanhados de ideais libertários, não se afastavam sensivelmente das concepções mais tradicionais. E mesmo grupos de extrema esquerda, que se viam como revolucionários, reproduziam os mesmos papéis sociais de gênero constituídos. Assim, quando Del Priore traz a crítica da posição do homem como universal e senhor da história reflete que independentemente de ideais políticos, a hierarquia de gênero era unânime.

No campo religioso, do islã aos fundamentalistas protestantes americanos uma vasta gama de exemplos pregava um ideal de masculinidade em que deveria prevalecer o controle sobre as paixões, a moderação e a pureza sexual e mental

(OLIVEIRA, 2004). O realce dado à figura paterna como um correspondente menor à paternidade divina de um Deus másculo assegurava que jamais se questionasse o papel de superioridade do homem em relação à propriedade privada e à família e, evidentemente, sobre a mulher. Diferentes correntes religiosas, no entanto, partilhavam da mesma premissa de que “quanto mais feminina a mulher e mais masculino o homem, mais saudáveis a sociedade e o Estado” (Del Priore, 2013, p.49).

O trabalho de Martins e Nascimento (2019) sobre representações sociais de homem em uma denominação neopentecostal identificou a valorização e reprodução dos mesmos atributos masculinos do ambiente secular no ambiente religioso que relacionam a masculinidade ao “sucesso profissional, à construção de um corpo forte e viril, à bravura, à coragem e ao controle das emoções” (p.133).

Todo esse percurso levou Connell e Messerschmidt (2013) propor um modelo de masculinidades em múltiplas relações de poder. A ‘masculinidade hegemônica’ que se diferencia das subordinadas, pois, ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, pois se exige que os homens se posicionem, no sentido de legitimar ideologicamente, submetendo as mulheres aos homens. Neste contexto, homens que foram beneficiados pelo patriarcado, mesmo que não adotassem uma versão forte de dominação masculina são considerados cúmplices desta masculinidade hegemônica (p. 253).

Ao analisar as masculinidades Hegemônicas e as Subalternas, Kimmel (1998) postula a existência de uma relação mútua embora desigual em uma ordem social e econômica dividida em gêneros. Para o autor as masculinidades são construídas simultaneamente em dois campos inter-relacionados de relações de poder – nas relações de homens com mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações dos homens com outros homens (desigualdades baseadas em raça, etnicidade, sexualidade, idade, etc.). Assim, dois dos elementos constitutivos na construção social de masculinidades são o sexismo e a homofobia.

Em qualquer modelo, as relações serão pautadas pelo poder e que para o autor “é frequentemente invisível aos homens cuja ordem de gênero é mais privilegiada com relação àqueles que são menos privilegiados por ela e aos quais isto é mais visível” (KIMMEL, 1998, p.105). Esse privilégio da masculinidade é apontado por Oliveira (2004) como um espaço simbólico de sentido estruturante que modela atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidos. “Aqueles que

seguem tais modelos não só são atestados como homens como também não são questionados pelos outros que compartilham desses símbolos” (p.13).

Embora em cada sociedade e cultura humanas haja um modelo hegemônico ou prevaiente de masculinidade, essa não impede e até possibilita a existência de maneiras minoritárias e dissidentes de viver a masculinidade, embora essas nunca deixem de manter relações e atualizar regras e aspectos do modelo dominante. No modelo capitalista ocidental, Kimmel (1997) resume o modelo dominante em poucas palavras: “a masculinidade hegemônica se explicitaria num homem no poder, num homem com poder e num homem de poder”, sendo este homem necessariamente branco, heterossexual, cristão e economicamente bem sucedido.

Assim, a principal maneira pela qual os homens buscavam demonstrar a sua aquisição bem sucedida de masculinidade (*Self-made man*) era através da desvalorização de outras formas de masculinidade, posicionando o hegemônico por oposição ao subalterno. (KIMMEL, 1998, p.113). Listam-se na subalternidade a mulher, o homem gay, o homem negro, o homem ocidental, a criança e o homem idoso e, também, todas as demais possibilidades de masculinidades não hegemônicas como o ‘patriarca gentil’ e o ‘artesão heroico’ (KIMMEL, 1997), ou o ‘soft male’ (BADINTER, 1993).

A crítica mais pertinente em relação à masculinidade hegemônica é que ela é invisível àqueles que tentam obtê-la como um ideal de gênero, ela é especialmente visível precisamente àqueles que são mais afetados pela sua violência o que dificultaria o reconhecimento pelos próprios hegemônicos dos aspectos negativos presentes nas narrativas e práticas de desvalorização do outro, entre eles a mulher. E, sem o reconhecimento é impossível modificar padrões de pensamentos e comportamentos que mantêm o poder e a dominação na hierarquização de gênero, entre eles a violência de gênero.

Em suma, a masculinidade hegemônica surge em relação às masculinidades subordinadas e nada tem a ver com caráter estatístico, mas certamente ela é normativa, “ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). Corrobora Oliveira (2013) que apesar de todas as mudanças socioestruturais e todos os movimentos que continuamente contestam a hegemonia masculina, esse lugar simbólico ainda é

bastante valorizado e funciona como bússola de orientação para a construção de identidades em diversos segmentos sociais (p. 285).

A leitura do agressor de violência de gênero a partir dos estudos das masculinidades nos leva a interpretar o uso da violência como recurso percebido para manutenção do poder e do controle da própria masculinidade perante ameaças percebidas. Valida essa interpretação o estudo de Cecchetto (2004) que aponta o objetivo da masculinidade de 'feminilizar' o outro como confirmação do status de poder e superioridade. Embora a pesquisa se Cecchetto tenha sido no ambiente do jiu-jitsu e do funk, Oliveira (2004) também contribuir nessa perspectiva da ameaça da masculinidade.

Na constante preocupação para transformar um garoto em um homem, o medo da imaturidade contava menos que o temor da afeminação, que só seria rechaçada primeiramente com a aquisição de um certo padrão físico e, depois, através de uma adequação moral, que deveria culminar com a consagração do casamento (OLIVEIRA, 2004 p.54).

Nesse sentido, a violência aparece onde o poder está em risco (ARENDR, 1973). Logo, é possível considerar que se o poder está para o masculino, como atributo intrínseco constitutivo historicamente e unânime ao grupo, a violência seria uma resposta a percepção de ameaça sobre a masculinidade hegemônica. Nomeadamente, qualquer tentativa de igualdade de gênero, de emancipação feminina ou do reconhecimento do poder da mulher, nessa perspectiva é visto como um risco ao poder masculino.

Essa leitura é muito própria da Psicologia Social uma vez que busca elementos cada vez mais distantes da patologização individualista para explicar o fenômeno da violência de gênero do homem contra a mulher. Assim, encontramos várias outras teorias explicativas do comportamento dos agressores que mostram o quão complexo e multifacetado é o tema. Manita (2005) defende modelos multidimensionais para a compreensão do agressor de violência de gênero:

As perspectivas intraindividuais procuram compreender as ações dos agressores a partir das suas características biológicas e ou psicológicas e descrever a personalidade das vítimas e suas vulnerabilidades. A ideia comum do agressor como doente (perspectivas psicopatológicas) valorizam experiências precoces de violência e alguns fatores situacionais como consumo de substâncias e conflitos relacionais. (MANITA, 2005, p. 182)

Sobre a constituição do agressor, Manita (2002) descredencia o viés determinista uma vez que, de acordo com estudos do Programa de Controle da

Raiva, não foi demonstrado que os agressores de violência doméstica possuem níveis de ira superiores aos dos não agressores. Dessa forma, é possível compreender que ira e raiva não conduzem, necessariamente, a comportamentos violentos. Outra questão, levantada pelo Gabinete de Estudos e Atendimentos a Vítimas de Violência da Universidade do Porto (GEAV.UP), refere-se à falta de argumentos que expliquem as situações em que agressores são violentos somente em casa (ambiente), e necessariamente com os familiares (contexto).

Manita (2005) destaca outros aspectos que participam na constituição do agressor como padrões de vinculação e aprendizagem social. Comportamentos violentos são socialmente aprendidos e a isso é dada a importância do meio, da educação e da socialização. No entanto, elucida a autora, da mesma forma que é aprendido, pode ser desaprendido ou substituído por outro mais adequado.

Qualquer grupo de explicações do comportamento violento, se tomado isoladamente, revela-se determinista e simplista. Assentar apenas numa das vertentes teóricas deste complexo fenómeno é reduzi-lo ao senso comum. É preciso garantir que as explicações do comportamento violento sejam multifatoriais e processuais incorporando aspectos pessoais, culturais e contextuais. (MANITA, 2005, p. 238)

Já as perspectivas sociopolíticas (feministas, pró-feministas e de gênero), destacam como as escolhas comportamentais individuais são constrangidas pelas normas sociais dominantes, pelos papéis sexuais (de gênero), pela forma como a sociedade estrutura as relações íntimas e constrói a imagem do que é “ser homem” e “ser mulher”; seja pelo recurso à violência como forma de autoafirmação e afirmação da masculinidade, e/ou pelo poder relacional - o poder e o controle como base da violência de gênero contra a mulher.

Gelles (1983) apresenta na teoria do controle social cuja está centrada no desejo (do agressor) de exercer poder e controle sobre a companheira é reforçada pelo cumprimento das normas dominantes que, por sua vez, é orientado pelo medo da punição e/ou condenação social (ou exclusão). “Se esta ameaça é reduzida, a violência emergirá mais facilmente” (p.321). O risco de violência dos homens contra as mulheres é contextual, situacional e idiossincrático. Nesta teoria, o risco da violência de gênero pode ser identificado e ter a probabilidade de ocorrência reduzida.

Walker (1995) classifica três tipos de agressor: o que se manifesta somente no contexto familiar, o que apresenta psicopatologia associada e, por último, os

antissociais (violentos em diferentes contextos). Sobre o primeiro tipo, explica Walker, são motivados por necessidades extremas de poder e controle, não apresentam patologia associada e o comportamento pode ser modificado por meio de abordagem psicoeducacional.

Este é o agressor clássico de violência de gênero dirigida à mulher que povoa os boletins de ocorrência e as notícias da imprensa. Um homem que teve um desenvolvimento psicossocial ordinário, que constituiu vida social, relações afetivas, trabalho, e carrega o fardo da virilidade e a herança da cultura do patriarcado.

Logo retorna para os atributos da masculinidade hegemônica a gênese da violência de gênero, na qual o homem usa do seu poder (entre eles a força física) contra a mulher para manter o status de poder e dominação. Oliveira (2013) nos mostra que apesar de todas as mudanças socioestruturais e todos os movimentos que continuamente contestam a hegemonia masculina, esse lugar simbólico ainda é bastante valorizado e funciona como bússola de orientação para a construção de identidades em diversos segmentos sociais (p. 285). O que reforça todos os argumentos que apresentamos ao longo deste tópico de como estruturas como a cultura, a política, a religião, a mídia entre outros, atuam explicitamente ou implicitamente para manter esse padrão de masculinidade desejado e, com isso, dificultam o reconhecimento legítimo de outras possibilidades (isonômicas) de masculinidades e, conseqüentemente, alimentam a tensão de ameaça e violência.

1.1.3 Violência de gênero e relações de poder

Nesta sessão, buscaremos desenvolver a discussão sobre os elementos que envolvem a violência de gênero dirigida à mulher considerando estudos científicos qualitativos e quantitativos. A violência de gênero é pautada pela desigualdade de poder, hierarquização e dominação. Neste estudo estamos analisando essa relação a partir do contexto heterossexual no qual o homem utiliza de seus privilégios, constituídos histórico e culturalmente, contra as fragilidades também históricas e culturais da mulher, pelo fato de ser mulher. Há, no entanto, dentre as inúmeras possibilidades de masculinos e femininos das identidades de gênero e sexuais outras muitas formas de violência que também são de gênero, uma vez que apresentam a mesma estrutura da relação de poder.

A série histórica de homicídio de mulheres no Brasil exige das ciências humanas o esforço de analisar sentidos e significados por trás dos números. Em dez anos, entre 2006 e 2016, o assassinato de mulheres cresceu 15,3%, saltando de 4.030 para 4.645 mortes (IPEA, 2018). Não por coincidência, o levantamento inicia no ano de regulamentação da Lei N. 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, cujo teor explicita a criação de “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006).

Ou seja, ainda com o aparelhamento jurídico para coibir especificamente este tipo de violência, aumentou a quantidade de mulheres assassinadas pelo fato de ser mulher. Uma investigação mais profunda sobre as razões ou motivações que levam a esses crimes estão evidenciadas no Raio-X do Femicídio (MPSP, 2018), segundo dados do Estado de São Paulo, 45% dos casos foram motivados por “separação” ou “pedido de separação”, 30% “por ciúmes” e 17% “em meio a uma discussão”. O estudo é do Núcleo de Gênero do Ministério Público paulista a partir de mais de 400 boletins de ocorrência com depoimentos dos agressores. A pesquisa revela ainda que 66% dos feminicídios ocorreram dentro da casa da vítima.

Se as leis e Políticas Públicas ainda não são suficientes para impedir que vidas de mulheres sejam tiradas de formas tão brutais, o enfrentamento a essas e outras formas de violência de gênero é um caminho sem volta (IPEA, 2018, p. 44).

Se o número de mortes em si já é alarmante, Romio (2017) chama atenção para a violência que antecede o sinistro. “A mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual” (p. 165). Para o autor as mortes poderiam ser evitadas, impedindo o óbito, caso as mulheres tivessem tido opções concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência.

Mesmo assim, há que se fazer uma ressalva quanto ao crescente número de programas e Políticas Públicas de atendimento e proteção à mulher, vinculados principalmente à Casa da Mulher Brasileira, Delegacias especializadas, Defensoria Pública, e Judiciário, além de inúmeras Organizações Não Governamentais (ONG’s) e até mesmo igrejas. Também são relevantes os estudos acadêmicos e investigações sobre essa temática, tais como os de Lopes (2009); Minayo (1994); Trindade et. al (2011), Medrado e Lemos (2011); Stenzel e Lisboa (2017); Almeida e

Marachini (2017); Moraes e Ribeiro (2012); Alves e Diniz (2005); Padovani e Williams (2002); Scharaiber et. al. (2012), entre outros. Todos oferecendo relevantes contribuições e intervenções com resultados muito positivos de acordo com cada propósito, embora ainda não atinjam a dimensão geográfica e populacional do Brasil.

Gonzalez Rey (2006) destaca que ao longo da história, a Psicologia associou violência à patologia ou traços que pertencem à pessoa. “Colocar a figura da agressão no agressor é uma forma de naturalizar e individualizar a violência, que tem por detrás um paradigma que tem servido de base ao senso comum nos últimos quatro séculos” (p.146).

Essa visão essencialista recebeu forte influência do saber médico e jurídico no sentido de patologizar e assim individualizar um fenômeno, assumindo como causa dos tipos de comportamentos não aceitos socialmente. Esse rescaldo da base da psiquiatria do século XIX em atribuir o crime, o delito, a loucura, a perversão e a insanidade, de forma geral, à figura do indivíduo patológico e criminoso não é mais suficiente para dar conta de um fenômeno amplo e complexo como a violência.

A violência não é mais vista como traço ou como o resultado necessário e universal de uma psicodinâmica determinada a Priori da ação, mas se torna compreendida como uma produção de sentidos subjetivos que é desencadeada através da ação do sujeito. A pessoa violenta é o resultado de uma configuração histórica de sua subjetividade, que expressa o funcionamento de uma sociedade e a processualidade de um contexto em que convergem sentidos subjetivos muito diferentes. (GONZÁLEZ REY, 2006 p.152).

Para Lopes (2009) a maneira como a violência contra a mulher é perpetuada, não se enquadra em um acontecimento eventual, mas sim pela forma como é estabelecido à organização social de gênero dando relevância ao masculino.

Manita (2005) define violência doméstica como um comportamento violento e padrão de controle coercivo exercido direta ou indiretamente sobre qualquer pessoa que habite no mesmo espaço familiar, ou que mesmo não coabitando, seja companheiro, ex-companheiro ou familiar, gerando danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos e ainda impondo isolamento social, ou de privação econômica, com objetivo de dominação, fazendo a vítima sentir-se subordinada, incompetente, sem valor ou fazê-la viver em um clima de medo permanente.

Para um recorte deste tipo de violência, talvez seja necessário retomar as diferentes concepções da violência em geral para estabelecer aproximações e distanciamentos da tipologia da de gênero contra a mulher.

Han (2017) destaca que na Grécia antiga “para os deuses, a violência era um método evidente para alcançar seus objetivos e para impor sua vontade própria” (p. 16). Evidentemente, as histórias dos deuses eram construídas e narradas pelos próprios homens. Arendt (1973) fala da dificuldade de se resistir à tentação de usar a violência como poder. Freud (1996) ao questionar a motivação de uma guerra apresenta o uso da violência como resolução de conflito.

No início, numa pequena horda humana, era a superioridade da força muscular que decidia quem tinha posse das coisas ou quem fazia prevalecer sua vontade. A força muscular logo foi suplementada e substituída pelo uso de instrumentos: o vencedor era aquele que tinha as melhores armas ou aquele que tinha a maior habilidade no manejo. A partir do momento em que as armas foram introduzidas, a superioridade intelectual já começou a substituir a força muscular bruta; mas o objetivo final da luta permanecia o mesmo – uma ou outra facção tinha de ser compelida a abandonar suas pretensões ou suas objeções por causa do dano que lhe havia sido infligindo e pelo desmantelamento de sua força (FREUD, 1996, p. 210).

Estudos comparativos de comportamentos humanos e animais realizados por Lorentz (1976) já revelavam que “a violência intraespecífica, isto é, a agressão voltada para seres da mesma espécie, é rara em outras espécies animais, diferentemente dos seres humanos” (p. 203). Mais recentemente, Kaufman (1987) em seu estudo sobre violência de gênero apresentou a estrutura ternária, segundo a qual – nesta perspectiva – o homem volta sua violência contra as mulheres, contra outros homens e contra a si mesmo.

Já no que tange os matizes da violência, o Sistema de Vigilância de Violências (Sinan/Viva) classifica dez tipos diferentes: violência física; violência psicológica; tráfico humano; trabalho infantil; tortura; violência sexual; violência financeira; negligência ou abandono; intervenção legal; e outras. O resultado final do estudo é o de que “a criminalidade violenta vem sendo fortemente relacionada ao sexo masculino” (IPEA, 2019, p.27).

Assim, analisar esses números pode nos levar a uma encruzilhada interessante: estaria, por um lado, aumentando as denúncias de violência doméstica, tanto por parte das vítimas quanto de terceiros? Ou, por outro lado, seguiria crescendo o número de casos de violência contra a mulher, mesmo sob

forte resistência de legislação coibitiva? Qualquer escolha por uma das alternativas seria no mínimo um risco metodológico. A possibilidade mais provável aponta para as duas afirmativas serem justapostas e alerta para a gravidade do fenômeno provocando, agora sim, a questão central proposta: “se tem mulher que apanha, é porque tem homem que bate”.

Provocativo e polêmico, a escolha por esta construção textual evoca a necessidade de reconhecer nos sujeitos da oração também os focos de intervenção. Após uma análise distinta sobre a mulher, sobre o homem e sobre a violência é possível, conforme proposto, ampliar a compreensão sobre o fenômeno como um todo cujo amálgama da questão encontra-se na partícula condicionante “se”, conjunção subordinativa que denuncia a relação entre as orações, neste caso entre os gêneros: homem e mulher. Logo, a problemática da violência de gênero dirigida à mulher não pode ser resolvida exclusivamente pela vítima ou pelo agressor, nem por leis ou força policial apenas.

No documento intitulado “O Lar Feliz”, Del Priore (2011) resgata um trecho muito interessante “lugar de mulher era em casa, pois só aí ela salvaguardava sua honestidade sexual; só aí ela garantia a prosperidade da família, só aí ela atendia à sua natureza” (p. 260). Para além do significado das palavras, o trecho carrega vários sentidos: o do autor, no caso um homem e sua posição de decidir o lugar da mulher e os sentidos atribuídos à mulher e acatar submissa o que lhe foi imposto pelo homem.

Muitos desses sentidos são manifestados nos números da violência de gênero e se apresentam no cotidiano das relações. Porém, se aceitarmos que a sociedade é dinâmica, que a identidade dos sujeitos é uma construção em movimento, precisamos, necessariamente, reconhecer que o trecho do O Lar Feliz é datado de 1891 e isso significa que após mais de 120 anos não dá mais conta de garantir a felicidade dos lares do século XXI.

1.1.4 – Ideologia como projeto de dominação de gênero

O legado teórico deixado por Saffioti (2004) tem como maior expoente a ideologia do patriarcado compreendida como a imposição do masculino sobre o feminino, desencadeando a opressão de gênero, perpetuada por meio da tradição e

da atribuição de papéis e condições a cada um dos sexos. Nas relações patriarcais, as regras e o poder são instituídos pelo homem e legitimados por todos os membros da sociedade (SAFFIOTI, 2004, p. 47).

Este conceito ganha um tópico uma vez que o patriarcado representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência e requer uma análise mais dedicada tanto para a violência quanto para a ideologia. O trabalho Lopes (2009) sobre sentidos e significados da violência de gênero chama atenção por ter identificado entre os resultados que:

as mulheres não imaginam uma ruptura completa e definitiva com as condições opressoras de violência, uma vez que internalizaram concepções da ideologia patriarcal, que medeiam as definições do masculino e do feminino e de suas atribuições nos diferentes espaços sociais, corroborando para a não eliminação da violência de gênero na sociedade (LOPES, 2009, p.31).

A contextualização da ideologia aqui serve para identificar a notoriedade e atualidade do conceito e o uso atrelado a gênero. Em suma, “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p. 77).

Embora a ideologia tenha uma história longa e repleta de ramificações que desagua em vários conceitos e descrições, desde o filósofo francês Destutt de Tracy (1796), passando por Napoleão em 1800, chegando a Marx (1845), até Mannheim (1954) são algumas que somam diferentes concepções e usos de ideologia.

Saffioti parte do conceito de ideologia proposto por Marx que destaca a ideologia como expressão dos interesses da classe dominante. É preciso ressaltar, no entanto, que quando se fala em ‘classe dominante’ se faz necessário ampliar o olhar da constituição dessa classe sendo a esfera econômica apenas um dos indicadores, mas que no recorte de gênero, a mulher não faz parte dessa classe. E, se o homem é quem ocupa essa classe, é preciso também analisar o predicado atribuído que remete a ‘dominante’: o poder, a superioridade e a relação sobre o dominado que neste recorte encontra-se a mulher. Sendo assim, a ideologia então pode ser analisada como articulações de interesse dos homens para manter a posição de privilégio. Articulações que também são confirmadas por historiadores de gênero como Del Priore (2010, 2011, 2013), Lerner (1986) e Johnson (1997). Ideia que também é resgatada por Thompson ao criticar Marx:

Embora Marx estivesse correto em enfatizar a importância das relações de classe como base da desigualdade e exploração, ele pareceu negligenciar, ou menosprezar, a importância das relações entre os sexos, entre os grupos étnicos, entre os indivíduos e o Estado (THOMPSON, 2011, p. 78).

Marx destaca ainda que as relações de dominação eram interligadas por laços religiosos e sentimentais, de tal maneira que os processos de exploração estavam escondidos por sentimentos de dever, de honra e de dignidade.

Assim, a ideologia se constitui em símbolos e *slogans*, costumes e tradições que mobilizam as pessoas ou prendem-nas, empurram-nas ou as constroem com objetivo de promover um processo de conservação social. Compreender a ideologia do patriarcado a partir das implicações ideológicas será fundamental para analisar as relações entre homens e mulheres na constituição da violência de gênero.

CAPÍTULO 2 – ONDE TUDO ACONTECE: MÍDIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE REALIDADES

Neste capítulo reunimos dois pilares fundamentais na constituição das realidades que formam as subjetividades. A mídia é um modo de organizar a sociedade (SODRE, 1984). Além de uma multiplataforma, com destaque para internet que se consolida como uma extensão das pessoas (MCLUHAN, 2000) a mídia é marcada pela interseccionalidade de poder, subjetividade e cultura, esta última marcada pelo esvaziamento do individual.

A Teoria das Representações Sociais também não trabalha com a individualidade, do contrário, debruça-se sobre os grupos e as realidades que são constituídas e partilhadas (JODELET, 2001). Realidades estas que se constituem frutos de um saber próprio, único, que é o saber prático do senso comum transformado em conhecimentos e interpretações do mundo.

Assim, no capítulo será desenvolvida a análise mais detalhada sobre como as mídias e as representações sociais atuam na constituição de realidades para avançarmos especificamente sobre as realidades que envolvem a violência de gênero dirigida a mulher.

2.1 “SE ESTÁ NA INTERNET, ENTÃO É VERDADE”: A MÍDIA COMO VEICULADORA DE SUBJETIVIDADE

Não se sabe a autoria da expressão que intitula este tópico, mas basta uma pesquisa rápida em sites de busca que ela se autodenuncia graficamente já em 2009 e, hoje povoa a rede estampando camisetas, intitulando grupos de redes sociais e nomeando imagens que ganham corpo em expressões orais, principalmente nas bocas da geração *Millennials*¹, que a classifica como Meme.

Entender o conceito de Meme é necessário para poder se chegar a uma análise mais adequada da responsabilidade do ciberespaço e do que nele habita. O conceito nasce da etologia Meme seria uma unidade de replicação como postula seu

¹ A geração Y, também chamada geração do milênio, geração da internet, ou milênicos é um conceito em Sociologia que se refere à corte dos nascidos após o início da década de 1980 até, aproximadamente, o final do século. O instituto de pesquisa Pew Research Center classifica como geração Y os nascidos entre 1980 e 1995

criador Dawkins (2007), “assim como o gene que salta de corpo para corpo carregando uma informação, o Meme circula de cérebro em cérebro por meio de um processo que, de maneira ampla, pode ser chamado de imitação” (p. 330).

A grande questão a se considerar é que nesse processo de replicação os Memes sofrem mutações ao assumir formas de brincadeiras, jogos, piadas, vídeos, frases, *hashtags*, fotolegendas, tirinhas, ou “comportamentos que se espalham através de sua replicação de forma viral” (FONTANELLA, 2009, p. 8).

Conforme já anunciado por Lèvy (1996), no ciberespaço, não haveria separação entre a interioridade e a exterioridade dos artefatos tecnológicos. A mesma racionalidade atravessaria a tudo e a todos. A relação com este espaço é explicada da seguinte forma por Baudrillard:

Entramos na tela, na imagem virtual sem obstáculos, entramos na vida como numa tela. Vertemos a própria vida como um conjunto digital. Diferentemente da fotografia, do cinema e da pintura, onde há uma cena e um olhar, a imagem/vídeo, como a tela do computador, induz a uma espécie de imersão, de relação umbilical, de interação tátil, como já disse McLuhan a respeito da televisão (BAUDRILLARD, 1997, p. 146).

Fontanella (2011) destaca dois momentos na internet que demarcam a história do ciberespaço. O primeiro deles tem início na década de 1990, “quando ela torna-se acessível aos usuários fora dos ambientes acadêmicos, aos quais ela estava anteriormente restrita”. O segundo momento, “a fase de excesso”, refere-se ao que a cibercultura chama de Web 2.0, um período de “domesticação”, termo usado por Fontanella para caracterizar uma fase em que a internet “deixa de ser novidade” e passa a fazer parte do cotidiano, um momento que “exigiu um processo de mediação cultural que aproximasse a tecnologia dos interesses de grupos sociais específicos”. Seria, portanto, nesse segundo momento que teriam surgido os primeiros Memes da internet.

E se esses fragmentos de comunicação do ciberespaço estão na linguagem, já atesta a Psicologia, estão também no pensamento e, provavelmente nas práticas. Logo, um exemplo recente de viralizar em Meme a informação de que “se mais da metade dos eleitores votarem nulo tem que ser feita uma nova eleição” (o que é completamente equivocado de acordo com a Legislação Eleitoral do TSE (2018), mas ainda assim ocorreu nas eleições de 2018, os resultados podem ir muito além do virtual, impactando a realidade concreta e palpável de uma nação.

Não por acaso, a internet foi escolhida como campo exploratório desta pesquisa a partir dos critérios de penetração, consumo e confiabilidade. Os brasileiros estão cada vez mais conectados. Os números do IBGE (2016) dão conta que 64,7% da população brasileira declarou usar a internet para obter notícias, passando à frente da televisão, jornal impresso, de revistas e do rádio. Além de ter mais pessoas na rede algo em torno de 134 milhões (IBGE, 2016), elas também estão ficando mais tempo online. A Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2016) apresenta um relevante diagnóstico sobre os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira com destaque para a região Centro-oeste com a maior média de tempo de navegação, sendo cinco horas e quatro minutos por dia, contra quatro horas e trinta e dois minutos da média nacional sobre o tempo diário de uso de internet.

E se por um lado temos uma crescente nas variáveis quantitativas, por outro, em uma leitura mais qualitativa em relação à internet não é diferente. De acordo com um levantamento da *Reuters Institute* em parceria com a Universidade de Oxford, o Brasil é o segundo país do mundo com maior índice de confiança no que se lê na internet. “O levantamento foi feito em 36 países e apontou que 60% dos leitores brasileiros acreditam que podem confiar na maioria das notícias e na maior parte do tempo do que é veiculado pelas mídias de imprensa online. O País só fica atrás da Finlândia cujo índice de credibilidade é de 62%” (OXFORD, 2017). A partir de outra metodologia, a Pesquisa Brasileira de Mídia confirma essa tendência e apresenta dados ainda maiores chegando a 80% de confiabilidade no que publica na world wide web (BRASIL, 2016).

Logo, apropriar-se do Meme “se está na internet, então é verdade” nesta pesquisa nos exige duas posturas: a de acatar os determinantes do ciberespaço na constituição das verdades práticas da sociedade e, talvez a mais importante, investigar quais são essas verdades e como elas são constituídas nessa mídia.

2.1.1 A verdade do ciberespaço

Com o avanço tecnológico, novos ambientes virtuais foram criados, permitindo o estabelecimento de uma comunicação em rede, horizontal e sem fronteiras entre os usuários (OJEDA, 2018, p. 25). Soma-se a “aceleração

incomparável do fluxo de informação, da transmissão de formas simbólicas e de conteúdos cognitivos e emocionais” (GUARESCHI, 2000, p. 431). Tem-se um espaço com características próprias que alteram o modo de produzir e consumir informações.

O ciberespaço se posiciona hoje como uma extensão do próprio usuário como já havia sido anunciado por McLuhan (2000) e apresenta uma relação bastante especial com a consciência na medida em que “se manifestam como uma extensão da consciência ou, como nós preferimos dizer, como simulação da consciência. (MARTINO, 2000, p. 110).

É preciso considerar que a internet, assim como os demais meios de comunicação não como um suporte passivo e sim como uma tecnologia que produz impactos nos nossos modos de comunicar, pensar e agir, não se tratando de um espaço inerte pelo qual as mensagens passam. Carr a considera como uma “janela para o mundo, e para nós mesmos, um meio popular molda o que e como vemos – e com o tempo, se o usamos suficientemente, nos muda, como indivíduos e como sociedade. (CARR, 2010, p. 3)

Conforme postula Castells (2005) as novas mídias transformam e criam novos modos de consumo de informação e corrobora os estudos de Guareschi (2000; 2005; 2008) no que se refere à convergência: a internet permite estar conectado todo tempo e em qualquer lugar por meio de diferentes dispositivos, este seria um fator revolucionário desta mídia em relação às demais.

Entre os impactos dessa nova relação do ser humano com o ciberespaço vai implicar no que Thompson (2004) aponta como “novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (p. 12). No mesmo estudo o autor nomeia essa relação de “quase-interação mediada” (p.78)

Talvez a verdade que se queira contornar neste tópico seja a delimitação do ciberespaço enquanto espaço de interação. Para auxiliar-nos nesse desafio, Pierre Lévy (2006) aponta ainda que existe certa confusão na análise do real e do virtual. Para o autor, o real é costumeiramente entendido como uma efetuação material, uma presença tangível. Já o virtual é visto como a simples ausência da existência.

Etimologicamente, virtual deriva do termo medieval latino *virtualis*, que teria vindo de *virtus*, isto é, força, potência. Desta forma, ele é exatamente como o real, só lhe faltando a existência. Dentro deste contexto, o virtual não é uma oposição ao real, mas sim ao atual. (LÉVY, 2006, p. 17).

Dessa forma, o virtual se desloca no espaço físico e cria com ele uma relação complexa de cooperação. A questão de onde se está fisicamente não é mais central. Conforme Lévy (1996, p. 22) “O universo cultural, próprio dos seres humanos, estende ainda mais esta variabilidade de espaços e das temporalidades”.

Assim, penso que seja possível concluir o contorno de uma verdade da internet a de que não há distanciamento de valor entre real e virtual, mas fica evidente a interação entre ambos na qual um interfere no outro e os dois interferem no usuário.

Não se trata, portanto, de uma cultura restrita ao ciberespaço, estando tão presente nas atividades humanas que o termo cibercultura tem sido usado como sinônimo de cultura contemporânea ou pós-moderna (FELINTO, 2008).

Ainda sobre o ciberespaço se faz necessário considerar que este se apropria do que Pellanda (2004) postula como “três anseios do homem da contemporaneidade: a rapidez, a eficiência de locomoção e o permanente contato com os demais membros da comunidade” (p.5).

Nesta contextualização é que apresentamos o campo que será o ponto de partida para a coleta de notícias veiculadas em sites de notícias com a temática da violência de gênero dirigida à mulher. Considerando, sobre tudo que este ciberespaço requer do pesquisador atenção ao fato de ser “um ambiente movido devido às dimensões, ao dinamismo e à heterogeneidade da internet” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL 2012, p. 65).

2.1.2 A mídia como veiculadora de subjetividade

A mídia é hoje objeto de muitos estudos acadêmicos nas diversas áreas das Ciências Sociais e Ciências Humanas. Freire (2009) considera a mídia como um excelente campo a ser analisado por nós pesquisadores e pesquisadoras, dada a importância que adquire na vida social, especialmente, nos tempos contemporâneos. Avança Colling (2005) quanto aos objetivos empenhados nessas pesquisas. Para o autor, a grande maioria das pesquisas em mídia investiga os

efeitos dos meios de comunicação na sociedade. "A mídia funciona como interventora no processo histórico-social de um determinado grupo" (COLLING, 2005, p. 121). Corrobora Jovchelovitch (2001) ao considerar os meios de comunicação de massa como elementos importantes da construção da vida social essenciais no processo de criação e transmissão de uma sociedade.

Dessa forma, surge o que Thompson (1998) classifica como fenômenos de "mediação da sociedade moderna", e de "mediação da cultura moderna", o que na prática significa que todas as dimensões da sociedade, desde a economia, a educação, a religião, o esporte até a cultura, são hoje incompreensíveis sem que se leve em consideração a mídia.

Guareschi (2000) avança no sentido de que a mídia, hoje, constrói a realidade, instituindo o que é real ou não. "Algo passa a existir ou deixa de existir se é, ou não, midiado. É por isso que a comunicação é duplamente poderosa: tanto pode criar realidades, como pode fazer com que elas deixem de existir pelo fato de serem silenciadas" (p. 38). Para complementar esta afirmação, podemos ainda dizer que a mídia tem o poder de valorizar negativa ou positivamente coisas já existentes. Como diz Guareschi (2005) "as coisas veiculadas pela mídia são boas e verdadeiras, a não ser que seja dito expressamente o contrário" (p. 83).

Considerando, então, que a mídia pauta verdades, interfere na configuração das estruturas sociais e veicula padrões de comportamento, para a Psicologia trata-se de fenômenos que constituem a própria subjetividade do sujeito.

Na Teoria das Representações Sociais (TRS), compreender como a subjetividade se impõe e o senso comum se revela é necessário para desvelar a construção simbólica da realidade. Para Jodelet (2009) a noção de subjetividade nos conduz a considerar os processos que operam no nível dos indivíduos eles-mesmos, aquilo que corresponde aos processos pelos quais o sujeito se apropria e constrói suas representações. (p. 696). Ou seja, os sujeitos representam de acordo com sua subjetividade, ancorando ao seu mundo o que antes tinha como desconhecido. Para a TRS, subjetividade é, portanto, construída na relação dialética entre o indivíduo, a sociedade e suas instituições (JODELET, 2009)

Assim é possível trazer a discussão de subjetividade apontada por Gonzalez Rey.

Entre os agentes de constituição de subjetividade e fomentador de representações sociais na contemporaneidade está a mídia que neste trabalho assume também parte do campo de investigação de representações sobre a figura do autor de violência doméstica. A mídia é uma via de expressão, recriação e produção de muitas representações sociais dominantes em uma sociedade e pode nos servir como exemplo das manipulações simbólicas que favorecem a naturalização de certas explicações e processos sociais orientados a criar “tipos sociais” considerados como causa da violência. A imprensa dedica espaços importantes do veículo à apresentação de temas através de um jogo de imagens e atributos que excluem completamente a reflexão do periodista, gerando um impacto emocional no leitor que, por sua vez, é igualmente irreflexivo. (GONZALEZ REY, 2006 p.156)

Subjetividade, esta, que traduz aquilo que é próprio do sujeito, o espaço íntimo do indivíduo (seu mundo interno), a partir do qual ele se relaciona com o mundo externo, dando-lhe sentido. Saviani (2004) acrescenta ainda a subjetividade sendo constituída a partir das relações históricas e sociais, e, Duarte (1993), postula como sendo a apropriação pelo indivíduo singular da cultura humana, isto é, dos produtos materiais e simbólicos da atividade histórica e social.

Guareschi (2019) entende o ser humano como a soma de todas as suas relações e esta seria uma explicação sintética de subjetividade. O autor destaca a tríade sujeito, singularidade e subjetividade como interligadas, porém diferentes entre si. Nesta visão, o sujeito seria o ponto de partida das relações que se constituirão ao longo de uma vida, nesse processo são realizados – nas palavras do autor – recortes singulares dessas experiências. Logo, a subjetividade surge como um produto – nunca acabado – em construção, porém, único e diferente em cada sujeito.

Moscovici (2012), criador da Teoria das Representações Sociais, assinala que é na ação de produzir, armazenar e fazer circular nos meios de comunicação que os indivíduos e grupos constroem e reconstróem novos significados no contexto de suas vidas privadas e coletivas. Já Jodelet (2001), considera que os conteúdos presentes nas mídias não só se apropriam das representações já constituídas no meio social e no cotidiano, mas também as reforçam e elaboram novas representações, criando e propagando novos elementos para a construção do real, que dão relevância na formação das representações sociais dos indivíduos.

Wright (1968) apresenta o homem contemporâneo muito mais como um receptor de mensagens do que como um agente, tanto na ordem política quanto na cultural. Nesse sentido é possível entender que a formação de opinião como um

aspecto da subjetividade é elaborada pelo sujeito a partir das informações abstraídas do mundo e sintetizadas pelos aspectos cognitivos, de valores. O autor acrescenta ainda que as pessoas percebem, absorvem e lembram o conteúdo comunicado de diferentes maneiras e de acordo com certos fatores mediadores.

A inferência da mídia na constituição de representações sociais é examinada por Moscovici (1978) em três níveis: I) o nível das emergências das representações e a relação com a dispersão e defasagem das informações; II) nível do processo de formação das representações - interdependência cognitiva e considerações sociais; III) nível das dimensões das representações relacionadas à edificação da conduta: opinião, atitude e estereótipo, sobre os quais intervêm os sistemas de comunicação midiáticos.

Notadamente sobre o terceiro nível, Moscovici destaca que as pesquisas dos efeitos sobre a audiência têm propriedades estruturais diferentes: difusão, relacionada à formação das opiniões; propagação, com a formação das atitudes e, a propaganda, com a dos estereótipos.

Para entender a atuação da mídia como mediadora entre um determinado conteúdo selecionado e um grupo social no processo de constituição de representações sociais e subjetividade, resgatamos o conceito de mediação de Vygotsky, como forma de explicação do funcionamento do cérebro humano. A mente, de acordo com Vygotsky (1999) forma os conceitos pela mediação de signos, e a linguagem passa a ser o meio ou o modo mais importante que os seres humanos possuem para formar conceitos e para aprender, mas sempre no contexto da interação social (p. 53).

Dessa forma, eleger o ciberjornalismo, como campo para essa investigação considera três aspectos: I) inovação, a internet é a mais recente mídia em relação à imprensa, rádio e televisão, II) protagonismo na difusão, penetração e acesso, obtendo a hegemonia de presença (entre as demais mídias) na população brasileira e ainda e, III) o caráter formador de opinião e de subjetividade. Sobre o terceiro aspecto faz-se necessário registrar que aos veículos de comunicação de massa o Artigo 221 da Constituição Federal legisla quanto a atribuição deles em dar “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” (BRASIL, 1988). E, especificamente sobre a internet o marco regulatório de 2014 (Lei 12.965) cria princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e destaca:

Art. 2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como: I - o reconhecimento da escala mundial da rede; II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais; (BRASIL, 2014)

A inserção dessas duas legislações aqui pauta os conflitos entre o idealizado e o realizado, conforme questiona Guareschi (2015) “educar não é dar respostas ou ficar apenas passando informações. Educar é fazer a pergunta, é questionar, problematizar as situações para que o povo possa pensar.” A autonomia do receptor em analisar criticamente as notícias veiculadas pelas mídias é um ponto que sempre estará flutuante ao longo dessa pesquisa.

Nesse sentido, as mídias buscam veicular conteúdos que contribuam para unificar e organizar uma consciência coletiva a partir de valores e princípios estabelecidos pelas classes dominantes. Formar opinião é, sobretudo, uma intervenção ideológica, diretamente ligada à hegemonia política.

Os meios de comunicação assumem, portanto, a função de unificar ideologicamente uma identidade coletiva cada vez mais fragmentada, tentando apagar, camuflar as diferenças étnico-raciais e de gênero e as desigualdades sociais. (MARQUES; GUERRA, 2017, p. 172)

Assim, como indica Silva (2013), a atividade jornalística incorpora elementos da ideologia presente na sociedade em que se encontra e, a partir daí, dissemina os padrões sociais presentes na vida cotidiana. Por essa razão, a mídia não é (e nem poderia ser) a realidade que vivemos todos os dias, mas a representação dessa realidade, com fragmentos recortados e remontados do cotidiano.

Por fim, há que se considerar que ao analisar a mídia online, especificamente notícias do ciberjornalismo, encontraremos com sujeitos produtores dessas notícias. Estes, ao integrar a sociedade também são influenciados pelas representações sociais do que noticiam. Como já postulava Moscovici (2012), “na verdade, qualquer pessoa que tenha sido jornalista, sociólogo ou psicólogo clínico, sabe como a representação de tal ou qual gesto, ocorrência ou palavra, pode confirmar uma notícia ou um diagnóstico” (, p. 64). A mídia então seria um aparelho de confirmação de uma ideologia dominante.

2.1.3 Mídia: janela da violência de gênero

O processo de produção de notícia na mídia é explicado pela Teoria da *Agenda-setting* criada por Maxwell McCombs e Donald Shaw em 1972 e que define as dinâmicas de seleção, disposição e incidência do que será noticiado e como será noticiado, em outras palavras é esta estrutura que vai guiar o que será e, sobretudo, o que não será discutido publicamente (McCombs, 2008).

De acordo com Michaud (2002) a mídia necessita de acontecimentos que impressione, dessa forma, a violência é vista como a principal fonte para isso, com a veiculação de conteúdos fortes sobre essa temática. A mídia mascara as consequências da violência contra a mulher, naturalizando-a, veiculando somente aquilo que possui relevância, como detalhes da forma que o crime foi praticado, ressaltado na maioria das vezes a crueldade do crime (MICHAUD, 2002).

Nas notícias de gênero a mídia tende a naturalizar e banalizar alguns comportamentos, no caso das mulheres, por exemplo, a grande maioria das representações sociais são atreladas fortemente a questão do uso do corpo considerado provocações, utilizados muitas vezes como justificativas dos atos violentos: não fazer tarefas domésticas; não dispensar a atenção e cuidados considerados desejáveis aos filhos; contrapor-se a atitudes do marido/companheiro/namorado; negar-se a manter relações sexuais; mostrar-se disposta a romper com o relacionamento; ter condutas consideradas erradas como o livre exercício da sexualidade. Estas dimensões são destacadas e excetuadas de seus contextos objetivos e subjetivos, quando a mulher assume a sexualidade de forma livre, provoca as mais diversas reações em nossa sociedade. São-lhe atribuídos estereótipos, como puta, vagabunda, safada, como postula Silva (1992).

Esse padrão histórico da construção de notícias de violência de gênero dirigida à mulher denuncia o padrão de estereótipo o que de acordo com Lippmann (2008, p.97) não é neutro. Assim, o julgamento moral passa a ser, em alguns casos, uma definição primária que produz no imaginário social um enquadramento que reverte os enunciados dos crimes contra mulheres, fazendo com que elas passem a ser muitas vezes representadas como indiretamente ou diretamente responsáveis pela violência sofrida.

Mary Del Priore pauta sua pesquisa histórica em documentos oficiais e registros em jornais e relata alguns casos que ilustram como a mídia estrutura a

notícia. “Teve caso noticiado em jornais de mulher que tomou três tiros porque passou a fumar e a assistir ‘Malu Mulher’” (DEL PRIORE, 2011). Um dos casos mais emblemáticos data da década de 1970, no Rio de Janeiro. De acordo com o levantamento documental de Del Priore (2011), em 30 de dezembro de 1976, Doca Street, personagem da alta sociedade paulistana, matou com três tiros no rosto e um na nuca sua amante, a mineira Ângela Dinis. Tudo começou com uma crise de ciúme. “Invariavelmente, nesses casos, a memória da vítima é atacada para provar que seu comportamento teria levado o companheiro a matá-la” (DEL PRIORE, 2011). Em crimes de estupro, a defesa do agressor é sempre destruir a imagem da mulher para provar que ela “estava pedindo por isso”.

Azevedo e Garcia (2011) resgatam que a violência sexual e de gênero passa a ser frequentemente pautada nos meios de comunicação, na década de 1990, resultado dos enfrentamentos públicos ocorridos nas décadas anteriores em contraposição aos crimes contra as mulheres e a presente justificativa, na legislação e na sociedade brasileira, dos crimes em defesa da honra.

As violências doméstica e sexual consideradas temas tabus passam a fazer parte das agendas pública e jornalística. Neste sentido a presença destas pautas se tornou mais constante em matérias de TV, jornal, revistas, rádio, na teledramaturgia, do jornalismo especializado, entre outros. Desencadeia-se no âmbito da sociedade brasileira um movimento de ruptura com o silêncio, marca tão presente na dinâmica das violências que envolvem as relações de gênero (AZEVEDO; GARCIA, 2011, p.7).

A mídia acaba sendo um instrumento que potencializa e que dá visibilidade a violência, que de acordo com Miranda (2017) a mídia brasileira tem aberto cada vez mais espaços para os casos de violência de gênero, pois a violência possui características que prendem a atenção do público. Dessa forma, Pereira (2011) afirma que por muitas vezes a mídia sensacionaliza as questões sobre violência visando seu próprio benefício, tendo em vista uma sociedade pautada nas relações de mercado, a violência nesses casos serve de mercadoria para ser vendida e aumentar a audiência e os lucros das empresas que atuam nesse ramo.

Blay (2008) se posiciona criticamente a pauta da violência de gênero na mídia a partir da afirmação que “nem todos os crimes contra mulheres têm repercussão midiática; aqueles que ocorrem nas camadas de baixa posição econômica ficam relegados a pequenas notas na imprensa, sendo veiculados apenas os crimes muito cruéis (comoventes). E acrescenta que “a maioria dos casos de violência é

considerada normal, confirmando a expectativa de que entre os pobres e favelados, eles são esperados mesmo” (BLAY, 2008, p. 111).

Para Hall et al. (1999), a mídia não relata simplesmente e de uma forma transparente os acontecimentos que são por si mesmo noticiáveis. As notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas. A circulação das informações sobre este acontecimento nos jornais também reflete características que dizem respeito à linha editorial dos jornais e a hierarquização dos fatos.

A pesquisa de Ojeda (2018) sobre notícias de estupro e violência contra a mulher em um site de notícias de Mato Grosso do Sul evidenciou dois movimentos muito importantes. O primeiro foi a reverberação de um caso de estupro no Rio de Janeiro que repercutiu nacionalmente levando sites de notícias de outras regiões a pautar o tema buscando casos locais e, dessa maneira, participar das discussões nacionais e, também, a atuação popular via redes sociais no sentido de impulsionar as notícias e pavimentar os desdobramentos das reportagens a partir de críticas, sugestões e a participação do leitor no feedback imediato. O ganho desse movimento foi fazer com que o tema deixasse de ser noticiado como um simples caso de plantão policial e assumindo uma pauta complexa e contextualizada.

Parafraseando Mazotti; Campos (2011), qualquer que seja o nome que se dê ao espírito do nosso tempo —“sociedade informática” (Shaff, 1995), “era digital” (Santaella, 2001), “sociedade em rede” (Castells, 2000), ou “sociedade do conhecimento” (Drucker, 1994) —, o que está sendo apontado é o fato de que o sujeito contemporâneo está inexoravelmente inserido na cibercultura (Santos; Silva, 2009).

O status de internet 2.0 como sendo aquela que inaugura a comunicação de “mão dupla”, ou seja, rompe com o modelo de unidirecional de emissor-receptor e confere o poder aos usuários de também serem emissores de conteúdo transforma definitivamente a cibercultura. As notícias jornalísticas dos sites não terminam mais com o ponto final do repórter, mas continuam nos comentários dos leitores publicados logo abaixo (embora, vale ressaltar, ainda passem pelo filtro do moderador). Mas entre todos os avanços democráticos que a internet 2.0 representa, há ainda um fenômeno que deve ser considerado e que é brilhantemente explicado por Umberto Eco (2015) ao tecer que as mídias sociais

deram direito à fala a legiões de imbecis que, anteriormente, falavam apenas no bar, depois de um copo de vinho, sem causar dano à coletividade. Diziam imediatamente a eles para calar a boca, enquanto agora têm o mesmo direito à fala que um ganhador do Prêmio Nobel.

Neste tópico, o ponto de partida foi a própria sociedade em um movimento de acolher como ela se posiciona em relação à internet e fizemos isso ao considerar um Meme que traduz uma crença, uma prática e um sentido. Cientificamente, investigamos como se deu essa relação no ciberespaço e identificamos os pilares que consolidam a internet como mídia de grande impacto e campo relevante para a investigação. Por fim, o que se pretende concluir neste tópico específico é que, como vimos, o ciberjornalismo tem pautado os assuntos que serão discutidos na sociedade e considerando os processos de construção das notícias. No que se refere à questão de violência de gênero, os impactos se refletem na manutenção das mesmas crenças, das mesmas práticas e das mesmas notícias. Por isso, a investigação, agora, caminhará rumo ao consumidor dessas notícias, em como a imprensa online impacta na constituição de representações sociais do agressor de violência de gênero dirigida à mulher.

2.2 VERDADES QUE VEM DE DENTRO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA DAR CONTA DAS FORMAS COLETIVAS QUE MOLDAM O PENSAR E O AGIR

Temos até aqui dois tecidos teóricos bem delimitados. De um lado, a violência de gênero como uma constituição histórica e cultural na qual o conceito de gênero emerge como uma categoria de análise relacional que nos permite entender outros conceitos como: poder, patriarcado e identidade. Do outro, a cibercultura enquanto um fenômeno contemporâneo que altera processos de comunicação e se estabelece como meio relacional para constituição de subjetividade impactando definitivamente o posicionamento das pessoas sobre tudo e qualquer coisa.

Posto isto, partindo de uma perspectiva da Psicologia Social não individualizante e não psicopatologizante, encontramos na Teoria das Representações Sociais a linha para costurar esses “tecidos” e, nesse processo de reificação, esperamos tecer alguma outra coisa que possa contribuir, pelo menos, para cobrir algumas lacunas desta pesquisa.

Quando nomeamos este tópico como “verdades que vem de dentro”, buscamos despretensiosamente nos aproximar do próprio conceito das Representações Sociais. Sem pretensão, pois grandes autores já recorreram à prática da alcunha. Jovchelovitch as chamou de “tijoloço de saber” (2008), sem os quais seria impossível termos vida social; Mazzotti e Campos (2011) de uma forma mais poética considera as Representações Sociais como “reconstrução do conhecimento pelos sábios-amadores”. O próprio Moscovici que criou a Teoria, mas não se ocupou em estabelecer um protocolo rigoroso do conceito aventou considerá-la como “uma versão contemporânea do senso comum” (MOSCOVICI, 1981, p.181).

Essa é, pois, a essência de uma Teoria que ao considerar o saber popular constituído no cotidiano pelos grupos tenha em sua própria dinâmica. O que de algum modo tem a ver com o que Hobsbawm (1997) nomeou de “tradição inventada”.

Como um “costurar” esse preâmbulo vai unindo diferentes pontos a partir de um modelo raiz de conhecimento, aquele que intrínseco à própria mente que pensa em sociedade. Nas palavras de Guareschi (2019), Moscovici tenta reabilitar o conceito e o valor do senso comum ao mostrar cientificamente que ele está fundamentado na nossa experiência cotidiana, na linguagem e nas práticas diárias. Por tanto, se constitui como uma forma de saber. Esta é, então, a forma que nos interessa nesta pesquisa. Com todas as ressalvas epistemológicas não estamos tratando do saber como um artigo definido, mas dentre os saberes (plurais) existentes, este que nasce nos grupos e por eles são partilhados é a fonte da qual iremos nos abastecer para a discussão que visa compreender de que maneira as violências de gênero dirigida à mulher e noticiada pelos veículos de imprensa online constituem realidades e subjetividades em grupos de pessoas, ancorando opiniões, crenças, pensamentos e práticas na vida comum, como bem define Jodelet:

Se, pois, estamos falando de um tipo de saber, recorreremos a Guareschi (2019) quando explica que diferentemente do pensamento científico, em que se pode separar forma e conteúdo, o pensamento espontâneo, cotidiano, não pode ser dividido em dois: o conteúdo infecta o raciocínio tornando-o plausível, pois, sem isso a forma iria parecer incompreensível, sem sentido.

Assim, tomamos o pressuposto de que as Representações Sociais não são um conceito, mas um fenômeno que questiona a ideia dominante de ciência pura

como detentora do único saber válido e universal ao considerar o saber do senso comum constitui-se, assim, as Representações Sociais como resultados de uma vida de interação do homem com o mundo, armazenada em forma de conhecimento.

2.2.1 A relação com o mundo e as coisas pela TRS

A Teoria das Representações Sociais (TRS) se debruça sobre como um novo conhecimento se espalha e é apropriado por diferentes grupos sociais e vai além, focaliza como o ser humano procura compreender o mundo. Para o fundador da teoria, Serge Moscovici (1978), "temos que encarar a representação social tanto na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura" (p. 45).

O conceito aparece pela primeira vez por Moscovici em seu estudo sobre as representações sociais da Psicanálise (1963). Na investigação ele se dedicou a olhar o objeto a partir dos diferentes olhares de outros grupos, externos e não especializados e como eles constituíam um entendimento de Psicanálise.

A partir dos estudos de Jodelet (1984; 1986; 1989; 1994; 2001), temos nas representações sociais uma forma de construção de uma realidade comum a um conjunto social e, destaca, que a partir da necessidade que todos nós temos de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta, precisamos nos ajustar a ele e nesse processo precisamos também saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas que se apresentam. Esta seria, segundo a autora, a razão e a necessidade que leva o indivíduo e a sociedade a criar as representações.

Um acontecimento surge no horizonte social, que não se pode mostrar indiferente: mobiliza medo, atenção e uma atividade cognitiva para compreendê-lo, dominá-lo e dele se defender. A falta de informação e a incerteza da ciência favorecem o surgimento de representações que vão circular de boca em boca ou pular de um veículo de comunicação a outro. (JODELET, 1989, pág. 20)

As representações sociais têm a ver com o posicionamento que as pessoas ocupam na sociedade, trata-se da representação de alguma coisa ou alguém. "É o próprio processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas"

(JODELET, 2001, p. 22). Nesse processo as representações sociais são entidades quase tangíveis que “circulam, se cruzam e se cristalizam, continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano” (MOSCOVICI, 2012, p.39).

Farr (1994) entende que a Teoria das Representações Sociais é: “[...] uma forma sociológica de Psicologia Social” (p. 31). Essa forma sociológica advém de uma aproximação estratégica que Moscovici faz com o conceito de representações coletivas proposto por Durkheim (1967) exclusivamente em considerar como as gerações mantêm e transmitem regras morais, religiosas, dogmas e mitos de forma duradoura.

Moscovici, no entanto, enxerga sob outra ótica a natureza dessas representações, compreendendo que o sujeito é ativo no processo de constituição de sua dimensão subjetiva, através da conexão semiótica que estabelece com a sua realidade social. (MOSCOVICI, 1978, p. 25)

Diferentemente das representações coletivas, as sociais “são típicas de culturas modernas espalham-se rapidamente por toda a população, possuem curto período de vida, são parecido com “modismos” (OLIVEIRA; WERBA, 2001, p. 110). Além disso, para Moscovici, outra razão para o abandono da noção de representação coletiva foi o fato de que esta era muito estática, o que correspondia à força das regulações do comportamento presentes nas chamadas sociedades primitivas, mas tornava-a inadequada ao estudo da sociedade da época (final da década de 50 do século passado), dotada de “sistemas muito heterogêneos, políticos, filosóficos religiosos, artísticos” (MOSCOVICI, 1976, p. 40).

Trindade, Santos, e Almeida, (2011) discorrem sobre como se dá a materialização e familiarização de conteúdos estranhos ao sujeito se dá a partir dos processos de objetivação tem a qualidade de transformar entes imaginários e ideias em objetos quase “tangíveis”, quase “tocáveis”, tamanha a materialização operada pela mente em seu processo de apreensão do mundo. E, também, pelo o processo de ancoragem tem por objetivo “ancorar”, “alocar” o novo conhecimento em categorias/esquemas cognitivos comuns ao sujeito, em alguns casos, transformando esses esquemas/categorias em outros, gerando novos esquemas/categorias.

Vale detalhar um pouco mais os processos de ancoragem e objetivação, pois eles evidenciam processos explicativos importantes para a compreensão da gênese das Representações Sociais sobre qualquer objeto. Oliveira e Werba (2001) resgatam que na ancoragem procuramos classificar, encontrar um lugar, para

encaixar o não familiar. Pela nossa dificuldade em aceitar o estranho e o diferente, este é muitas vezes percebido como “ameaçador”. “Quando algo não se encaixa exatamente a um modelo conhecido, nós o forçamos a assumir determinada forma sob pena de não ser codificado” (OLIVEIRA; WERBA, 2001, p.109). Já em objetivação, as autoras retomam um exemplo de Moscovici quando procuramos tornar concreto, visível, uma realidade. “É emprestar uma imagem conhecida como cópia da realidade [...] ao chamar Deus de “pai”, objetiva-se uma imagem jamais visualizada, a de Deus, em uma imagem conhecida, a de pai, facilitando assim a ideia do que seja DEUS” (p.110).

Assim, quando elegemos a TRS como um referencial teórico que dá conta dessa pesquisa estamos considerando que as principais vantagens dessa teoria é a capacidade de descrever, mostrar uma realidade, um fenômeno que existe, do qual muitas vezes não nos damos conta.

Conforme postulam Oliveira e Werba (2001), muitas teorias dão conta de compreender os processos lógicos, racionais e cognitivos, no entanto a TRS se debruça sobre outras variáveis que também estão presentes na subjetividade e exteriorizados em comportamentos e tomadas de decisão como aspectos afetivos, simbólicos, míticos e religiosos, inclusive.

Parafraseando Oliveira e Werba (2001, p.107) conhecer como um grupo humano constrói um conjunto de saberes que expressam a identidade de um grupo social sobre um determinado objeto é o que se propõe a TRS se apresentando também como uma alternativa aos pressupostos positivistas e funcionalistas, uma vez que estes não davam conta de explicar a realidade em outras dimensões, principalmente na dimensão histórico-crítica.

Então, como consideramos que o social é construído coletivamente e o ser humano é constituído pelo e no social e nesse contexto a violência de gênero é uma questão social, os impactos da cibercultura na subjetividade é uma questão social, uma teoria que entende o social como algo dado (pronto) ou que relega a uma categoria de menor importância, não pode dar conta de sustentar essa pesquisa. A adoção da Teoria das Representações Sociais é necessária, pois neste trabalho precisamos compreender as várias dimensões da realidade, quais sejam a física, a social, a cultural, a cognitiva, e isso tudo e forma objetiva e subjetiva, no campo da Psicologia Social.

CAPÍTULO 3 - PARA ONDE VAMOS? - O CAMPO DA PESQUISA

Os capítulos 1 e 2 foram dedicados em traçar os fundamentos epistemológicos da investigação. Entender as relações de gênero, a constituição da violência dirigida à mulher, como essas realidades se configuram na mídia e de que forma a Teoria das Representações Sociais lê e interpreta esse fenômeno que serviu para apresentar e sustentar nosso objeto de estudo.

Neste capítulo, será desenhado o “como” desse processo investigativo, ou seja, apresentar os aportes metodológicos e os procedimentos realizados neste estudo. Busca-se agora desvelar o caminho que essa pesquisa percorreu para se chegar a onde ela se propunha, ou seja, desvelar as Representações Sociais do agressor de violência de gênero que são constituídas a partir de notícias veiculadas em websites. Como postula Lopes (2009), a maneira como a violência contra a mulher é perpetuada, não se enquadra em um acontecimento eventual, mas sim pela forma como é estabelecido à organização social de gênero dando relevância ao masculino.

Quando falamos em caminho, necessariamente estamos escolhendo a definição de Minayo (2016) na qual “entendemos metodologia por o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (p.16).

Desse modo, trata-se de uma pesquisa com metodologia qualitativa, de caráter exploratório, que será analisada sob as lentes da Teoria das Representações Sociais com a segurança garantida por Werba; Oliveira (2011) de que “quanto à metodologia, nas Representações Sociais ela vai variar de acordo com o objeto de estudo” (p.106).

O trabalho foi realizado com homens e mulheres, não declaradamente agressores ou vítimas deste tipo de violência, mas que se disponibilizaram a discutir o tema desde os seus lugares de fala. O rigor metodológico foi assegurado por vários métodos e técnicas de pesquisa que compuseram uma rede adequada para produção dos dados como a realização de Grupos Focais que de acordo com Werba e Oliveira (2011) trata-se de “um dos instrumentos mais usados e desenvolvidos na investigação das representações sociais tem sido a técnica de grupos focais.” (p. 112). Já a organização dos dados se deu por meio da técnica de análise de conteúdo

proposta por Bardin (1977) na qual considera “o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifestado (seja ele explícito e/ou latente)” (p. 74).

3.1 OBJETIVOS

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as representações sociais sobre a violência de gênero, sobre a vítima e sobre o agressor, constituídas nos Grupos Focais a partir da discussão de notícias sobre o assunto veiculadas no jornalismo online.

Este estudo desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos a serem alcançados:

- a) Levantar estudos teóricos e historiográficos sobre a constituição da mulher-vítima, do homem-agressor, de mídia e representações sociais;
- b) Identificar os elementos que compõem o discurso verbal de homens e mulheres participantes sobre a violência contra a mulher, a vítima e o agressor, por meio da realização de grupos focais;
- c) Relacionar as narrativas dos participantes dos grupos focais sobre violência de gênero com a construção das notícias jornalísticas sobre o mesmo tema;
- d) Analisar os impactos dessas representações na subjetividade e na manutenção de estruturas sociais a partir da ideologia do patriarcado.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi subsidiada pela perspectiva da Teoria das Representações Sociais que conforme por Lopes (2009) expressam as ideias, o pensamento de um determinado grupo social, em uma determinada época. São os significados e os sentidos que o grupo atribui à realidade. Cada integrante do grupo vai internalizando tais significados e constituindo sua

subjetividade. Os processos que as produzem estão o tempo todo imersos nas comunicações e práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho, arte, produção.

No que tange os impactos na subjetividade, nossa atenção se voltou à reflexão de Pino (2000), sobre o desenvolvimento a partir das possibilidades históricas e culturais, e ainda, ao lançar mão dessas possibilidades como instrumentos para a formação de conceitos e, conseqüentemente, da aprendizagem para além do desenvolvimento e da maturação biológica.

Na atividade humana opera uma dupla mediação: técnica e a semiótica. Se a mediação técnica permite ao homem transformar (dar uma "forma nova") à natureza da qual ele é parte integrante, é a mediação semiótica que lhe permite conferir a essa "forma nova" uma significação (PINO, 2000, p. 55).

Já a escolha em utilizar documentos jornalísticos publicados na internet (webjornalismo) se deu tanto pelo caráter de inovação, enquanto nova mídia (é a mais recente em relação à mídia impressa, rádio e televisão), como também pelo protagonismo na difusão, penetração e acesso, obtendo a hegemonia de presença (entre as demais mídias) na população brasileira respondendo por mais 134 milhões de pessoas online (IBGE, 2016), e ainda - e não menos importante - seu caráter educativo como prerrogativa das concessões de veículos de comunicação de massa como prevê o Capítulo V do Artigo 221 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A partir do levantamento da produção científica utilizando os descritores: Violência Doméstica; Gênero; Agressor; e Representações Sociais, nas bases de dados *Scielo*, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Periódicos Capes, foram encontradas 1.741 publicações, evidenciando o interesse da comunidade científica e ratificando a importância do tema. Destacou-se também neste levantamento as contribuições de outras áreas do conhecimento sobre este tema, entre elas Enfermagem, Ciências Sociais e Antropologia, responsáveis pela maioria das publicações.

Para a delimitação dos estudos encontrados, buscou-se estabelecer o foco nos estudos que envolviam a constituição das representações sociais sobre o agressor de violência de gênero, uma vez que 97% dos estudos realizados abarcando a questão da violência doméstica elegeram a vítima

como ponto de partida, ou então, pesquisam o agressor sob o viés da saúde mental ou do comportamento desviante.

Assim, a análise da produção acadêmica cujas publicações contemplavam estudos sobre agressor, violência de gênero e Representações Sociais foi reduzida a 2,5% do levantamento, restringindo-se a 39 artigos, teses e dissertações.

3.3 O CAMPO DE PESQUISA

A coleta de dados para a produção de informações foi realizada por meio da técnica de grupo focal, realizada com homens e mulheres adultos, com participação voluntária, desenvolvida em dias distintos para o grupo de homens e do grupo formado por mulheres. A metodologia adotada para delimitar o campo teve o objetivo de permitir que os elementos produzidos nos grupos fossem passíveis de análise comparativa e assim observar aproximações e distanciamentos entre as representações dos homens e as representações das mulheres sobre o mesmo objeto.

Os critérios para inclusão foram: ter interesse para participar voluntariamente; ter idade entre 18 e 60 anos; ter disponibilidade de tempo de condições de deslocamento para o local do grupo; aceitar todas as cláusulas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A); ter acesso à internet e fazer uso da tecnologia como fonte de informação de notícias. Já os critérios para exclusão de participantes na pesquisa são: não ter interesse para participar voluntariamente; ter idade inferior a 18 anos ou superior a 60 anos; não ter disponibilidade de tempo de condições de deslocamento para o local do grupo; não aceitar todas ou alguma das cláusulas do TCLE, não ter acesso à internet e não fazer uso da tecnologia como fonte de informação de notícias.

O convite para participação deu-se a partir da afixação de 12 cartazes de anúncio-convite espalhados por quatro bairros da cidade de Campo Grande (Apêndice C), estabelecendo os critérios de inclusão e colocando um telefone de contato (via aplicativo de whatsapp) para agendamento do encontro aos que voluntariamente manifestassem o interesse e a disponibilidade de participar no

dia e local escolhidos. Este procedimento buscou oferecer as condições para participação espontânea e composição aleatória e heterogênea dos integrantes.

Do início da divulgação da chamada até a realização do grupo passaram-se 60 dias. Várias foram as dificuldades enfrentadas para a realização dos Grupos Focais, desde a baixa procura espontânea de interessados que não permitia um número expressivo de pessoas para caracterizar o grupo, até dificuldades de conciliar disponibilidade de data e horário dos interessados para o encontro. A tecnologia foi um fator facilitador que evitou tentativas frustradas de realizar a sessão. Houve um acordo prévio entre os interessados sobre a disponibilidade para realização do grupo e só então foi agendado o encontro. No entanto, não houve nenhuma intervenção sobre a composição dos integrantes do grupo, cuja diversidade de perfis foi recebida com satisfação e a possibilidade da garantia de qualidade do grupo instituído.

Foi realizado apenas um encontro de cinquenta minutos com cada grupo, conforme mencionado, em datas e horários diferentes. O encontro se deu no Centro Comunitário da Associação de Moradores do Bairro Novo Minas Gerais, em Campo Grande, espaço cedido gratuitamente pela direção do Centro Comunitário.

A investigação respeitou os procedimentos éticos definidos pelo Conselho Nacional de Saúde, por meio da Resolução 196, de 1996, e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), conforme parecer favorável (Anexo I). Cujas participações podem gerar aos participantes possíveis benefícios como: de ordem coletiva, a possibilidade de contribuir para uma pesquisa que investiga o fenômeno da violência de gênero e, na ordem individual, oferecer um espaço de acolhimento, proporcionando aos participantes o protagonismo para falar e ser ouvido. Embora mínimos, também foram informados os riscos possíveis como o de constrangimento e exposição.

3.4 PRODUÇÃO DE DADOS EM GRUPOS FOCALIS

Na prática da pesquisa em RS vários pesquisadores têm feito uso extensivo do potencial do grupo focal entre eles Jovchelovitch (2004), Oliveira e Werba (1998), Galinkin, Almeida e Anchieta (2012), Ribeiro e Cruz (2013), Silva e Silva (2012), Silva, Trindade e Silva (2012) e Stenzel e Guareschi (2002). Tais estudos são possíveis pela consideração básica de que o grupo focal favorece a interação e a comunicação grupal, permitindo a emergência das representações sociais em seus conteúdos e movimentos constitutivos.

A escolha por se trabalhar com grupos focais se deu pela riqueza de conteúdo que pode emergir. Conforme Rodrigues (1988), grupo focal é "uma forma rápida, fácil e prática de estar em contato com a população que se deseja investigar". Corroborando Gomes; Barbosa (1999) no sentido de que o "grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade".

Banchs (2005) defende que os grupos focais devem ser utilizados como uma estratégia para estudos nesse campo por permitirem "por um lado, conhecer os conteúdos discursivos em torno dos quais se estruturam as representações de um objeto, e por outro, estudar os processos sociais de construção dessas representações" (p.401).

De acordo com Aschidamini; Saupe (2004), este tipo de grupo se propõe a cumprir determinada tarefa, onde os integrantes conhecem seu papel grupal de comunicação e aprendizagem (p. 9). Ainda segundo os mesmos autores, o grupo "tem por objetivo gerar uma gama de respostas e formular hipóteses, não necessariamente chegar a um discurso conclusivo sobre as questões pesquisadas" (p. 10).

Morgan (1988) afirma que a "finalidade mais comum dos grupos focais é conduzir uma discussão em grupo que se assemelhe a uma conversa normal e viva entre amigos e vizinhos" (p.22) e acrescenta:

Os grupos focais se prestam, pois, muito bem para a finalidade de se chegar ao mais próximo às compreensões que os participantes possuem do tópico de interesse do pesquisador. Pode-se compreender, além disso, não apenas o que, mas também por que, os participantes pensam da maneira como pensam (MORGAN, 1988, p.24).

Neste estudo foi adotada a estrutura sugerida por Manzini (2014) na qual o roteiro, diferentemente de uma entrevista individual, não possui perguntas unidirecionais, mas temas a serem tratados e pequenos textos iniciais que podem evocar o pronunciamento dos participantes. É importante dar centralidade à 'como', 'de que maneira', 'qual o processo', pontos positivos e negativos, o que deu certo e o que deu errado, que dão lugar a debates e posicionamentos ricos.

3.5 AS PERSONAGENS

Se cabe ao pesquisador a alcunha de autor da dissertação, permita-se honrar as personagens dessa história que está sendo contada por este coletivo que generosamente compartilharam suas intimidades, pensamentos e representações em nome da ciência e da produção de conhecimento.

A constituição de um grupo focal a partir de uma chamada (divulgação) pública apresenta duas características marcantes. A primeira é a possibilidade de obter um recorte real da sociedade, sem qualquer interferência do pesquisador, como ocorre em casos de convites diretos ou quando há direcionamento para determinado público-alvo. A segunda é o fator surpresa que implica no não controle do pesquisador quanto ao público impactado. Os/As participantes que atenderam aos critérios de inclusão/exclusão da pesquisa e participaram dos grupos receberam nomes fictícios para preservação de sua identidade. Porém as informações reais como idade e profissão foram preservadas uma vez que agregam relevância na interpretação dos dados produzidos em cada grupo.

3.5.1 Grupo de Homens

Participaram sete homens com idade entre 22 e 58 anos gerando uma média etária de 25 anos. Os nomes fictícios adotados para identificá-los foram os nomes dos meses do ano. A escolha se deu como um marcador político que remete ao calendário, à rotina e ao tempo. Para tanto, orientando-se pelo Relógio da Violência, constata-se a triste realidade de que por trás de cada tictac há homens agressores movendo os ponteiros.

Ao chamar os homens pelos meses do ano, retira-se o olhar individual e adota-se a interpretação de que a violência de gênero segue atravessando o tempo. No quadro 1 é apresentado os dados dos homens que formaram o grupo focal masculino.

Quadro 1 – Identificação Grupo de Homens

	CODINOME	PROFISSÃO	IDADE
1	Janeiro	Pastor evangélico	29
2	Fevereiro	Empresário	38
3	Março	Bancário	58
4	Abril	Arquiteto	27
5	Maio	Estudante	22
6	Junho	Comerciante	23
7	Julho	Pedreiro	49

Fonte: grupo focal.

3.5.2 Grupo de Mulheres

Já o grupo de mulheres foi composto por 10 integrantes com idade variando entre 27 e 60 anos. Considerando a formação dos grupos por chamadas públicas e de participação voluntária e espontânea, o fato do grupo de mulheres ter três integrantes a mais que o grupo de homens não pode ser considerada como uma mera questão numérica. Nessas duas integrantes a mais, indicando a diferença há sim indícios relevantes que questões de gênero quanto à disponibilidade e interesse de participar de uma roda de conversa para discutir o tema da violência. Reforça essa interpretação a diferença de

faixa etária, enquanto o grupo de homens tem média de idade 25 anos, o grupo de mulher teve média de idade de 45 anos. Nessa perspectiva é possível considerar, ainda de modo raso, que uma geração mais jovens de homens é que está disposta a lidar com a questão da violência e que a geração anterior de mulheres decidiram falar sobre o assim, talvez em nome da própria geração, mas também falar por suas filhas.

Mesmo assim, a diferença quantitativa de integrantes do grupo não resultou em comprometimento em relação ao conteúdo manifestado, uma vez que o tempo do grupo focal foi o mesmo para ambos e o material produzido das falas transcritas foi semelhante, sendo cerca de quatro mil palavras no grupo de homens e aproximadamente 4,2 mil palavras no grupo de mulheres.

Os codinomes adotados para identificar as mulheres teve inspiração no premiado filme curta-metragem Vida Maria (2007) que destaca as gerações de Marias que reproduzem as mesmas histórias. A escolha se deu também como um posicionamento político ao adotar o nome composto necessariamente com o primeiro sendo Maria e o segundo com iniciais em ordem alfabética. A proposta é associar às inúmeras Marias que são vítimas de violência todos os dias pelo fato de ser mulher. Considerando um dos nomes mais populares traduzidos em várias culturas, chama-las de Maria é aproximá-las de todas as demais mulheres. No quadro 2 é apresentado a identificação do grupo das mulheres que participaram do grupo focal feminino.

Quadro 2 – Identificação Grupo de Mulheres

	CODINOME	PROFISSÃO	IDADE
1	Maria Aparecida	Advogada	36
2	Maria Beatriz	Costureira	60
3	Maria Clara	do lar	60
4	Maria das Dores	Professora	33
5	Maria Eduarda	Aposentada	55
6	Maria Flor	Assessora Parlamentar	50
7	Maria da Glória	Turismóloga	37
8	Maria Heloisa	Empresária	49
9	Maria Inês	Serviços Gerais	45
10	Maria Julia	Secretária	27

Fonte: grupo focal.

3.6 PROCEDIMENTOS

A fim de manter o máximo de controle dos processos do grupo e o mínimo de interferência na produção dos dados desenhamos os procedimentos que detalharemos a seguir e que foram realizados nos dois grupos.

No dia e horário combinado o grupo se reuniu no espaço já apresentado. Inicialmente foi feita a apresentação do pesquisador e da pesquisa. Na sequência foi entregue o TCLE, neste momento foi solicitado que todos fizessem a leitura cuidadosamente o conteúdo do termo antes de assinar e também foi reforçado que o encontro seria gravado em vídeo e também em áudio.

Cumpridos os protocolos exigidos pelo Conep, foi realizada uma pergunta introdutória como instrumento norteador para associação livre e introdução do tema: “O que é violência para vocês?”.

Na sequência, foram entregues cópias impressas das duas reportagens extraídas dos sites de notícias narrando casos de violência de gênero e feminicídio. Foi solicitado voluntário para fazer a leitura em voz alta. O desenvolvimento do grupo seguiu conforme o roteiro de perguntas (Apêndice B), explorando o conteúdo das reportagens. Pretendeu-se nesse movimento estimular a construção coletiva de ideias e representações.

Concluído o período de produção de dados, iniciou-se a fase de tratamento dos dados a partir do seguinte protocolo:

- a) escuta completa da gravação dos dois grupos;
- b) transcrição na íntegra de cada grupo em texto corrido (Word);
- c) primeira leitura ampla da transcrição para compreensão geral dos conteúdos emersos;
- d) transcrição na íntegra de cada grupo em tabela (Excel) preservando ordem de pergunta e resposta;
- e) segunda leitura para identificar elementos comuns em todas as falas manifestadas que indicassem elementos de RS;
- f) organização das categorias de acordo com os núcleos temáticos a partir das sínteses das unidades do discurso;
- g) inserção do corpus no IRAMUTEQ e produção de gráficos e tabelas;

3.7 O PONTO DE PARTIDA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO WEBJORNALISMO

Como já foi dito, o ponto de partida desta pesquisa foram notícias de violência doméstica veiculadas em jornais online. Elas subsidiaram a discussão no Grupo Focal e fomentaram a exploração das representações sociais.

Considerando as condições mais adequadas de discussão em grupo focal, escolhemos somente duas notícias, sendo uma de um site nacional e outra de um site regional. Antes de apresentar as notícias, faz-se necessário justificar a escolha das fontes, ou seja, os sites jornalísticos.

A referência utilizada foi o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), entidade nacional sem fins lucrativos, responsável pela auditoria multiplataforma de mídia. De acordo com o levantamento realizado em setembro de 2019 por acesso (incluindo desktop, smartphones, tablet e outros), o webjornal mais acessado no Brasil foi a Folha de São Paulo, com mais de 152 milhões de páginas clicadas e 21 milhões de leitores únicos no mês (IVC, 2019). Já de acordo com a mesma fonte, o webjornal de Mato Grosso do Sul com maior acesso é o Campo Grande News, com mais de 15 milhões de páginas clicadas e 1,3 milhão de leitores únicos no mês de setembro (IVC, 2019).

Com a definição dos webjornais escolhidos a partir dos critérios justificados, a seleção das notícias deu-se atendendo o período de publicação, dentro do mesmo mês em que foi feito o levantamento da audiência, ou seja, setembro de 2019, e a partir da ferramenta de busca disponível nos sites foram pesquisadas notícias com os descritores “violência+gênero” juntos. Cabe aqui um adendo: verificou-se que a imprensa enquanto veículo que utiliza a linguagem coloquial não se apropria regularmente da expressão “violência de gênero”, utilizando como sinônimo nas notícias “violência doméstica” e “violência contra a mulher”. No entanto, embora haja certa aproximação semântica, vale ressaltar que essa prática reforça um distanciamento conceitual e relevante ao não considerar as relações de gêneros como causa

da violência e reforçar representações hegemônicas imbricadas na palavra doméstica como restrita à relação conjugal privada como ilustrada pela máxima “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”.

Saffioti (2001) dedica-se a diferenciar os conceitos de violência doméstica como não sendo o mesmo que violência intrafamiliar, e também muito diferente de violência de gênero. Embora os três conceitos tenham como ponto de partida a relação desigual de poder e, geralmente, o homem na posição de agressor. Na violência doméstica evidencia-se o ambiente, porém, não restringe ao núcleo familiar, isto é importante para pensar os diferentes tipos de violência praticados pelos patrões contra as empregadas domésticas (principalmente a violência sexual) em uma relação específica. Já na intrafamiliar, incluem-se filhos e denota também o uso de violência como padrão de relação direta ou indiretamente. Por fim, violência de gênero é uma nomenclatura carregada de sentido político para destacar o poder e controle dos homens sobre as mulheres. O critério de inclusão foi considerar a primeira notícia do mês que apresentou um caso real de violência de gênero dirigida à mulher (podendo ser, ou não, de feminicídio), que partisse de um boletim de ocorrência ou denúncia. Dessa forma, toda notícia que não reportava um episódio factual desse tipo de violência constituíram os critérios de exclusão.

Considerando que a violência de gênero contra a mulher é uma questão epidêmica no Brasil conforme já apresentado no capítulo anterior e demonstrados por diversos estudos como o Relógio da Violência (IMP, 2018), o Atlas da Violência, (IPEA, 2018), o Raio-X do Feminicídio (MPSP, 2018) e o Sistema de Vigilância de Violências (Sinan/Viva, 2019), entendemos que qualquer notícia que repercuta um episódio desse tema traz consigo toda a representação da realidade macro sobre a estrutura da violência de gênero e pode contribuir nesta pesquisa.

Dessa forma, as notícias selecionadas foram: “Cabeleireiro é preso acusado de matar ex-mulher na frente dos filhos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019) (Anexo II) e, “Pai de mulher morta pelo marido diz que não ficou surpreso com o crime” (CAMPO GRANDE NEWS, 2019). (Anexo III)

Assim, reunimos duas notícias que embora tivessem um lócus geográfico diferente, contextos específicos, apresentavam em comum a

relação de um homem-agressor e uma mulher-vítima e a violência de gênero como resultado.

3.8 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Na pesquisa é necessário ter em mãos um suporte teórico para não cair na mera aplicação do método. No entanto, Ibañez (1992) mostra que é preciso ter cuidado com a supervalorização do método, pois há uma dependência entre teoria, método e dados. Utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) como conjunto de técnicas de análise de comunicações. Conforme postulado pela autora “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (pg. 31).

Considerando as comunicações como instrumento da linguagem e, portanto, campo da linguística, a Análise de Conteúdo se debruça sobre sentidos e significados como é explicado por Moscovici (1981) “os psicólogos assimilam a linguagem como um conjunto de indicadores de fenômenos não-linguísticos, assim a Psicologia Social se introduz comodamente no campo da significação” (p.172), conforme ilustra Lopes (2009)

É possível compreender como a concepção e o significado de “homem” e “mulher” se estruturam na sociedade, compondo a subjetividade humana e mediando os comportamentos de cada sujeito perante a sociedade, tais comportamentos são norteados pela noção de gênero, mais especificamente pela representação social de gênero existente nos grupos sociais. (LOPES, 2009, p.121)

Para Franco (2003), a análise de conteúdo é um método que se assenta nos pressupostos de uma concepção crítica dinâmica da linguagem “entendida, como uma expressão da existência humana, que em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo entre linguagem, pensamento e ação” (p.14).

A escolha por essa técnica de análise é justificada pelo objetivo a que ela se propõe que é o da “representação condensada da informação, para

consulta e armazenagem para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem". (BARDIN, 1977, p. 46)

Todos os dados produzidos a saber, o conteúdo das notícias oriundos da organização do software Iramuteq, bem como a transcrição das falas que surgiram nos grupos focais, foram submetidos às técnicas de análise de conteúdo a partir da leitura flutuante, a formulação as hipóteses e sistematização das ideias iniciais em categorias temáticas. As categorias, explica Franco (2003) não são definidas *a priori*. Emergem da fala, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constante ida e volta do material de análise à teoria. As categorias vão sendo criadas, à medida que surgem nas respostas, para depois serem interpretadas à luz das teorias, que nesse estudo é a TRS. Em outras palavras, o conteúdo, que emerge do discurso, é comparado com algum tipo de teoria. (p.53)

O tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadoras de significações isoláveis. O tema é uma unidade de significação complexa, de comprimento variável; a sua validade não é de ordem linguística, mas antes de ordem psicológica. (BARDIN, 1977, p.105)

O que se pretendeu a partir da classificação temática foi identificar os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.

Conforme postula Franco (2003) uma importante finalidade da análise de conteúdo é produzir inferências sobre qualquer um dos elementos de comunicação. O analista, a partir dos dados, infere de maneira lógica conhecimento que extrapolem o conteúdo manifestado nas mensagens, produzir inferências é resultado da comparação dos dados entre si e com os pressupostos teóricos (p.24).

3.8.1 IRAMUTEQ: suporte na organização dos dados

O conteúdo verbal produzido nos grupos e transcrito gerou mais de oito mil palavras. Considerando que as representações sociais também são manifestadas pela oralidade fez-se necessário recorrer ao suporte tecnológico para auxiliar (não substituir) a organização dos dados para posterior análise

Dessa forma, foi utilizado o software gratuito Iramuteq, licenciado por GNU GPL (v2) que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas, indivíduos e palavras. Sua tecnologia está ancorada no software “R” e na linguagem *python*.

Na prática, conforme sugere Camargo e Justo (2013) trata-se de um software que viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica, que abrange, sobretudo, a lematização e o cálculo de frequência de palavras; até análises multivariadas como classificação hierárquica descendente, análise pós-fatorial de correspondências e análises de similitude.

No Iramuteq essas análises podem ser realizadas tanto a partir de um grupo de textos a respeito de uma determinada temática; como a partir de bancos de dados construídos a partir de testes de evocações livres. (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 514)

A regularidade de um vocabulário específico indica a existência de um “campo contextual” com um espaço semântico específico (NASCIMENTO, MENANDRO, 2006).

Os procedimentos técnicos do *Software* se desenvolvem em quatro etapas: 1ª) o programa realiza uma leitura do corpus discursivo distribuídos em Unidades de Contexto Inicial (UCI) e faz um cálculo dos dicionários; 2ª) são selecionadas as frequências das palavras em sua forma reduzida e são definidas as Unidades de Contexto Elementar (UCE), é também na segunda etapa que o programa gera a classificação hierárquica descendente (CHD), que nos permite a identificação da associação dos *themata* encontrados neste estudo. 3ª) inicia a comparação entre os dados obtidos nas primeiras duas etapas, sendo que somente os dados estáveis são considerados para os perfis de cada classe. Nessa etapa é feita a análise fatorial de correspondência (AFC) referente ao cruzamento entre as formas reduzidas e as classes formadas. 4ª)

destina-se aos cálculos complementares e à criação de listas de formas reduzidas de cada classe, além de definir qual UCE pertencerá a cada classe.

Após o procedimento de análise e síntese, o *software* gera um relatório que permite a investigação dos resultados por parte dos pesquisadores.

A análise textual é aplicada nos estudos de pensamentos, crenças e opiniões produzidas em relação a determinado fenômeno, tema de investigação, permitindo a quantificação de variáveis essencialmente qualitativas originadas de textos, a fim de descrever o material produzido por determinado sujeito ou sujeitos (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 513).

O conceito de *themata*, ou, foi desenvolvido por Moscovici (2003) que definiu como concepções primeiras às quais os homens de ciência aderem e modulam a maneira pela qual a imaginação deles é governada. Trata-se de concepções fundamentais, estáveis, largamente difundidas, comuns a um grande número de pessoas; que se concretizam em conceitos, métodos ou hipóteses, que orientam a atividade de pesquisa.

Com os dados organizados, a interpretação utilizou-se da técnica da Análise de Conteúdo, de Bardin (1977), no intuito de se aproximar dos dois objetivos que a autora estabelece a “verificação prudente” e a “interpretação brilhante”. Afinal, parafraseando P. Henry e Moscovici (1968) “tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo”. No decorrer desta sessão detalharemos cada etapa.

3.9 APRESENTANDO OS DADOS

São as *thematas* que permitem a organização dos dados. A partir delas, nos apoiamos em duas técnicas já anteriormente apresentadas: a análise de dados textuais a partir dos grafos gerados pelo *software* Iramuteq conforme Camargo e Justo (2013) e, a técnica de Análise de Conteúdo Bardin (1977) e Franco (2003).

Entre os modelos gráficos de diagnóstico textual que Iramuteq fornece, selecionamos o gráfico de similitude cujos resultados auxiliam no estudo das

relações entre objetos permitindo identificar possíveis categorias e a partir de comunidades de palavras, conforme detalham Camargo e Justo (2013).

No Iramuteq, a análise de similitude mostra um grafo que representa as ligações entre palavras do corpus textual. A partir desta análise é possível inferir a estrutura de construção do texto e os temas de relativa importância, a partir da coocorrência entre as palavras. Ela auxilia o pesquisador na identificação da estrutura da base de dados (corpus), distinguindo as partes comuns e as especificidades, além de permitir verificá-las em função das variáveis descritivas existentes. (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 78)

O corpus textual analisado foi a transcrição das falas gravadas nos grupos focais de homens e de mulheres. A partir da frequência de palavras, seus sinônimos e palavras associadas, o software gera uma árvore de coocorrência que é composta por um núcleo central, a partir do qual, surgem algumas ramificações. O núcleo central explica Camargo e Justo (2013), é representado pela palavra que aparece em destaque (maior fonte) da qual surgem ramificações que descendem. Os ramos que apresentam maiores graus de conexão com o núcleo e estarão próximas identificando pelo tamanho da fonte a frequência e relevância.

Assim, a interpretação do gráfico de similitude é feita a partir das comunidades que são os agrupamentos de palavras que indicam suas relações com os temas, também considerando tamanho e destaque da fonte, ou seja, quanto maior a fonte (ou negrito), maior é sua importância dentro de todo o contexto das falas, e deve-se considerar ainda a posição das palavras nos quadrantes, isso significa que a localização das palavras (ou grupos de palavras) também denotam aproximações e oposições.

3.9.1 Dados do Grupo Focal de Mulheres

O gráfico de similitude abaixo (gráfico 1) foi gerado a partir do corpus textual produzido no grupo de mulheres. Baseado na análise dos grafos é possível identificar as ocorrências entre as palavras e as indicações de conexões entre os temas agrupados. Cada gráfico de similitude se configura de uma maneira exclusiva podendo representar uma “digital” do corpus textual. O

gráfico das mulheres, por exemplo, lembra o formato de uma flor, cujas pétalas são as pequenas comunidades de palavras. Observa-se que é formado por um grande núcleo central e 23 comunidades ramificadas.

No centro do núcleo se destaca a palavra “não”, que embora seja uma das mais frequentes na maioria dos discursos longos, neste corpus específico carrega sentidos próprios associados à restrição e impotência da mulher tanto na relação com o homem quanto diante da violência. No entanto, algumas falas evidenciam as várias contradições em relação à vítima, ao agressor, à violência de gênero, como é possível observar nos fragmentos a seguir :

“Eu acho que o agressor **não** tem uma característica formada” (MARIA DAS DORES).

“Infelizmente a maioria de nós fomos educadas de uma forma que a gente **não** sabe se defender” (MARIA BEATRIZ).

“...ai o filho chora, ele diz ‘**não** chora meu filho, homem **não** chora’. Pensa quando uma mulher vai falar não para um homem” (MARIA FLÔR)

“...muitas vezes a gente **não** tem o apoio delas (mulheres). ...elas falam ‘insiste’. Você **não** vai ouvir ‘isso é perigoso, pode piorar, vamos procurar ajuda... Para pra pensar no psicológico desse mulher. O que ela já enfrentou. Ela não tem mais estrutura física” (MARIA APARECIDA).

Os sentidos e significados carregados nos diversos usos da palavra “não” expressados nas narrativas das mulheres evocam aspectos limitadores e restritivos é possível interpretar o caráter de reprodução dos aspectos culturais e sociais do feminino. Em outras palavras, é como se esse “não” que sai das bocas dessas mulheres não pertencessem a elas, embora pertencesse ao feminino, revelando o paradoxo do gênero marcado pela imposição de restrições normativas, como se percebe no trecho da fala de Maria Beatriz “a gente não sabe se defender”. Essa leitura fica mais evidente ao comparar com o grafo do grupo de homens (gráfico 2) que será apresentado mais adiante e

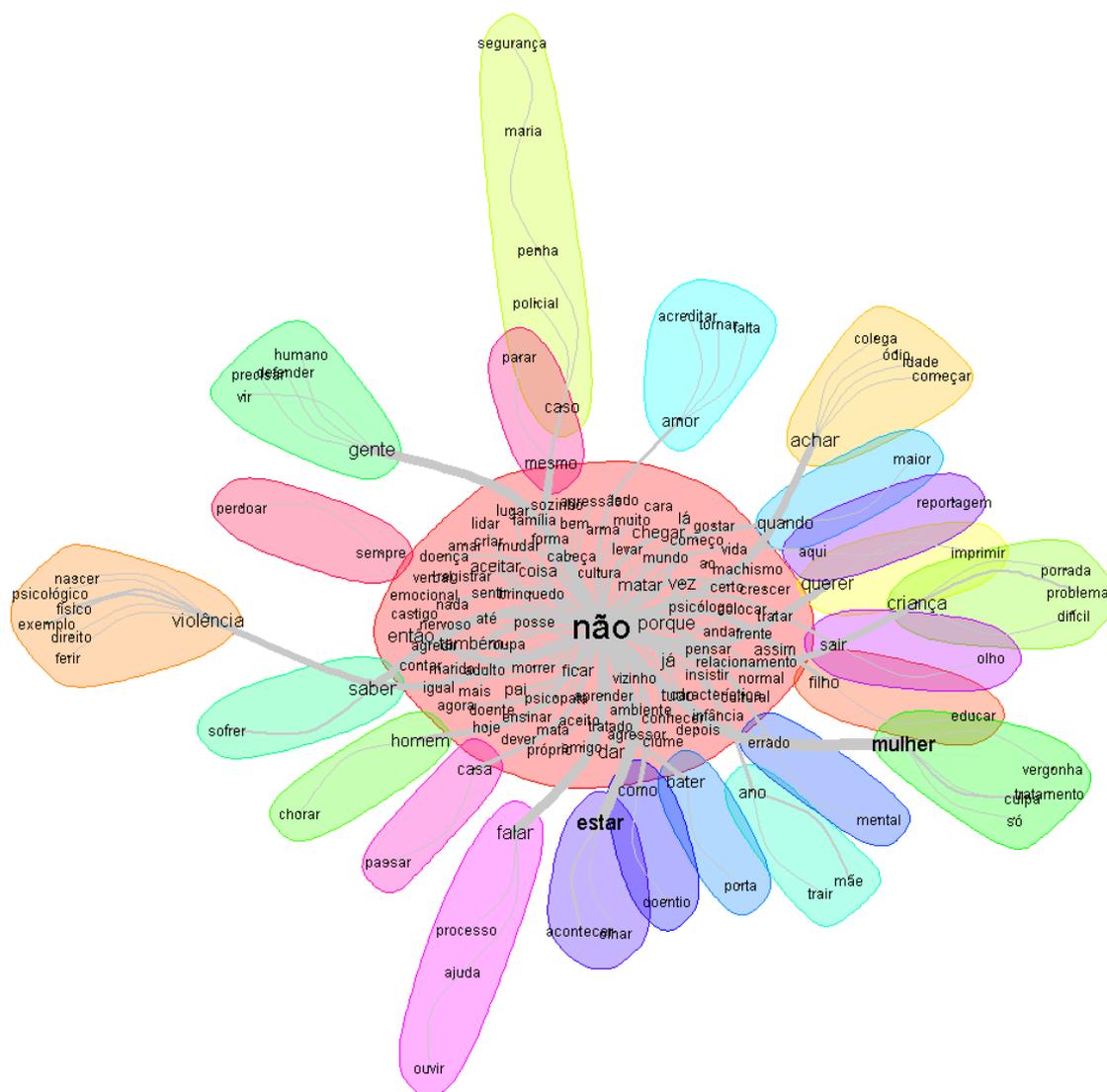
que também destaca a palavra não, porém, associada a sentidos e significados bem diferentes.

Dessa forma, quando Maria Flor ilustra com sua expressão “homem não chora” os espaços, os fatos que a sociedade nega ao feminino e masculino. Assim nos contextos das RS é possível verificar as normas estabelecidas pelo discurso sociais de impedimento do pleno desenvolvimento de características de cada pessoa e que são impedidas. Romper com barreiras normativas pode levar a transformações de estereótipos de construção de gênero. Como por exemplo, o não chorar para o masculino o impede de desenvolver aspectos emocionais importantes do ser humano e que fazem parte da estruturação saudável da identidade.

Ao longo do processo de constituição identitária do feminino e masculino, as pessoas, ao se deparar com as negações para aquilo que pode ou não fazer parte constitutiva do seu gênero. Romper com tais negações é que pode levar a constituição de autonomia e retomada das relações de poder não hierarquizadas que marcam a primazia do conceito de gênero, conforme identificada por Scott (1995) e que as falas tanto da no grupo de mulheres quanto no dos homens revelaram as representações sociais que configuram a mulher como vítima, pois ela é fraca, sem autonomia, por tanto perdedora. Essa derrota do feminino fica explícita na fala de Maria Aparecida em “a gente não tem o apoio delas”, revelando a retaliação à sororidade e expondo uma mulher solitária, isolada, como uma presa fácil, desgarrada.

Já a análise das comunidades foi realizada em duas perspectivas, a primeira considerando a localização das comunidades em cada quadrante permite identificar as categorias que se opõem, como por exemplo:

Gráfico 1 de Similitude – Grupo focal de mulheres



Fonte: Iramuteq

I) Segurança/Maria da Penha X Falar/Ouvir/Ajuda

A relação que se percebe nesses extremos é que as mulheres deste grupo não se sentem seguras, da mesma forma que o instrumento legal (Lei Maria da Penha) é colocado como distante da sua voz. O gráfico permite inferir que a Lei (N. 11.340/2006) não é percebida como dispositivo de ajuda e de segurança uma vez que suas vozes e seus medos não são ouvidos, conforme ilustra o trecho a seguir:

“...outra coisa que eu acho errado. Maria da Penha, que segurança ela dá para as mulheres? Você não viu aquele acaso da mulher que trabalhava no salão, o homem entrou e matou ela? Não tem segurança nenhuma com a Maria da Penha. Tem que ficar não sei quantos metros, mas ele pode avançar e matar a mulher num piscar de olhos.” (MARIA DAS DORES).

II) Violência X Criança

A oposição dessas palavras no gráfico exige uma interpretação mais complexa. Próximo da expressão “violência”, está colado “nascer”, “psicológica”, “física”, construindo um sentido de uma violência essencialista e que se manifesta nos campos interno e externo. No entanto, a categoria criança está colada com “problemas” e “dificuldades”, associando à questão da maternagem e criação, uma vez que se trata da análise do corpus do grupo de mulheres. Dessa forma, a oposição presente no gráfico denota um confronto do próprio conceito de violência, como se existissem dois tipos distintos. Quando manifestada na criança, a violência não é percebida pela mãe, mesmo que a própria mãe relacione essa repercussão em um adulto agressor de violência de gênero.

No trecho da fala de Maria Clara “...eu vejo crianças de um ano batendo no rosto da mãe e a mãe não faz nada. Então aquela criança está sendo agressiva desde bebezinho.....A mãe acha normal, aceita a criança bater...” percebe-se, por um lado, a banalização da violência travestida na “inocência” da criança, no sentido de que não exista ainda a intencionalidade e por isso estariam elas impedidas de serem admoestadas. Por outro lado, a cena ilustra um nexo causal como justificativa de uma violência intrínseca desde o nascimento. Cabe neste recorte identificar os processos de ancoragem e objetivação da TRS, quando a violência da criança é reconhecida pela mãe como próximo da violência do adulto e materializa em uma representação de algo inato.

III) Homem/chora X Reportagem

Essa oposição fica explícita na relação de que homem não pode chorar e que o choro masculino não tem visibilidade, logo reforça representações da masculinidade sem afeto, emoções e vulnerabilidades. Os homens

representados nas reportagens trabalhadas nos grupos e também, nas notícias lembradas pelas mulheres tinham em comum racionalidade, frieza e controle. “Homem não chora” foi exposto como algo da intimidade da família, não pertencendo ao público. Como foi visto no capítulo sobre a construção social da masculinidade, este aspecto expõe como se dá essa construção. No ponto de vista das mulheres, está para o masculino o poder do controle absoluto, incluindo sobre as próprias emoções.

A mesma percepção das mulheres é reforçada pela imprensa na construção de reportagens que não questionam essa relação do masculino com emoções (no caso o choro) e, do contrário, reforçam o estereótipo e representações da masculinidade hegemônica.

IV) Mulher X Precisa/Defender

A oposição destas expressões no gráfico aponta para a vulnerabilidade percebida pelas mulheres do grupo sobre a categoria mulher. Vulnerabilidade que também é uma construção social e histórica das relações de gênero. No gráfico fica explícito como a mulher está longe da própria defesa e a presente necessidade de se defender conforme e é reforçado em nas falas a seguir:

“...a maioria de nós fomos educadas de uma forma que a gente não sabe se defender...” (MARIA APARECIDA)

Até aqui analisamos as principais expressões a partir da posição que as comunidades se encontram no gráfico de similitude, consideram polos extremos. A segunda perspectiva de análise das comunidades se dá pela relevância destacada a partir do tamanho da fonte que indica maior frequência de determinada expressão. Dessa forma analisaremos as comunidades que mais se destacaram em relevância:

a) Amor – Acreditar – Falta

Localizada na parte superior ao núcleo do gráfico, essa comunidade indica que as três palavras aparecem nas falas sempre associadas entre si e fica vidente que esse “amor” empenha-se em suportar a violência, acreditar que o agressor irá mudar e, também, que a falta de amor está na origem da

violência. Nas duas situações é possível interpretar que o amor seria um atributo da mulher e dela a responsabilidade pelas consequências, conforme ilustram os fragmentos representativos a seguir:

“A mulher acredita no amor, no perdão” (MARIA INÊS)

“Eu também acho que é falta de amor da família desde o nascimento dele. Ai ele se torna violento” (MARIA HELOISA)

Essa comunidade evoca representações hegemônicas do amor romântico, da família nuclear, dos papéis burgueses e capitalistas atribuídos à mulher conforme já postulado por Del Priore (2006; 2011; 2013), Rubin (1969), Saffioti (1994) e Lopes (2009; 2013).

b) Mulher – Vergonha- Culpa – Tratamento

Essa comunidade está no lado direito do gráfico e agrupa essas palavras que nas falas estão associadas também à culpabilização da mulher, seja por ser omissa e manter a violência, seja por não ter coragem suficiente para superar a vergonha e sustentar a denúncia, ou mesmo pela criação dos filhos homens conforme indicam os fragmentos representativos a seguir:

“Esse homem não é normal, mas muitas vezes a mulher tem sua parcela de culpa. Eu conheço casos de mulheres que já foram agredidas e não fizeram nada contra o marido” (MARIA DA GLÓRIA).

“As mulheres tem muita vergonha mesmo. A maioria que registra B.O. não representa” (MARIA APARECIDA).

“Com certeza essa pessoa (agressor) não foi bem tratada quando criança...” (MARIA CLARA).

A culpabilização da mulher não é um fenômeno novo. Silva (2017) resgata esse fenômeno presente nas artes, música, religião, educação e até mesmo nas decisões judiciais. No entanto, o que chama atenção é o aparecimento

dessa categoria nas falas das próprias mulheres, indicando o quando essa culpa foi absorvida e é reproduzida não apenas neste específico grupo focal como também em grandes amostragens como o levantamento nacional sobre Tolerância Social à Violência Contra a Mulher (IPEA, 2014) que trás dados da ordem de 58,5% dos entrevistados afirmando que: “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (p. 22).

Já em relação à vergonha também tem certa relação com a culpa no sentido de que expor publicamente a situação de violência conjugal, de certa forma, indica o fracasso da mulher como esposa e responsável pela desestruturação do lar e da família. Esse mesmo contexto aparece no trabalho de Lopes (2009) sobre sentidos e significados de violência de gênero.

c) Violência – Nascer – Psicológico – Ferir – Exemplo

Essas palavras formam uma mesma comunidade no lado esquerdo do gráfico e indicam as várias representações associadas à origem da violência de gênero como sendo essencialista, ou um distúrbio psicológico, ou mesmo aprendida a partir de exemplo familiar e ambiental. A palavra Ferir indica uma das formas de violência, como veremos nos trechos abaixo:

“Para mim, violência é tudo aquilo que fere a dignidade da pessoa”
(MARIA DAS DORES).

“Ele nasceu naquela cultura errada. Outros têm problemas psicológicos mesmo. Já nasce torto e vai morrer torto” (MARIA BEATRIZ).

“...algum exemplo dentro de casa, talvez, dos pais. Presenciei alguma violência, cresce em um ambiente assim, né” (MARIA APARECIDA).

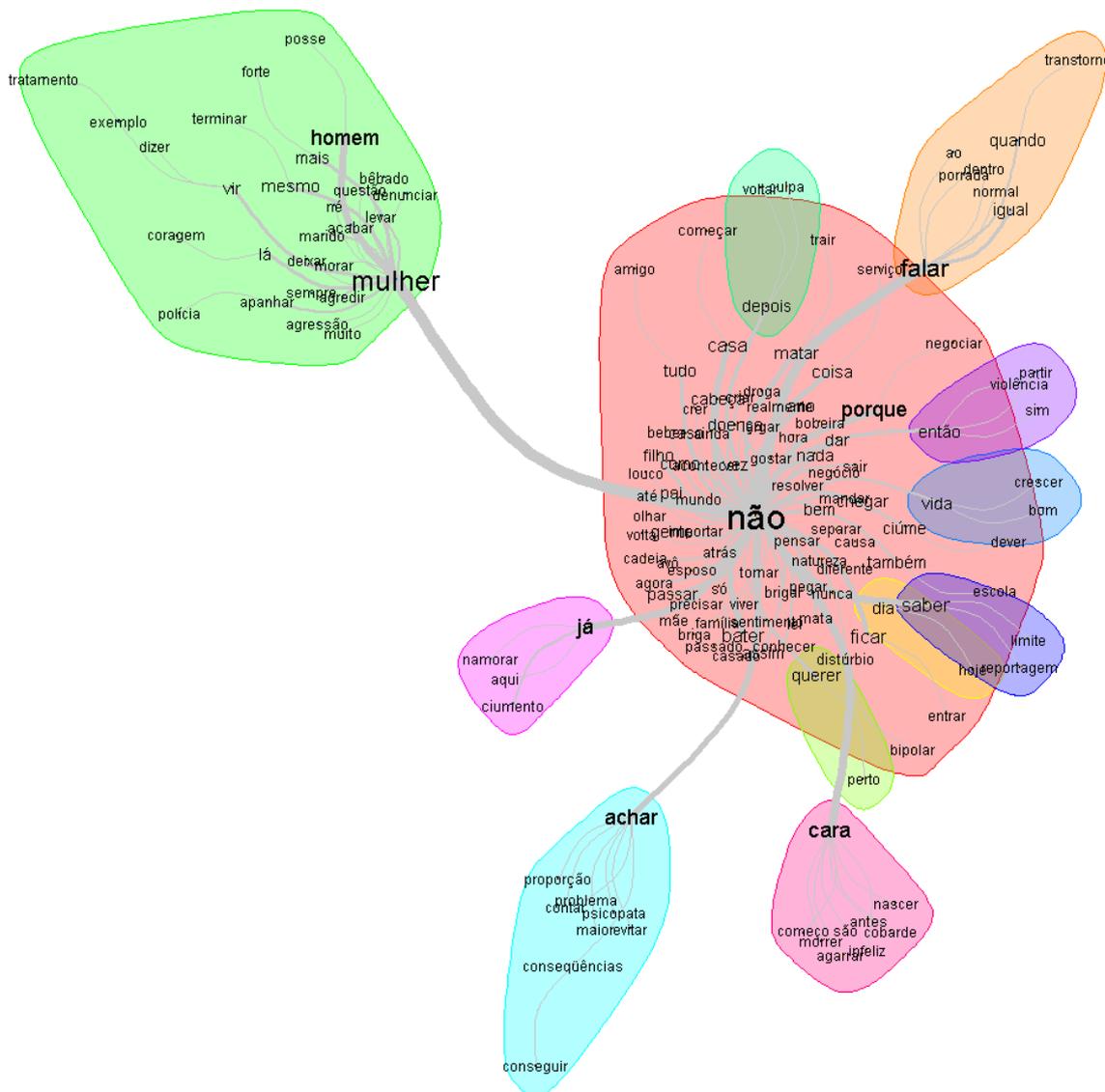
Embora as teorias explicativas descredenciem o determinismo e o essencialismo, percebe-se como algumas representações sobre a violência são constituídas pelos grupos para dar sentido ao fenômeno conforme explicado por Jodelet (2010). Corrobora Manita (2005) no sentido de que “qualquer grupo de explicações do comportamento violento, se tomado

isoladamente, revela-se simplista. Assentar apenas em uma vertente este complexo fenômeno é reduzi-lo ao senso comum” (p. 238).

3.9.2 Dados do Grupo Focal de Homens

No gráfico 2 de similitude, oriundo do corpus textual do grupo de homens percebe-se uma configuração diferente do gráfico do grupo de mulheres. Formado por dois núcleos, um também com a palavra “não” como eixo nuclear e outro, com destaque para as palavras “mulher” e “homem”. Além desta diferença, o gráfico do grupo de homens também possui um número menor de comunidades, evidenciando a distinção dos *corpus textuais*.

Gráfico 2 de Similitude – Grupo focal de homens



Fonte: Iramuteq

Baseado na análise dos grafos é possível identificar no núcleo maior que, considerando o conteúdo transcrito do grupo de homens, a palavra “não” surge predominantemente associada a justificativas e em formas de isenção dos participantes, no sentido de ponderar e relativizar alguns temas polêmicos e, principalmente, que associem homem à violência, conforme ilustram os fragmentos representativos a seguir:

“A gente **não** sabe realmente o que se passa na cabeça dele (agressor), o que passava no trabalho dele. A gente de fora **não** tem como responder” (ABRIL).

“Esse negócio de criado, de berço, isso aí **não** tem nada a ver. O cara pode ser criado em casa de bandido e ser calmo, tranquilo e **não** ser igual aos pais” (JUNHO).

“Já aconteceu também do homem ser traído e **não** fazer nada... **não** matar” (JANEIRO)

Para o masculino, o não carrega sentidos e significados de autodefesa e esquiva. É possível interpretar os trechos acima como o não, em diferentes contextos, é determinista e afirmativo. Quando Abril diz que “a gente de fora não tem como responder”, argumenta em nome de todos os homens o não envolvimento no sentido de tecer críticas ou hipóteses que comprometam o homem que agrida a mulher. Logo é possível identificar elementos de fraternidade, ou seja, dos códigos de proteção do masculino.

Já na fala de Junho, o não opera como um argumento cabal para invalidar outras possibilidades que questionam a constituição da violência e que possam ameaçar o status da masculinidade. Este mesmo processo também pode ser identificado no trecho de Janeiro.

Já a análise das comunidades foi realizada em duas perspectivas. A primeira, considerando a localização das comunidades em cada quadrante do gráfico permite identificar as palavras que se destacam pela oposição. Como por exemplo:

I) Posse X Ciumento

Essas expressões aparecem nos quadrantes extremos e explicitam um pensamento coletivo manifestado no grupo de homens. Nas falas ficou evidente que ciúme e posse são sentimentos conceituadamente diferentes (por isso aparecem em oposição no gráfico). Para os homens, o ciúme está associado a afetos positivos de cuidado e zelo e, a posse seria um afeto negativo de controle, resultando em violência como consequência da quebra (por parte da mulher) desse modelo de relação. Os fragmentos representativos ilustram essas representações:

“...acho que todo homem tem ciúme, mas um ciúme diferenciado. O problema é a posse”. (JANEIRO)

“...tem um ciúme saudável. Minha esposa fala, ah você tem um leve ciúme de mim. Ela se sente amada, sente que não é uma pessoa qualquer”. (ABRIL)

“O problema é a posse. Tem homem que não deixa a mulher se arrumar. Eu não sou desses.” (JULHO)

Vértices de uma mesma moeda, os homens apresentaram esses conceitos de forma efêmera para o que Saffioti considera como dominação da mulher. “Uma vez casada (a mulher) deve se comportar como qualquer mulher-objeto” (1994, p. 443). Percebe-se que os homens desenvolvem uma tecnologia elaborada de controle na qual o ciúme deve ser aceito e recebe características positivas diante da apresentação de uma posse que encarna o negativo, ao mesmo tempo em que serve para justificar a manutenção do ciúme.

II) Transtorno X Tratamento

No outro extremo do gráfico aparece a oposição de transtorno e tratamento, duas expressões que na transcrição estão diretamente ligadas à Violência. De acordo com os homens do grupo, a explicação para que um homem seja um agressor de violência de gênero é um transtorno, palavra

repetida por quase todos do grupo mesmo que sem uma definição clara do conceito. Já tratamento, surge como uma resposta simplista para prevenir e remediar agressores. Alguns trechos do grupo ilustram este cenário:

“...acho que é um transtorno tanto no homem quanto na mulher. Alguém que chega a matar é porque tem transtorno sim”. (JUNHO)

“Quando eu falo que é doença, você olha para a pessoa ela parece normal, mas dentro dela tem um transtorno..” (JANEIRO)

“Se for para a cadeia, matam. Ou então faz tratamento..” (ABRIL)

“Nesse caso a pessoa precisa de tratamento” (MAIO)

Ao considerar como transtorno, os homens mais do que justificam, individualizam o problema deslocando da categoria ‘macho’ proposta por Saffioti (1994). Acompanhando as falas, o grupo reforça o que Manita considera como a ideia do agressor como um doente. “As perspectivas psicopatológicas valorizam experiências precoces de violência e alguns fatores situacionais como consumo de substância e conflitos relacionais” (2005, p.182).

Dessa forma, a visão evocada pelos homens do grupo sobre o agressor de violência de gênero é dualista, superficial e externa (do outro), não havendo identificação.

A segunda perspectiva da análise de comunidades tem a ver com a relevância de frequência. Nesse sentido, analisaremos como as palavras se relacionam nas comunidades mais expressivas:

a) Homem e Mulher

Embora as duas palavras apresentem características de destaque no gráfico, por estarem no mesmo núcleo não se pode fazer a análise separadamente, pois aproximação das palavras indica o grau de relação que ambas apresentam nas falas dos homens do grupo focal.

Assim, a polarização entre os gêneros masculino e feminino e papéis fica explicitado também nas expressões que circulam as palavras de destaque.

Por exemplo, próximo de “homem”, localizam-se as palavras “forte”, “posse”, “bêbado”, atributos também utilizados como justificativas para a violência de gênero. Já próximo da palavra “mulher”, circundam-se as palavras “apanhar”, “coragem”, “agredir”. Os fragmentos representativos a seguir demonstram como se estabelecem as relações das palavras homem e mulher nas falas dos homens, que remetem à relação vítima-agressor, em tentativa de inverter a lógica da violência de gênero:

“Não é que é culpa da mulher... porque a mulher deixa chegar nesse ponto para terminar o relacionamento?” (ABRIL)

“...ele sempre vai ser mais forte que ela. A mulher é mais frágil. Você leva uma porrada de uma mulher e dá uma porrada, a proporção é muito mais forte pro homem” (JANEIRO)

“A maioria das mulheres que apanham é porque vai bater no marido (primeiro)” (JUNHO)

“A maioria do homem que bate na mulher, tem bebida no meio” (JULHO)

“Igual aquele cara que mora perto de casa, é um ótimo pai, mas bate na mulher. Ela apanha porque quer apanhar, a polícia está aí” (JULHO)

A culpabilização da mulher também aparece nas falas dos homens, constituindo o primeiro nível de aproximação das representações: homens e mulheres culpam a mulher (vítima) pela deflagração e manutenção da violência. Diferente, porém, das mulheres, os homens se utilizam da culpabilização como forma de proteção do próprio gênero ao passo que reforça a hierarquização de poder conforme postula Scott (1995). Essa relação também introduz a constituição da masculinidade hegemônica, conceito de Connell (1997) que reforça atributos como virilidade, força e superioridade. Essa autopercepção dos homens corrobora com os estudos realizados por Cecchetto (2004) sobre as representações do masculino e feminino como pontos de referência imutáveis e opostos entre si. “Referência que associa, por

exemplo, mulher ao domínio doméstico e homem para o domínio público, alimentando campo de forças e tensões orientado pelo prestígio". (CECCHETTO, 2004, p.58).

Gilmore (1990) destaca que o homem se torna homem a partir do falocentrismo e do poder atribuído ao uso da força física e outras formas de dominação e na capacidade de feminilizar os subordinados.

O consumo de álcool aparece nas falas como mais um agente externo responsável pela violência. De acordo com Manita (2005) as explicações do comportamento violento são multidimensionais, porém o consumo de substância está associado ao senso comum.

A proposta deste capítulo se cumpriu ao apresentar os procedimentos metodológicos adotados, detalhar cada processo realizado e organizar os principais dados produzidos nos grupos focais a partir dos grafos do Iramuteq. Foi possível ensaiar algumas possibilidades de análise a partir de sentidos e significados de palavras específicas presentes nas narrativas dos grupos. No entanto, ainda não podemos, até aqui, apontar as representações sociais, mas sim indicativos que subsidiarão uma análise mais profunda que será feita a seguir. De posse dessas informações, caminharemos para o próximo capítulo a fim de consolidar o objetivo desta pesquisa: analisar as representações sociais sobre a violência de gênero, sobre a vítima e sobre o agressor.

CAPÍTULO 4 – VIOLÊNCIA, VÍTIMA E AGRESSOR: O QUE DIZEM AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Neste capítulo analisaremos as representações sociais levantadas e partilhadas nos grupos focais sobre a violência de gênero, a vítima e o agressor. A partir das falas manifestadas nos grupos interpretaremos as aproximações e distanciamentos dos conhecimentos e realidades que os grupos produzem para dar sentido aos temas discutidos.

Desde a construção deste projeto de pesquisa sabíamos que o conteúdo do grupo focal não ficaria restrito às reportagens apresentadas e justamente por isso não se trata de uma análise sobre a construção das representações de agressores na imprensa. Mas como já defendemos, há um arcabouço teórico

que relaciona o quanto a mídia infere em representações e na subjetividade em seus públicos e foi o que confirmamos neste estudo. Em ambos os grupos, as duas notícias apresentadas tanto a regional quando a nacional foram recebidas com familiaridade pelos participantes, mesmo para aqueles que não tinham conhecimento do caso específico, eles acionaram suas memórias e trouxeram muitas outras notícias sobre o tema, o que reforça a hipótese de Jodelet (1994, 2010) cujas Representações Sociais são sempre constituídas nos grupos e sobre um determinado objeto. Nesses grupos pesquisados a imprensa é considerada como membro integrante.

A partir dos estudos de Abric, SÁ (1996) as representações são atribuídas as seguintes características: a) é marcado pela memória coletiva, refletindo as condições sócio-históricas e os valores do grupo; b) constitui a base comum, consensual, coletivamente partilhada das representações, definindo a homogeneidade do grupo social; c) é estável, coerente, resistente à mudança, assegurando assim a continuidade e a permanência da representação; d) é relativamente pouco sensível ao contexto social e material imediato no qual a representação se manifesta. Suas funções são gerar o significado básico da representação e determinar a organização global de todos os elementos.

É com esta fundamentação que iremos analisar os dados apresentados nos grafos do Iramuteq e compor uma rede de possibilidades em núcleos temáticos e categorias de análise unificando os achados nos dois grupos.

A partir da organização realizada no capítulo anterior, foi possível estruturar três Núcleos Temáticos que reúnem representações sobre Violência, sobre a Vítima e sobre o Agressor. Cada núcleo é composto por categorias de análise que permitirão identificar representações sobre os núcleos.

4.1 NÚCLEO TEMÁTICO: VIOLÊNCIA

Ambos os grupos mostraram facilidade em identificar e descrever violência o que é um dado positivo para um termômetro que iria avaliar representações sobre um tipo específico de violência. No entanto, verificou-se variação nos sentidos da violência.

No grupo de mulheres percebe-se um entendimento mais subjetivo e amplo sobre violência. No grupo focal elas demonstraram conseguir representar uma gama de manifestações de violência seja física, emocional, psicológica, material, inclusive de direitos e dignidade. Essa percepção remete ao discurso de Saffioti (1994) quando institui a violência como instrumento de manutenção de poder do macho sobre a fêmea.

Já no grupo de homens, destacou-se um movimento coletivo de concentrar as falas em um único tipo de violência, a agressão física. Provavelmente por associação ao tema da pesquisa, porém, nota-se uma blindagem do grupo (consciente ou não) contra outras possibilidades de violência e o surgimento de uma configuração de violência que está localizada dentro de casa e uma tentativa de desassociar da questão de gênero e das relações de poder ao inserir a violência também praticada pelas mulheres contra os homens com o mesmo valor e sentido. Neste aspecto, Arendt contribui trazendo à discussão a “dificuldade de se resistir à tentação de usar a violência como poder” (1973), ou seja, percebe-se esse poder manifestado na persuasão das falas dos homens em igualar a violência entre eles e as mulheres.

Conforme detalhado no quadro a seguir (quadro 3), integram esse núcleo duas categorias: Desrespeito e Violência Física, que indicam alguns distanciamentos de representações de violência demarcados por gênero, ou seja, os que as mulheres pensam sobre violência é um tanto diferente do que os homens pensam sobre o tema. Enquanto as mulheres conseguem expor uma aproximação mais pessoal com o tema, os homens se distanciam ao inserir elementos distratores como a segmentação da violência (física) e a inserção da mulher dividindo com o homem a responsabilidade pela violência.

Já as representações que aproximam os grupos estão no sentido de que violência tem a ver com invadir o espaço do outro, este espaço vai desde o corpo físico, até a privacidade, os valores e a individualidade. Em menor frequência, porém, os dois grupos manifestaram a percepção de ineficácia da Lei Maria da Penha (N. 11.340/2006) no sentido de coibir a violência.

O Quadro 3 reúne as palavras de maior frequência destacadas pelo Iramuteq agrupadas em um núcleo temático a partir dos sentidos manifestados nas falas dos grupos. O núcleo é estruturado por categorias de análise que

serão apresentadas a seguir. Antes, porém, um aparte quanto à presença da palavra Reportagem, que faz parte do núcleo violência. No grupo de homens, a mídia foi questionada por retratar apenas casos de violência em que homens agredem mulheres e por ocultar notícias de mulheres que agredem homens. Evidentemente que a violência de gênero possui todo um aporte teórico que justifica o caráter noticioso, mas considerando que este estudo está investigando Representações Sociais, e por tanto as realidades partilhadas pelos grupos, deve-se destacar que na pontuação realizada pelo grupo de homens, as reportagens seriam tendenciosas e não contemplariam situações em que os homens são as vítimas. Ainda assim, o que a Reportagem associa a imprensa como o grande repositório de violência, atuando quase que como uma extensão da própria (MCLUHAN, 2000).

Quadro 3 – Núcleo Temático: Violência

Núcleo temático: VIOLÊNCIA	
Palavras/Iramuteq	Descrição
Segurança, Maria da Penha, Violência, Reportagem, Ferir, Psicológico,	São elementos que descrevem a manifestação de agressão em suas diversas tipologias associada aos sentidos e significados da invasão da individualidade e do espaço do outro promovendo sofrimento físico, psíquico e moral.
CATEGORIAS	FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS
DESRESPEITO (uso de poder)	"...tudo o que excede o limite é violência. Violência pode ser emocional, psicológica, física patrimonial e até financeira..."(Maria Aparecida).
	"Pra mim violência é tudo aquilo que fere a dignidade da pessoa. Ferir os princípios, o amor próprio da pessoa, é violência". (Maria das Dores).
	"violência é tudo aqui que vai contra um direito seu. O tom de voz pode ser uma violência. E mesmo que a pessoa diz "eu não quis" agredir, é uma violência." (Maria Eduarda).
AGRESSÃO FÍSICA	"É quando dentro de casa a mulher acaba sendo agredida pelo marido" (Abril).
	"Pra mim é homem que bate em mulher e mulher que bate em homem" (Fevereiro).
	"Tem mulher que bate em homem, é violência também" (Março).

Fonte: grupo focal.

Em suma, as representações de violência reforçam a associação ao uso do poder para dominação conforme sustentam Saffioti (1994) e Arendt (1973), agregando que as diferentes tecnologias empenhadas levaram ao mesmo objetivo já apontado por Freud (1996) “uma ou outra facção tinha de ser compelida a abandonar suas pretensões por causa do dano que lhes havia sido infligido e pelo desmantelamento de sua força” (p. 2010).

Dessa forma, no núcleo temático Violência aparecem representações sociais do uso do poder para desrespeitar o outro, no sentido de reduzir a individualidade e a dignidade, e a agressão física como redução da percepção de violência. Em comum, ambas representações são coerentes no aspecto de subjugar e suprimir o outro.

4.2 NÚCLEO TEMÁTICO: VÍTIMA

Este núcleo está necessariamente atrelado à mulher e às relações desiguais de poder e reúne elementos anteriores e posteriores que constroem a condição de vítima.

Ao descrever a atuação da mulher no fenômeno da violência de gênero percebem-se também aproximações e distanciamento entre as representações dos homens e mulheres dos grupos e em relação às representações hegemônicas.

O Quadro 4 reúne as palavras de maior frequência destacadas pelo Iramuteq agrupadas em um núcleo temático a partir dos sentidos manifestados nas falas dos grupos. O núcleo é estruturado pelas categorias de análise que serão apresentadas a seguir.

Quadro 4 – Núcleo Temático: Vítima

Núcleo temático: VÍTIMA	
Palavras/Iramuteq	Descrição
Mulher, Criança, Precisa, Defender, Falar, Ouvir, Ajuda, Amor, Acredita, Perdoa, Vergonha, Culpa	Este núcleo está necessariamente atrelado à mulher e as relações desiguais de poder e reúne elementos anteriores e posteriores que constroem a condição de vítima. Descreve a atuação da mulher no fenômeno da violência de gênero.

CATEGORIAS	FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS
SEXO FRÁGIL	"...ele sempre que impor o machismo dele em mulheres que são fracas. Nós, que somos assim, teoricamente, do sexo frágil, ele vai e faz o que quer..." (Maria Flor)
	"Infelizmente, a maioria de nós fomos educadas de uma forma que a gente não sabe se defender". (Maria Aparecida)
	"...acho que a mulher se sente muito sozinha. Tem vergonha de lidar com esse processo e até de comentar com alguma amiga. Muitas vezes a gente não tem o apoio delas, elas falam "insiste"... E também por vergonha, a mulher tem vergonha..." (Maria Eduarda)
ACREDITA NO AMOR	"...a mulher acredita no amor, no perdão..." (Maria Inês)
	"eu acho que é pelo sentimento de acreditar que talvez depois de cada briga, de cada agressão, o homem pede desculpas e pelo sentimento (ela) acaba perdando, mas..." (Abril)
	"...tem a questão religiosa. Tem pastor que fala, seu marido bateu em você vamos lá registrar B.O. e tem outros que querem fazer a cabeça da mulher pra ela ficar a vida inteira esperando ele mudar..." (Maria Eduarda)
CULPABILIZAÇÃO DA MULHER	"...eu sou mulher e muitas vezes a mulher tem sua parcela de culpa. Eu conheço caso de mulheres que foram vítimas de violência e não fazem nada conta o marido" (Maria da Glória)
	"não é que é culpa da mulher...porque a mulher deixa chegar a esse ponto para terminar o relacionamento? A palavra não é culpa, mas assim, coisas que poderiam ser evitadas." (Junho)
	"Quem causa o começo da maioria da violência é a mulher...(no caso da reportagem) a mulher infernizou a cabeça do homem primeiro, ai a maioria dos homens partem pra violência porque não pensam nas consequências" (Julho)
	"...eu falei pra minha esposa, você quer discutir, discute, mas não avança em mim. Bateu levou. Se quiser brigar, xingar, quebrar prato, pode quebrar tudo, mas não vem pro meu lado. a maioria das mulheres que apanham é porque ela vai bater no marido..." (Julho)
	"tem mulher que gosta de instigar "ah, vou provocar só um ciuquinho". Aquilo vai crescendo tomando uma proporção maior" (Maio)

EMPODERAMENTO	"Não é violência que esta aumentando, é a mulher que está tendo mais coragem e iniciativa e ir lá denunciar" (Março)
	"As mulheres estão tendo mais coragem mesmo. Igual naquele caso do jogador Jean que bateu na mulher ele disse "você vai querer acabar com essa vida boa que você tem querendo me denunciar?" Ela foi lá e denunciou" (Janeiro)

Fonte: grupo focal.

Conforme apresentado no quadro 4, as categorias identificadas evocam as seguintes características e representações:

I) SEXO FRÁGIL

Esta categoria reúne as representações hegemônicas da mulher enquanto inferior ao homem. Embora essa inferioridade seja verbalizada na fragilidade física da mulher, Laurentis (1987) destaca que se trata de uma representação constituída sócio-culturalmente e que confere sentido e identidade à mulher. Essa categoria foi construída com falas das mulheres e reforçam a reprodução de representações hegemônicas anteriores às personagens, marcadas pela ausência de reflexão e crítica.

A história das mulheres narradas por Lerner (1986) e Johnson (1997) remete há cerca de sete mil anos e resgata uma mulher nada frágil, do contrário, se constituíram como verdadeiras fortalezas como responsáveis pela agricultura, propriedades e família. Perrot (2007) traz a mulher da nobreza na Idade Média como "culturalmente superior aos homens. Cultas e desejosas de amar..." (p.32).

Configuração que se altera no século XIX, conforme destacam os estudos de Del Priori (2006; 2010; 2013) a partir da instituição de aparatos legais e religiosos para enfraquecer e fragilizar a mulher, colocando-a em um patamar inferior perante a sociedade e, principalmente, perante o homem.

No sertão, mulher casada passava a se vestir de preto, não se perfumava mais, não mais amarrava seus cabelos com laços ou fitas, não comprava vestidos novos. Sua função era ser "mulher casada" para ser vista só por seu marido. Como esposa, seu valor perante a sociedade estava diretamente ligado à "honestidade" expressa em

seu recato, pelo exercício de suas funções no lar e pelos numerosos filhos que daria ao marido. Muitas mulheres de 30 anos, presas ao ambiente doméstico, sem mais poderem passear — “porque lugar de mulher honesta é no lar” —, perdiam rapidamente os traços de beleza, deixando-se ficar obesas e descuidadas, como vários viajantes assinalaram. (DEL PRIORE, 2006, p.150).

Assim, percebe-se na representação do sexo frágil a mulher como vítima de uma armadilha construída ao longo da história sob autoria de instituições de controle dirigida por homens, certamente com interesses de dominação de controle. Uma representação de reforça no feminino elementos de dependência, incompletude, falta de autonomia e ausência de coragem.

II) ACREDITA NO AMOR

Essa categoria também traz representações hegemônicas sobre a mulher e está presente nas falas de homens e mulheres. O trabalho de Lopes (2009) já havia apontado representações da mulher para o afeto e do homem para a razão. Acrescenta-se a isto todo um sistema de crenças e valores, inclusive religiosos na manutenção dessa representação que atua como um “amortecedor” da violência e uma barreira para a ruptura do ciclo da violência.

É preciso considerar que as representações hegemônicas sobre o amor recebem as influências da tríade do Amor Romântico, do Amor Cristão e do Amor materno, que associam a manifestação do amor como a capacidade de suportar sofrimento e fazer sacrifício em troca de uma justiça ou recompensa futura ou o simples reconhecimento de seu papel.

Perrot (2007) pontua uma herança da Idade Média na qual “o casamento por amor é a única opção honrosa para uma mulher, seu abrigo seguro” (p.47). Ainda de acordo com Perrot, a sociedade ocidental promove à assunção da maternidade na qual a mulher é aureolada de amor como um “amor a mais”, cuja figura da mulher-mãe passa a ser associada às práticas do afeto e do cuidado tanto práticos quanto simbólicos (PERROT, 2007, p.69).

Logo, percebe-se, tanto pelos estudos teóricos quanto pelas representações que a o amor está para a mulher como amarras, se apresentando como uma armadilha do gênero.

A representação de acreditar no amor carrega intrinsicamente a servidão ao perdão e a perda do direito de desistir, abandonar ou deixar a relação.

III) CULPABILIZAÇÃO DA MULHER

A culpabilização da mulher já amplamente discutida nos Capítulos 1 e 2, porém, se estrutura aqui como a categoria mais sólida deste núcleo. Chama atenção o caráter de unanimidade entre os homens e mulheres do grupo quanto à atuação da mulher na incitação da violência de gênero, seja por “não fazer o jantar” ou por “provocar ciúme”, como registrados nos grupos e até mesmo a culpa por manter a condição de violência ao não “sair de casa” e “deixar o marido”.

Esse aspecto também aparece no levantamento nacional sobre Tolerância Social à Violência contra a Mulher (IPEA, 2014) que trás alguns dados que corroboram com a categoria Culpa da Mulher, como a noção de que os homens não conseguiriam controlar seus apetites sexuais, então as mulheres é quem os provocam e deveriam saber se comportar, “a violência surge também como uma correção” (p. 22).

Vale destacar que este núcleo analisa a vítima e esta categoria contribui para inverter o valor apresentando a mulher como responsável. Logo, a leitura de vítima fica fragilizada. As transcrições dos grupos apontam claramente para dois mecanismos: a Fraternidade no grupo dos homens e a Sororidade no grupo de mulheres. Enquanto os homens se defendem e se protegem ao acusar a mulher vítima como corresponsável pela violência, no grupo de mulheres a ausência de sororidade percebida acaba por fortalecer – ainda que inconscientemente – essa mesma culpa.

O conceito de culpabilização da vítima ainda será discutido com maior profundidade mais adiante. No entanto, enquanto representação social é importante registrar que a “culpa da mulher” é uma representação compartilhada por homens e mulheres sobre a vítima da violência de gênero.

IV) EMPODERAMENTO

Essa categoria surge não tão evidente, mas se destaca como flexibilização das representações como um elemento periférico muito importante (ABRIC, 1994). A mulher tem elaborado a consciência da condição

de vítima e, a partir do empoderamento, buscado o fim da violência ao romper com a vergonha, com o medo e buscando os dispositivos de proteção e segurança.

O nome dessa categoria parte do conceito de empoderamento de Herriger (2006), no qual por meio desse processo, “pessoas renunciam ao estado de tutela, de dependência, de impotência e transformam-se em sujeitos ativos, que lutam para si, com e para os outros por mais autonomia e autodeterminação, tomando a direção da vida nas próprias mãos” (p.16).

Strey e Cúnico (2016) estudam o empoderamento como um revés à assimetria nas interrelações e destacam:

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família (STREY; CÚNICO, 2016, p. 32)

Uma estratégia para o fortalecimento desse empoderamento é apontada por Collins (2019) a partir da criação de espaço, importantes para ajudar mulheres a resistir à ideologia dominante. A autora postula o empoderamento como uma política de legitimação e validação do conhecimento das próprias mulheres. Os espaços seguros remetem a unidades das mulheres e o fortalecimento do grupo pela sororidade (COLLINS, 2019).

Dessa forma, entende-se que o empoderamento não pode ser fornecido nem tampouco realizado para pessoas ou grupos, mas se realiza em processos em que esses se empoderam a si mesmos conforme propõe Kleba (2009) e, neste estudo, esta categoria reúne elementos que apontam para uma possível e futura mudança nas representações das mulheres sobre a condição de vítima.

3.3 NÚCLEO TEMÁTICO: AGRESSOR

Na perspectiva dos Estudos de Gênero, a pesquisa sobre o agressor deve considerar o fator relacional, ou seja, a violência de gênero é um tipo específico que requer analisar o fenômeno da violência e a vítima. Dessa forma, não se pode falar do agressor isoladamente, à parte da relação de gênero. Assim, partimos para o principal núcleo temático deste estudo: o agressor de violência de gênero.

Para descrever agressor, os dois grupos se basearam no agressor apresentado nas reportagens compartilhadas nos grupos focais e recorreram a outros casos divulgados na mídia, além de vizinhos, conhecidos e até mesmo familiares.

Percebe-se também que a descrição do sujeito agressor é carregada de representações sociais para dar conta de causas explicativas. A partir de Jodelet (2009) entendemos que as representações sociais são constituídas e compartilhadas pelos grupos como uma forma de dar sentido a um fenômeno desconhecido e, assim, tornar familiar o novo. Logo, as representações sociais dizem muito sobre o quê e como o grupo pensa, sente e acredita sobre um determinado fenômeno e é justamente esse o valor das RS, são conceitos muito reais e verdadeiros e que povoam o imaginário coletivo.

Em ambos os grupos percebemos que as representações do agressor são múltiplas e diversas, confirmando o que Moscovici (1963) já havia postulado, representações são sempre no plural.

O Quadro 5 reúne as palavras de maior frequência destacadas pelo Iramuteq agrupadas em um núcleo temático a partir dos sentidos manifestados nas falas dos grupos. O núcleo é estruturado pelas categorias de análise que serão apresentadas a seguir.

Quadro 5 – Núcleo Temático: Agressor

Núcleo temático: AGRESSOR	
Palavras/Iramuteq	Descrição
Posse, Ciumento, Transtorno, Tratamento, Homem,	Reúne os sentidos e significados utilizados para descrever o agressor como uma entidade dotada de características próprias atreladas ao masculino, a partir do ponto de vista de mulheres e outros homens não agressores.
CATEGORIAS	FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS
PODER E CONTROLE	"Todos eles parecem ter um sentimento de posse, né. Parece que eles não viam a mulher como um ser livre." (Maria Aparecida)
	"Esse da reportagem não soube aceitar o não. Era a vontade dele que tinha que predominar. Vejo um homem dominador." (Maria das Dores)
	"...ele agride para manter o poder. Mente doente de ciúme vê coisa onde não existe..." (Maria da Glória)
	"...tem um cara lá perto de casa.... a mulher queria o cara, sabia que ele era sem vergonha, mulherengo. a mulher ia no bar e rodava a baiana com ele. Quando ele ia pra casa ele batia nela de cinto pra ela não ir mais no bar fazer ele passar vergonha..." (Julho)
DOENÇA	"...ele é um psicopata, um doente" (Maria Beatriz)
	"um homem frio né, a mente do cara é totalmente descontrolada" (Janeiro)
	"esse homem que bate não é normal. Ele já tem algum problema desde o nascimento" (Maria Clara)
	"...doente de ciúme, de posse... Pra ele fazer um tipo de coisas dessas ele não estava no normal dele.. Ele não teve um controle emocional." (Maria das Dores)
	"Se ele fez uma vez, vai fazer de novo. Ele não vai mudar" (Maria Heloísa)
CONSTRUÇÃO SOCIAL	"...algum exemplo dentro de casa, dos pais. Presenciou alguma violência, cresceu em um ambiente assim, né." (Maria Aparecida)
	"...é cultural! Ele cresceu naquela cultura errada. A cultura do machismo. Já nasce torto e vai morrer torto. Tem vários casos..." (Maria Beatriz)
	"...é falta de amor da família, desde o nascimento dele. Aí ele se torna violento..." (Maria Heloísa)
	"..eu não acredito que a pessoa nasce e morre daquele jeito... Acho tudo cultural, se você der uma arma de brinquedo para uma criança ela vai se acostumar." (Maria Eduarda)

CONSTRUÇÃO SOCIAL	"...não sei se isso é uma doença mesmo... Pode ser... Um distúrbio, sei lá.... Tem a natureza da pessoa também, família, passado, não sei.." (Janeiro)
	"...ninguém nasce com isso.. O estresse- do dia-a-dia, alguma coisa no trabalho, culpa que ele carrega. Pode ter ocorrido alguma coisa..." (Junho)
	"...ninguém nasce com isso, desenvolve. Às vezes o cara está bem e por alguma coisa ele se transforma em outro, do nada e quando vê já vez... Se você perguntar para um cara desse: você se arrepende? A maioria mais falar: "me arrependo, fiz sem pensar" (Abril)
COISA DE HOMEM	..é o homem que se acha superior à mulher, é aquilo que vem do passado, de avô, por gerações. A criança já é machista desde a época das cavernas, você vê nos desenhos os homens arrastando a mulher pelo cabelo.. " (Junho)
	"... não é doença nada. é coisa do homem." (Julho)
	"...acho que nós ainda não nos libertamos totalmente do homem das cavernas, a gente está passando por um processo. Alguns conseguem e são livres. Mas muitos ainda estão aprisionados nesse sentimento de superioridade." (Março)
	"...ele sempre vai ser mais forte que ela. A mulher é mais frágil. Você levar uma porrada de uma mulher e você dar uma porrada em uma mulher a proporção é muito mais forte pro homem.." (Março)
CONSUMO DE ÁLCOOL	"... É o instinto do ciúme. Porque o ciumento é assim, ele bebe um golinho e começa a ver coisa onde não existe..." (Julho)
	"...a maioria do homem que bate em mulher tem bebida no meio ..." (Julho)

Fonte: grupo focal

Uma análise mais detalhada de cada categoria nos revela as seguintes representações:

I) PODER E CONTROLE

Embora esta categoria também seja constituída social e historicamente a partir das relações de poder, apresenta uma origem que se repete em outras categorias. Se destaca por ter um caráter dissimulado, ou seja, ciúme e posse, aparecem como características do agressor, porém deslocado da sua

constituição de poder e controle. Esta categoria é também muito presente na representação de agressores em reportagens da imprensa, os mesmos adjetivos são empenhados de forma superficial para justificar a violência, como uma relação de causa e efeito.

Os estudos de Manita (2005) em Portugal destacam intervenções psicológicas com agressores a partir do manejo da raiva, considerando o fenômeno da ordem do comportamento desviante.

Para uma análise mais acurada vale resgatar os estudos de Walker (1995) ao classificar três tipos de agressores: a) o que se manifesta somente no contexto familiar; b) o que apresenta psicopatia associada e, c) os antissociais (violentos em diferentes contextos).

Sobre o primeiro tipo, explica Walker (2005), são motivados por necessidades extremas de poder e controle, não apresentam patologia associada e o comportamento pode ser modificado por meio de abordagem psicoeducacional. Este é o agressor clássico de violência de gênero dirigida à mulher que povoa os boletins de ocorrência e as notícias da imprensa. Um homem que teve um desenvolvimento psicossocial ordinário, que constituiu vida social, relações afetivas, trabalho e carrega o fardo da virilidade e a herança da cultura do patriarcado.

Corroborando Araújo (2008) quanto à relação “engendradora universalmente sobre os masculinos e femininos associam a categoria do masculino ao poder e a dominação e ao feminino a obediência e a submissão”.

II) DOENÇA

As representações sociais mais hegemônicas sobre o agressor povoam aspectos de doença, transtornos, distúrbios de ordem psicológica, como a loucura e se encaixam perfeitamente no que Jodelet (1994; 2010) diz sobre como um fenômeno distante e desconhecido (como esse tipo de violência) evoca a necessidade de se construir uma explicação baseada no senso comum para dar sentido e tornar o fenômeno conhecido. Logo, as falas dos participantes declaram o uso dessas expressões, mesmo que de maneira turva, inconstante, mas repetidamente como uma resposta plausível. A representação do agressor como um doente preenche um vazio ao explicar

ações “anormais” como, por exemplo, a conversão do amor em ódio quando parceiros agredem e matam as próprias companheiras ou ex-companheiras.

No entanto, essas representações populares podem ter vindo de um passado científico. Gonzalez Rey (2006) destaca que ao longo da história, a Psicologia associou violência à patologia ou traços que pertencem à pessoa. “Colocar a figura da agressão no agressor é uma forma de naturalizar e individualizar a violência, que tem por detrás um paradigma que tem servido de base ao senso comum nos últimos quatro séculos” (p.146).

Essa visão essencialista recebeu forte influência do saber médico e jurídico no sentido de patologizar e assim individualizar um fenômeno, assumindo como causa dos tipos de comportamentos não aceitos socialmente. Esse rescaldo da base da psiquiatria do século XIX em atribuir o crime, o delito, a loucura, a perversão e a insanidade, de forma geral, à figura do indivíduo patológico e criminoso não é mais suficiente para dar conta de um fenômeno amplo e complexo como a violência.

A violência não é mais vista como traço ou como o resultado necessário e universal de uma psicodinâmica determinada a priori da ação, mas se torna compreendida como uma produção de sentidos subjetivos que é desencadeada através da ação do sujeito. A pessoa violenta é o resultado de uma configuração histórica de sua subjetividade, que expressa o funcionamento de uma sociedade e a processualidade de um contexto em que convergem sentidos subjetivos muito diferentes. (GONZÁLEZ REY, 2006 p.152).

Voltando à classificação de Walker (1995) a violência que tem psicopatia associada se manifestaria em vários contextos e contra vários objetos, não podendo explicar o que leva um homem a agredir somente uma determinada mulher a quem possua vinculação afetiva e em um contexto altamente controlado, geralmente dentro de casa. E contra esse tipo de violência nem a sociedade médica, ou as autoridades de saúde mental, tampouco a indústria farmacêutica deram conta de oferecer respostas e soluções.

Assim, é possível compreender que a Doença enquanto categoria para representar o Agressor funciona como um pensamento mágico que carrega em si o fenômeno das representações sociais.

III) CONSTRUÇÃO SOCIAL

Esta categoria evoca representações de agressor de violência de gênero como resultado de experiências vividas na família, na sociedade e na cultura em que o sujeito se desenvolveu. Vale destacar que por não serem características essencialistas e naturalistas, se aproximam das perspectivas da Psicologia Social e dos Estudos de Gênero ao considerar a constituição histórica e social do agressor. No entanto, percebe-se nas falas que o homem agressor ainda é colocado como vítima do “meio” e da “educação que recebeu” a partir dos exemplos parentais e da influência do ambiente. Percebe-se também a relação de causa e consequência na qual o homem que sofreu algum episódio, que nas palavras de membros do grupo focal, “se transforma em outro” não teria “imunidade” sobre esses efeitos.

É nesta categoria que surge a expressão “machismo”, conceito protagonizado pelos estudos feministas com objetivo de questionar as relações de gênero. Machismo aparece nas transcrições tanto do grupo de mulheres quanto no grupo de homens. Sendo que aparece pela primeira vez no grupo de mulheres em torno dos 12 minutos, após iniciado o grupo focal. Já no grupo de homens só aparece aos 49 minutos. Essa distância de tempo também evoca questões como associação livre, memória e argumentos cognitivos, ou seja, enquanto as mulheres apresentam maior aproximação com o conceito de “machismo”, os homens do grupo não reconheceram esse fator como uma causa explicativa para a violência. Acompanhando a íntegra da transcrição do grupo de homens (Apêndice D) é possível verificar o processo reflexivo do grupo até se chegar a esta possibilidade que emerge como consequência. O que se percebeu na dinâmica do grupo de homens é que o machismo é verbalizado após esgotamento de todos os argumentos já apresentados anteriormente, ou seja, representou no grupo de homens um momento altamente reflexivo de contato com uma realidade nova para eles. Após o aparecimento dessa expressão o grupo entra em silêncio e minutos depois chega o tempo de encerrar a sessão.

Já no grupo de mulheres o aparecimento da expressão machismo aos 12 minutos e sua frequência ao longo das falas remete aos aspectos da categoria Empoderamento, no sentido de que as mulheres possuem certa consciência do processo de desigualdade de gênero a partir da ideologia do

patriarcado, embora ainda partilhem de representações hegemônicas que acabam prevalecendo.

Os estudos de Manita (2005) já apontavam que padrões de vinculação e aprendizagem social participam da constituição do agressor. Para autora, comportamentos violentos são socialmente aprendidos e a isto é dada a importância do meio, da educação e da socialização. No entanto, destaca Manita "da mesma forma que é aprendido, pode ser desaprendido ou substituído por outro mais adequado" (2005, p.240).

Sobre isso destacam-se os trabalhos dos Estudos de Gênero e das perspectivas feministas no sentido de provocar, questionar, debater e oferecer novas possibilidades de relações de gênero a partir da igualdade e equidade.

IV) COISA DE HOMEM

Esta categoria se aproxima de outras no sentido de uma perspectiva essencialista, porém se destaca ao permitir o olhar para a constituição da masculinidade. Quando os grupos verbalizam que ser agressivo ou violento "é coisa de homem", se faz necessário esse recorte de como se constitui a masculinidade desse homem agressor. Para isso, retornemos aos estudos de masculinidades de Kimmel (1997), Connel e Messerschmidt, (2013), Cecchetto (2004), Albuquerque Jr. (2015) e Oliveira (2004).

O ponto de partida para analisar essa categoria é a afirmativa de Connell (1997) de que "nenhuma masculinidade surge a não ser em um sistema de relações de gênero" (p. 34). A autora responsável pelo conceito de masculinidade hegemônica resgata que na contemporaneidade, uma pessoa não masculina se comportaria de maneira diferente da masculina, seria pacífica em vez de violenta, conciliadora em vez de dominante, quase incapaz de dar um pontapé a uma bola de futebol, indiferente na conquista sexual e assim, sucessivamente. Percebe-se que a constituição da masculinidade se dá a partir da oposição ao feminino, reforçando práticas estereotipadas pautadas no poder, no papel e na hierarquia. Ela não está só, Kimmel (1997), adiciona a categoria de virilidade como sendo um conjunto de significados sempre mutantes que são construídos a partir das relações intrapessoal, interpessoais e com o mundo. Uma ilustração desse conceito por vir do estudo realizado por Cecchetto (2004) que abarca identidade, sociabilidade e violência do

masculino. Apoiada no conceito de Gilmore (1990) de que nenhum menino nasce homem, torna-se homem, Cecchetto postula as práticas de mistificação da masculinidade baseada na virilidade falocêntrica, no poder atribuído ao uso da força (física e outras formas de dominação) e na capacidade de feminilizar os subordinados, sejam mulheres ou mesmo outros homens.

A autora chega à conclusão de que o “ser homem era sinônimo, sobretudo, de não ter medo, não chorar, não demonstrar sentimentos, arriscar-se diante do perigo, demonstrar coragem, ser ativo” (CECCHETTO, 2004, p.49). Acrescenta-se nessa perspectiva a questão do “espaço”, sendo o privado/doméstico para a mulher o público para o homem. A questão da territorialidade perpassa nas falas dos membros do grupo em situações de conflito que surgem quando a mulher sai do espaço que lhe é determinado e “invade” o espaço dito do masculino, uma infração que representa ameaça ao poder.

Segundo Manita (2005) as perspectivas sociopolíticas (feministas, pró-feministas e de gênero), destacam como as escolhas comportamentais individuais são constrangidas pelas normas sociais dominantes, pelos papéis sexuais (de gênero), pela forma como a sociedade estrutura as relações íntimas e constrói a imagem do que é “ser homem” e “ser mulher”; seja pelo recurso à violência como forma de autoafirmação e afirmação da masculinidade, e/ou pelo poder relacional - o poder e o controle como base da violência de gênero contra a mulher.

Dessa forma, a categoria “coisa de homem” remete à constituição da masculinidade e está associada a processos indenitários individuais e sociais de um modelo hegemônico de masculinidade que também atua por neutralizar e ofuscar outras possibilidades consideradas subalternas de masculinidade.

V) CONSUMO DE ÁLCOOL

Esta categoria aparece somente no grupo de homens e deve ser considerada uma vez que traz em si representações associadas à violência de gênero. O consumo de álcool aparece como agente eliciador de episódios de violência de gênero nas falas de agressores conforme documentados pelo Atlas da Violência (IPEA, 2018), no Radio-X do Femicídio (MPSP, 2018), no

estudo de Scharaiber et. al. (2012), entre outros. Embora refutado cientificamente pela Psicologia Social uma vez que neste contexto, ainda que sob efeito de substância psicoativa, os boletins de ocorrência relatam que o agressor de violência de gênero escolhe o lugar e a vítima especificamente para manifestar a violência descaracterizando as alegações de perda de controle sob efeito do álcool. Ainda assim, para esse grupo é uma representação válida e por tanto se constitui uma realidade partilhada pelos homens do grupo.

As categorias: Consumo de Álcool, Doença e Construção Social somam três categorias de representações que colocam o agressor na condição de vítima de agentes externos o que de acordo com a teoria de Abric (1994) blindam o núcleo central que impedem esses homens de entrar em contato com a própria responsabilização pela violência. Enquanto as categorias Poder e Controle e Coisa de Homem, são reforçadas pelo aspecto essencialista e naturalista de que as coisas são como são.

Juntas, todas as categorias atuam como forças direcionadas à manutenção das representações sociais hegemônicas sobre o homem agressor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos a este momento da pesquisa no qual já se pode apontar respostas para a pergunta-problema que motivou este estudo. Na proposta de adentrar no campo da violência de gênero foi preciso dissecar as camadas separadamente, como fizemos quando investigamos a constituição da mulher e como se dá a situação de vítima dentro de uma perspectiva de gênero, também a constituição da masculinidade e a posição de agressor através do prisma da construção social face à ideologia do patriarcado e, a violência de gênero que eclode como produto da tensão – não exclusivamente – entre masculinos e femininos, mas sim das posições de poder, hierarquização e dominação entre os gêneros.

No entanto, foi no campo empírico da pesquisa que as respostas emergiram. Do movimento de reunir pessoas aleatórias em grupos que foi possível materializar objetivamente esse conhecimento tão precioso e tão complexo que são as Representações Sociais. As narrativas, os olhares, os gestos e até mesmo os silêncios, contribuíram para a produção desse rico arcabouço de realidades. Por isso, quando propusemos como objetivo geral analisar as RS era sabido que antes seria necessário identificá-las e categorizá-las e assim o fizemos com a ressalva de ter um experimento limitado enquanto número de participantes e com uma amostra pequena de apenas dois grupos. No entanto, os dados produzidos e analisados ancoram as considerações a seguir tem seu valor científico assegurado por considerar dados de seres humanos que compõem a sociedade local e atual e, também, por atender ao rigor metodológico já apresentado. Dessa forma, serão elencadas a seguir as considerações finais deste estudo.

A primeira consideração a ser feita é que investigar a violência de gênero a partir da perspectiva de gênero e da Psicologia Social implica em considerar a tríade violência-vítima-agressor, uma vez que a análise se dá a partir das configurações entre esses elementos. Esta consideração emergiu dos próprios grupos focais como uma amálgama fundamental para compreender este tipo de violência visto que não se permite uma leitura adequada isolando esses elementos. Falar do homem que exerce qualquer forma de violência contra uma mulher pelo fato de ser mulher implica em uma

análise da constituição social da masculinidade, das relações desiguais de poder, do uso desse poder para manter o status de superioridade e, por outro lado, da constituição histórica e cultural do que é ser mulher. Por isso, não foi preciso trabalhar com agressores e vítimas declarados, mas somente o fato de trabalhar com homens e mulheres permite atingir as representações intrínsecas.

Esta consideração se fundamenta uma vez que foi tomado como referencial a Teoria das Representações Sociais (TRS), que dentre seus níveis de estudo: Fenômeno, Teoria, e Metateoria (GUARESCHI, 2000b), elegeu-se neste trabalho o nível de Fenômeno das Representações Sociais (RS) como objeto de investigação, considerando que “esses objetos são elementos da realidade social e tem como objetivo compreender e controlar a realidade social” (GUARESCHI, 2000b, pg. 35). Ou seja, a primeira consideração é que falar do fenômeno da violência de gênero parte das RS sobre a própria violência, sobre a mulher-vítima e sobre o homem-agressor.

A segunda consideração parte da organização dos dados nos eixos temáticos: Violência, Vítima, e Agressor, e suas respectivas categorias, como: ‘desrespeito’ e ‘agressão física’; ‘sexo frágil’, ‘acredita no amor’, ‘culpabilização da mulher’, ‘empoderamento’; ‘poder e controle’, ‘doença’, ‘construção social’, ‘coisa de homem’ e ‘consumo de álcool’, permitiu uma análise mais profunda na busca de elementos em comum, presentes nas categorias. Assim, foi possível identificar Representações Sociais da culpa e da culpabilização da mulher como RS transversal, partilhada tanto pelos homens, quanto pelas mulheres dos grupos, presente nos três eixos e com rastro em todas as categorias.

Esta consideração identifica, por exemplo, que uma RS é, ao mesmo tempo, individual, pois ela necessita ancorar-se em um sujeito – como foi identificado nas narrativas dos grupos focais - como, do mesmo modo, social, pois existe “na mente e na mídia” (GUARESCHI, 2000b) e que também foi identificado nas reportagens levantadas dos sites de notícias. Ou seja, a RS da culpabilização da mulher está na cabeça das pessoas, mas não é a representação de uma única pessoa; para ser social ela necessita “perpassar” pela sociedade, existir a certo nível de generalização, como foi percebido ao

ampliar o registro entre os 17 participantes dos grupos e as notícias sobre o tema, divulgadas na mídia.

A palavra culpa, embora curiosamente seja um substantivo feminino não tendo variação no masculino, implica o sentido de ‘responsabilidade’. Enquanto a culpabilização é um neologismo variado do verbo culpabilizar e implica em ‘atribuir a culpa’, assumindo um status de predicado. Assim, ainda que haja registro da expressão culpa, tomaremos sempre o sentido de culpabilização. Essa compreensão é fundamental para uma apreensão mais adequada a partir do que será apresentado a seguir.

Ao sugerir a RS de culpa e culpabilização da mulher como o estrato desta pesquisa, identifica-se essa RS como um elemento interno, ou seja, que existe na mente das pessoas, bem como, elemento externo, estendendo-se para além das dimensões intrapsíquicas, constituindo-se assim como um fenômeno social possível de ser identificado e mapeado. Neste caso, esse elemento é manifestado em forma da violência de gênero, considerando todas as variações deste tipo de violência: simbólica, verbal, física, psicológica e material.

Essa RS parte também da análise das narrativas dos grupos focais nas quais foi possível identificar aproximações e distanciamentos de elementos que compõem as representações sociais dos grupos focais acerca da vítima, do agressor e da violência de gênero. Percebeu-se que o termo “culpa” teve destaque tanto no grupo de homens quanto no grupo de mulheres configurando-se com um elemento relevante para a análise imbricada na vítima. Contudo, verificou-se que para um e outro grupo se constituíram de significados e sentidos diferentes.

A unanimidade desta mesma categoria sendo partilhada em ambos os grupos merece uma análise cuidadosa uma vez que, a literatura dos estudos de gênero aponta as representações do masculino e do feminino como campos de forças e tensões imutáveis e opostos entre si (CECCHETTO, 2004). Nesse sentido, é necessário verificar e identificar quais os elementos que comporão as representações de culpa que o grupo de homens e o grupo de mulheres partilham sobre a vítima de violência de gênero.

No grupo focal constituído pelas mulheres o termo culpa aparece em falas associadas à omissão da vítima em manter a violência, também por não

ter coragem suficiente para superar a vergonha e sustentar a denúncia contra a violência, ou ainda, a culpa pela criação dos filhos homens (frente a ameaça de torná-los agressores quando adultos) conforme indicam os fragmentos representativos a seguir: “...muitas vezes a mulher tem sua parcela de culpa. Eu conheço casos de mulheres que já foram agredidas e não fizeram nada contra o marido” (MARIA DA GLÓRIA). “As mulheres têm muita vergonha mesmo. A maioria que registra B.O. não representa” (MARIA APARECIDA). “Infelizmente a maioria de nós fomos educadas de uma forma que a gente não sabe se defender” (MARIA BEATRIZ).

A manifestação da culpabilização nas falas das próprias mulheres indica o quanto essa culpa foi absorvida e é reproduzida não apenas neste específico grupo focal como também em grandes amostragens como o levantamento nacional sobre Tolerância Social à Violência Contra a Mulher (IPEA, 2014) que traz dados da ordem de 58,5% dos entrevistados (homens e mulheres) afirmando que: “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (p. 22).

A análise do próprio estudo alerta para a desigualdade de gênero no sentido de que ao homem não lhe cabe o controle dos próprios impulsos e que o acesso ao corpo da mulher é livre. Já em relação à mulher espera-se que roupas e comportamentos sejam usados como barreiras. E se ela falhar na manutenção dessas barreiras ou na provocação dos instintos masculinos, o estupro aparece como medida corretiva.

Em suas falas, as mulheres manifestaram o sentimento de vergonha, que também expressam a relação com a culpa no sentido de que expor publicamente a situação de violência conjugal, de certa forma, indica o fracasso da mulher como esposa e responsável pela desestruturação do lar e da família. Esse mesmo contexto aparece no trabalho de Lopes (2009) com mulheres que viveram situações de extrema violência e que foram socorridas e amparadas por instituição de atendimento e proteção a mulheres vítimas de violência, assim podendo romper com as agressões sofridas.

Também se identificou elementos nas falas dos participantes do grupo de homens que se inserem na categoria culpabilização. Diferente e paradoxalmente às mulheres, os homens se utilizam de elementos que se referem à culpa da vítima como forma de proteção do próprio gênero.

Apontando para a hierarquização das relações de poder conforme postula Scott (1995). Os excertos a seguir são dados que ilustram esta análise: "Não é que é culpa da mulher... porque a mulher deixa chegar a esse ponto para terminar o relacionamento? A palavra não é culpa, mas assim, coisas que poderiam ser evitadas." (JUNHO). "Quem causa o começo da maioria da violência é a mulher... a mulher infernizou a cabeça do homem primeiro, ai a maioria dos homens partem pra violência porque não pensam nas consequências" (JULHO). "Tem mulher que gosta de instigar 'ah, vou provocar só um ciúminho'. Aquilo vai crescendo tomando uma proporção maior" (MAIO). "Igual àquele cara que mora perto de casa, é um ótimo pai, mas bate na mulher. Ela apanha porque quer apanhar, a polícia está aí" (JULHO).

A relação hierarquizada de poder introduz a constituição da masculinidade hegemônica, conceito de Connell (2013), que reforça atributos como virilidade, força e superioridade, no sentido de que culpar a mulher reforça a manutenção da hierarquia entre os gêneros e o status de privilégio do homem. Tem-se então na segunda consideração, a constituição da RS de culpabilização da mulher como fenômeno individual e coletivo, interno e externo e que é partilhado por homens e mulheres e presente nos três eixos temáticos e está associada às categorias de análise.

Assim, chegamos à terceira consideração que é a identificação da RS da culpabilização da mulher como oriunda e sustentada pela ideologia do patriarcado (SAFFIOTI, 2004). Respeitadas as diferenças epistemológicas, Guareschi (2000b) destaca a aproximação entre RS e Ideologia a partir dos impactos que ambas exercem na constituição do pensar, do agir e da construção de realidades e de verdades. No entanto, ambas se diferenciam, principalmente sob o destaque de Moscovici (2012) de que a ideologia está para algo cristalizado, como um conjunto de ideias distorcidas, porém estáticas e dificilmente modificáveis. Já as RS são modificáveis e podem ser transformadas nos processos cotidianos das pessoas. Isso não significa, contudo, que as representações sejam realidades absolutamente flutuantes, nem que não possuam nenhum aspecto duradouro e permanente (GUARESCHI, 2000b), apresentando um núcleo mais estável baseado na cultura e na memória dos grupos, tornando os conceitos de ideologia e RS bastante próximos, porém não iguais. Antes de avançar para a segunda etapa

desta relação. É preciso explorar um pouco mais a influência da ideologia sobre as RS.

Conforme postula Therborn (1980), estudar o aspecto ideológico de uma prática é deter-se na maneira pela qual ela opera na formação e transformação da subjetividade humana. Thompson (2011) acrescenta que um dos modelos da ideologia se constituir é chamado de legitimação e que se dá a partir de uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais e, com isso, persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio. Ao olhar para as constituições de gênero é possível identificar esse processo de legitimação ideológica nos discursos das próprias mulheres conforme aponta Motta:

Uma das primeiras coisas que as mulheres aprendem sobre nossa sexualidade é que podemos ser estupradas: pedagogia sexual fundamental. É um risco que temos que aprender a administrar através do espaço público, nossas formas de entretenimento, até gestos e movimentos corporais em público e privado. Esse risco constitui os limites da mulher decente. Ambos nos alertam que, se acontecer conosco, obviamente será nossa culpa. (MOTTA, 2019, p. 30).

Percebe-se que a expressão culpa que autora utiliza para concluir a ideia está envolta a vários sentidos e significados que se apresentam em uma narrativa pacificada que é imputada à mulher e utilizada como medida explicativa e justificativa para o gênero feminino como um todo. Identifica-se, novamente, a atuação de forças ideológicas que imputam à mulher a responsabilidade pela condição de vítima. Thompson (2011) acrescenta que “alguns dos valores e crenças socialmente partilhados constituem os elementos da ideologia dominante que, por estar difundida na sociedade, garante a adesão das pessoas à ordem social” (p. 117).

O que se identificou nos grupos acerca da culpabilização da mulher diante da violência de gênero reforça a presente influência da ideologia do patriarcado (Saffioti, 2004) como aponta Motta (2019) ao acompanhar um caso de feminicídio na cidade de Calao, no Peru, a partir do depoimento de policiais que investigaram o caso e o resumiram em documento oficial que a “esposa (assassinada pelo parceiro) deixa quatro menores, sendo uma de 18 meses”. A imprensa local que registrou o caso também não filtrou a opinião de populares dizendo “é lamentável que ela tenha deixados órfãos” (p.51).

A sutileza acrítica camufla a empatia social pelo homem e a culpa da mulher estigmatizada no verbo deixar como se fosse uma escolha da vítima. A narrativa, porém, registra também a proposta de Segato (2018) de que os corpos das mulheres funcionariam como meios através dos quais se comunicam mensagens de poder em termos de concorrência ou lealdade.

Um aspecto que se distancia do sentido da culpa de incitação à violência revela elementos peculiares, identificados no grupo das mulheres quando percebem a culpa feminina por ausência de autonomia para sair da condição de violência e ocorrer a manutenção da condição de violência ao não “sair de casa” e “deixar o marido”. Em Lopes (2009) essa questão é revelada também, visto que as mulheres se sentem frágeis e vulneráveis para a tomada de decisão, elementos que corroboram com representações sociais de mulheres como frágeis e sem iniciativas para tomadas de decisões assertivas, por tanto, culpadas pela própria condição. Desse modo, é possível dizer que nos conteúdos revelados nos dois grupos se define a RS da culpabilização da mulher como estratégia de inverter o ônus da violência.

Reunir homens desconhecidos com perfis diferentes em uma roda a partir da técnica de grupo focal evocou também forças de fraternidade, conceito que indica laços afetivos entre homens que confere status de irmandade. A fraternidade é uma palavra exclusivamente masculina já denotando as raízes de proteção e certos códigos de condutas do gênero que se estruturam na linguagem, no pensamento e em comportamentos. Sobre a categoria culpa não houve registro de falas em oposição, nem crítica, ou divergências, os homens do grupo evidenciaram um acordo simbólico sobre suas posições de defesa, mesmo não se identificando como agressores, a identificação como homem já era suficiente para interpretação.

Já a presença do elemento culpabilização da vítima nas falas das próprias mulheres do grupo requer uma análise ainda mais cuidadosa para não replicar a própria culpa a partir do caráter de surpresa ao lidar com o conteúdo. Se a fraternidade está para os homens, a sororidade ainda não está totalmente consolidada para as participantes do grupo feminino. E isto só não basta, é preciso resgatar que a estrutura das relações de gênero que subjugam a mulher e a coloca o status de inferioridade remonta a cinco ou sete mil anos conforme registra Johnson (1997). É preciso compreender que as histórias

dessas mulheres que absorvem e reproduzem a culpa mesmo sendo vítimas de violência tem sido forjada ao longo do tempo e da cultura como registra Del Priore (2011, 2013).

Assim, não se pode ler a posição das mulheres apenas como falta de sororidade ao responsabilizar o próprio gênero pela violência que sofre, por mais incongruente que pareça. É necessário ainda considerar a estrutura que legitima essa culpa como aponta Motta:

A violência de gênero é legitimada repetidamente em interrogatórios policiais que culpam várias vítimas. Legitimada por um poder judicial que age de maneira negligente promovendo a impunidade. Legitimada pelo descrédito social (MOTTA, 2019, p.31).

Nesse processo, não apenas os homens participam de convênios patriarcais; embora em menor grau, as mulheres também expressem sua lealdade – conscientemente ou inconscientemente – porque não se trata de homens e mulheres como seres essencialmente diferentes, trata-se de posições de poder. Em suma, a terceira consideração sugere que a ideologia do patriarcado atue como geradora e mantenedora da RS da culpabilização da mulher, sustentando pensamentos e comportamentos partilhados por homens e mulheres tomando forma de uma RS hegemônica no âmbito da violência de gênero.

Logo, a partir do conceito Marxista de ideologia interpretado por Saffiotti no qual a ideologia enquanto sistema de representações estaria a serviço da manutenção das relações de dominação “através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro” (THOMPSON, 2011, p.58), é possível afirmar que a RS de culpabilização da mulher possui requintes ideológicos uma vez que atua para manter submissas as mulheres, em suas lutas contra a ordem do patriarcado, como para os grupos dominantes (masculino), na sua defesa do *status quo*.

A quarta consideração introduz um elemento também presente nesta pesquisa: a mídia. Ainda no conceito de ideologia, Moscovici e Thompson partilham a ideia de que se trata de formas simbólicas para criar ou reproduzir relações de dominação. Em sua grande pesquisa sobre as RS da Psicanálise, Moscovici analisou como a imprensa soviética tratou o conceito de psicanálise em contraponto ao tratamento dado pela imprensa francesa ao mesmo tema. A escolha dos adjetivos para descrever a psicanálise, a associação da teoria com

determinados públicos, classes sociais e até mesmo países continham conotações subjetivas de valorização e depreciação de acordo com os interesses geopolíticos de cada país, interferindo na subjetividade dos grupos locais e na constituição de RS.

Através da linguagem criam-se diferentes sentidos e significados para determinadas realidades que são colocadas como superiores, ou inferiores, conforme os interesses das pessoas em questão. (GUARESCHI, 2000b). Como explicita Moscovici (1978) "nesses casos mostram-se as relações entre as estratégias da ideologia e os significados de palavras, onde uma ideologia tenta transformar-se numa representação social, numa parte da cultura" (p. 379).

Nesse aspecto é necessário considerar a mídia – os meios de comunicação de massa – como aparelho ideológico e seu poder de produzir subjetividades a partir de interesses dominantes, conforme foi verificado na construção das notícias trabalhadas nos grupos focais que também reproduziam os mesmos discursos a partir da ideologia do patriarcado.

O exercício de investigar as RS a partir de reportagens da mídia abre a discussão sobre a relação da constituição das notícias com as RS dos grupos. Logo, percebe-se um alinhamento das representações corroborando com Michaud (2002) no sentido de que a mídia mascara as consequências da violência contra a mulher, naturalizando-a, veiculando somente aquilo que possui relevância, como detalhes da forma que o crime foi praticado, ressaltado na maioria das vezes a crueldade do crime. Sobre a expressão “relevância”, Guareschi (2004; 2005; 2015) traduz como os interesses ideológicos a serviço da grande mídia.

O estudo de Lippmann (2008) aponta ainda o trabalho da mídia na construção de estereótipos sobre cada “personagem” da notícia. Blay (2008) se posiciona criticamente frente à pauta da violência de gênero na mídia a partir da afirmação que “nem todos os crimes contra mulheres têm repercussão midiática” (p. 111). Provavelmente porque “a mídia não relata simplesmente e de uma forma transparente os acontecimentos que são por si mesmo noticiáveis” (HALL et al. 1999).

Não se pode inferir sobre a trajetória dessas representações, qual caminho percorre, mas é possível afirmar uma próxima e ativa relação entre a

mídia e os grupos sociais não acadêmicos (como os investigados neste estudo), relação esta que é nutrida e retroalimentada pelas próprias representações. Em suma, a quarta consideração insere a mídia como um instrumento ideológico a serviço do privilégio do masculino, que neste prisma atua por reproduzir a ideologia do patriarcado na construção das notícias e reforçando a RS da culpabilização da mulher.

Assim, chegamos a quinta e última consideração a fazer até o momento. A partir da distinção entre RS de ideologia, reduzir as representações sociais ao âmbito ideológico seria recair no determinismo e ignorar outros mecanismos de mudança e dinâmica social, difusão e articulação de ideias e conceitos na sociedade (XAVIER, 2002). Logo, as RS apresentam um caráter mais dinâmico "as representações são ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis" (ABRIC, 1994, p.77), expondo possibilidades de mudanças e transformações.

Uma dessas possibilidades foi identificada neste trabalho a partir da categoria "empoderamento" que apareceu em falas no grupo de mulheres e apontam para um potencial de flexibilização de RS, estimulando uma tomada de consciência da existência de estruturas que atuam para manter os interesses do masculino e da dominação do feminino. Nesta relação, a violência de gênero surge como resultado de qualquer ameaça ou tentativa de movimentação contribuindo para a manutenção dos números da violência apresentados na introdução deste estudo uma vez que conforme aponta Segato (2020) de que as medidas estatais não foram capazes de reduzir casos de feminicídio e nem de frear o aumento. Para a autora, os avanços dos movimentos feministas ao longo dos últimos 70 anos contribuíram para a consolidação do empoderamento feminino, no entanto, para mudanças mais profundas é preciso transformá-lo em um movimento coletivo e agregador, como, por exemplo, a mídia se posicionar em relação à pauta da violência de gênero da mesma forma que se posicionou em relação à pauta do suicídio.

Em outra direção, mas atingindo o mesmo objetivo, Motta (2019) sugere que transcender as hierarquias e transcender o patriarcado aparece como a única saída do ciclo estrutural da violência de gênero. Essa transcendência passa também por repensar a masculinidade a partir do que coloca Fuller (2018) como uma "construção inerentemente frágil e extremamente dependente de reconhecimento externo" (p.156).

Assim, a quinta e última consideração parte do que Jodelet (2001) postula que as RS são medidas sociais da realidade, produto e processo de uma atividade de elaboração psicológica e social dessa realidade nos processos de interação e mudança social (p. 37), logo considerando sua estrutura permeável e flexível é possível identificar no empoderamento feminino um potencial de transformação de RS face à culpabilização da mulher.

O aparecimento da categoria empoderamento nesta pesquisa aponta para um revés à assimetria nas interrelações (STREY, CÚNICO, 2016), haja vista que ao emergir esta palavra no grupo de mulheres, ainda que sem evidenciar domínio do conceito, mesmo assim indica o desejo e uma pré-consciência de autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família, conforme postulam Strey e Cúnico (2016, p.32).

Em suma, se por um lado, identificar o surgimento da categoria empoderamento é um indicador positivo da possibilidade de mudança de RS, ainda que não suficiente em si mesma, por outro, faz-se necessário fortalecer esta categoria a partir de uma política de legitimação e validação do conhecimento das próprias mulheres, destacando – novamente – a importância do conceito de sororidade (COLLINS, 2019). Por fim, este estudo sugere que a RS da culpabilização da mulher atue como uma linha invisível que costura as representações sociais da violência de gênero que associam à mulher-vítima a ‘crença no amor’, o ‘sexo frágil’ e ‘culpabilização pela violência’ e, ‘também’ ao homem-agressor o ‘poder de controle’, ‘doença’, ‘aprendizagem social’, ‘coisa de homem’ e ‘consumo de álcool’ como justificativas para proteger o masculino e responsabilizar o feminino.

Propõe-se que a reflexão crítica sobre as relações de poder e dominação imbricadas na violência de gênero levanta novas questões e exige novos tipos de evidencia e argumentação. O que se percebe é que a RS da culpabilização da mulher violenta e reduz as potencialidades humanas. É preciso que os homens entendam que alterar essa RS não represente perdas, mas sim ganhos com a transformação desse sistema. Já as mulheres, compreendam que maior equidade gera maior confiança social e sentido de

pertencimento a uma mesma comunidade que contribui a um sentido maior de cuidado no que tange o bem comum e o público.

As considerações finais deste trabalho foram plurais, diversas e parcialmente fechadas. Justamente por isso, optou-se em não nomear o tópico de conclusão, haja vista que esta pesquisa ainda está longe de oferecer um resultado acabado. Do contrário, sugere a necessidade de continuidade com o avanço em duas direções.

A primeira seria a ampliação deste experimento replicando o mesmo método em diferentes grupos de diferentes contextos (cidades, Estados, outros perfis sociais, econômicos e culturais dos participantes), isso permitiria aumentar a amostragem e as possibilidades de comparações entre os resultados obtidos e identificação de aproximações e distanciamentos a partir das diferentes intersecções como, por exemplo: idade, religião, escolaridade e localização. Seria uma proposta de um mapeamento macro de RS sobre a violência de gênero, a vítima e o agressor.

A segunda seria um estudo longitudinal especificamente para monitorar a categoria Empoderamento em relação à violência de gênero. Considerando que essa categoria aparece, ainda que de maneira tímida, nos discursos e se apresenta como um potencial de flexibilização e transformação de RS, seria muito profícuo analisar por meio do acompanhamento de longo prazo se a RS de empoderamento feminino se consolida e se multiplica através das narrativas e se é possível relacioná-la com números de casos de violência de gênero.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In MOREIRA, Antonia S. P.; OLIVEIRA, Denize C. (orgs). Estudos interdisciplinares de Representação Social. Goiânia: AB, 1998
- ABRIC, J.C. **Pratiques sociales, representations sociales**. In, J.C. Abric (Org.) Pratiques Sociales et Representations. Paris: Presses Universitaires de France, 1994
- ALBUQUERQUE JR, D. M. **Masculino, masculinidade** IN: *dicionário crítico de gênero*, COLLING, A. M., TEDESCHI, L. A. 1ª ed. UFGD, Dourados, 2015
- ALBUQUERQUE JR, D. M. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino**. 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALMEIDA, H. B.; MARACHINI, L. A. **De médico e de monstro: disputas em torno das categorias de violência sexual no caso Abdelmassih**. Cadernos Pagu (50), ISSN 1809-4449, 2017.
- ALVES, S.L. B.; DINIZ, N. M. F. **Eu digo não, ela diz sim: a violência conjugal no discurso midiático**. Revista Brasileira de Enfermagem, jul-ago, 58, 387-92, 2005.
- ARAUJO, M. F. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação**. Psicol. Am. Lat., México, n. 14, out, 2008.
- ARENDT, H. **Da violência**. In _____. Crises da república. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ASCHIDAMINI, I. M.; SAUPE, R. **Grupo focal - estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico**. Revista Cogitare Enfermagem. Curitiba, v. 9, nº 1, 2004.
- AZEVEDO, S. R. S. e GARCIA, L. G. **Violência contra mulheres na agenda midiática**. Espaço do currículo, v.4, n.1, pp.3-21, 2011.
- BADINTER, E. **XY sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BADINTER, E. **Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII**. São Paulo: Paz e Terra; Duna Dueto, 2003.
- BANCHS, M. A. **Representaciones sociales en proceso: su análisis através de grupos focales**. In A. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno, & S. M. Nóbrega (Orgs.), Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais (pp. 401-423). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Lisboa, 1977

BAUDRILLARD, J. **A Arte da Desaparição**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

BLAY, E. **Assassinatos de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: pós-graduação em Sociologia/USP, 34, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acessada em 28.11.2018.

BRASIL. **Lei nº 12.965**, de 23 de abril de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm
Acessada em: 25 de outubro de 2018.

BRASIL. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. – Brasília, 120 p, 2016.

BRASIL. **Artigo 221 da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Acessado em: 25 de outubro de 2018.

CAMARGO, B. V., JUSTO, A. M. **IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais**. Temas em Psicologia, 21 (2), 513-518, 2013

CAMPO GRANDE NEWS, **Pai de mulher morta pelo marido diz que não ficou surpreso com o crime**. Por Viviane Oliveira. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/pai-de-mulher-morta-pelo-marido-diz-que-nao-ficou-surpreso-com-o-crime> Acessado em: 17 de outubro de 2019

CARR, N. **How the internet is changing the way we read, think and remember**. Londres: *In: The Shallows*. Atlantic Books, 2010.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CECCHETO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CECHETTO, N. E. M. **A culpabilização da mulher, vítima de estupro, pela conduta do seu agressor**. UniBrasil. vol.1. n.02, ISSN 2525-5126, 2015.

CERQUEIRA, D. **Causa e consequências do crime no Brasil**. Tese (Doutorado) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://twixar.me/s8pn>

CNJ. **Justiça concede 236 mil medidas protetivas em 2017**. Reportagem do Conselho Nacional de Justiça publicada em 22 de junho de 2018. Disponível

em: <http://cnj.jus.br/noticias/cnj/87047-justica-concede-236-mil-medidas-protetivas-em-2017> acessada em 17 de setembro de 2019

COLLING, L. **Agenda-setting e framing**: reafirmando os efeitos limitados. Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº 14. Abril, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

CONNELL, R. W. **La organizacion social de la masculinidad**. In: VALDES, T. & OLAVARRIA, J. (orgs) *Masculinidad/ES Poder y Crisis, ediciones de las mujeres* n.24. Ed. Isis, Santiago, 1997.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. **Masculinidade hegemônica**: repensando o conceito. Estudos feministas, v21, n. 1, 2013

CRUZ, S. T. M.; ESPINDULA, D. H. P.; TRINDADE, Z. **A. Violência de Gênero e seus Autores**: Representações dos Profissionais de Saúde. Psico-USF vol.22 no.3 Campinas set./dez. 2017.

CIAMPA, A. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CIAMPA, A. **Identidade humana como metamorfose**: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido no mundo moderno. Interação, vol. III, nº 6, jul/dez 1998.

CIAMPA, A. **Identidade**, in: LANE, S. CODO, W. (orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. 8ª edição. Ed. Brasilienses - São Paulo, 1989.

DAWKINS, R. **O gene Egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 415p.

DEL PRIORE, M.. **História das Mulheres no Brasil**. 9ª Ed. São Paulo, Contexto, 2010.

DEL PRIORE, M. del. **Histórias Íntimas**. Editora Planeta, 2011.

DEL PRIORE, M. Del. **Conversas e Histórias de Mulher**. Editora Planeta, 2013.

DEL PRIORE, M.. **História do amor no Brasil**. 2 ed. São Paulo, Contexto. 2006.

DESCHAMPS, JC.; MOLINER, P. **A Identidade em Psicologia Social: Dos Processos Identitários às Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DRUCKER, P. **A ascensão da sociedade do conhecimento**. Diálogo, 27 (3), 13-18, 1994.

DUARTE, N. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

DURKHEIM, E. **Les formes élémentaires de la vie religieuse**. Paris:PUF. 1967.

DUTTON, G. Intimidade abusiva. Vol.2 Wiley, 1995

ECO, U. **A Internet pode tomar o lugar do mau jornalismo**. Entrevista concedida ao jornal El. País, no dia 30 de março de 2015. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/26/cultura/1427393303_512601.html Acessada em 11 de setembro de 2019.

FARR, R. M. **Representações sociais**: a teoria e sua história. In: *P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Eds.), Textos em representações sociais (pp. 31-59)*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FELINTO, E. **Think different**: estilos de vida digitais e a cibercultura como expressão cultural. Revista FAMECOS, 37, 13-19. 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO, **Cabeleireiro é preso acusado de matar ex-mulher na frente dos filhos**. Por Alfredo Henrique. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/09/cabeleireiro-e-preso-acusado-de-matar-ex-mulher-na-frente-dos-filhos.shtml> Acessado em: 17 de outubro de 2019.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL N. S. B. **Violência doméstica contra a mulher**: realidades e representações sociais. *Psicol. Soc.* vol.24 no.2 Belo Horizonte maio/ago. 2012.

FONTANELLA, F. **O que é um meme na Internet?** Proposta para uma problemática da memesfera. Trabalho apresentado no III Simpósio Nacional da ABCiber, São Paulo, 2009.

FONTANELLA, F. **Explorações da cibercultura vernacular**: digital trash, ironia e a domesticação da Internet. Trabalho apresentado no DT 05 – Comunicação Multimídia do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Maceió, 2011.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina,. 239 p. (Coleção Cibercultura). ISBN- 978-85-205-0594-6. 2012.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Editora Plano, Brasília, 2003

FREIRE, S. M. **Mídia, violência e questão social:** a pedagogia do capital. In: *FREIRE, Silene de Moraes (Org.). Direitos Humanos e questão social na America Latina*. Rio de Janeiro: GRAMMA, 2009.

FREUD, S. **Por Que a Guerra?** in: *S. Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. XXII, pp.203-220)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALINKIN, A. L., ALMEIDA, A. M. O., & ANCHIETA, V. C. C. (2012). **Representações sociais de professores e policiais sobre juventude e violência.** *Paidéia*, 22(53), 365-374. Acesso em 20 de outubro, 2018, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X201200030008&lng=pt&tlng=pt.%2010

GELLES, R. J. **The Dark Side of Families:** Current Family Violence Research. Editora SAGE. ISBN 0803919352, 1983.

GILMORE, D. D. **Manhood in the making:** Cultural concepts of masculinity. New Haven, CT, US: Yale University Press. 1990.

GOMES, E. S; BARBOSA E. F. **A técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos.** Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais. Educativa, 2000

GONZALEZ REY, F. **A violência: gênese, manipulação e ocultamento social.** In: *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais* – Mary Jane Spink, Peter Spink (orgs.) – São Paulo: Cortez, 2008.

GONZALEZ REY, F. **As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo:** sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural, *Psic. da Ed.*, São Paulo, 24, pp. 155-179, 2006.

GUARESCHI, N. M. de F. **A mídia como ferramenta de pesquisa:** produção de saberes no cotidiano sobre a saúde das filhas... *Psicologia & Sociedade*; 20, Edição Especial: 87-95, 2008.

GUARESCHI, P. **Textos em representações sociais.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, p. 212. 1995.

GUARESCHI, P. **Os construtores da Informação:** meios de comunicação, ideologia e ética. 2. ed. Petrópolis: Vozes. p. 431. 2000.

GUARESCHI, P. **Psicologia social crítica como prática de libertação.** Porto Alegre: EdPUCRS, 2004.

GUARESCHI, P. **Representações sociais e ideologia.** *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000b.

GUARRESCHI, P. **Mídia, educação e cidadania**: tudo o que você deve saber sobre mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUARESCHI, P. **O Direito Humano à Comunicação**: pela democratização da mídia. Petrópolis, 2015.

GUARESCHI, P. **Representações Sociais, Mídia e Sociedade**. Palestra proferida no II Seminário de Psicologia Social e Pesquisa do Grupo de Estudos Gênero e Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no dia 11 de setembro de 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5TWBXJ3TYNw&t=4386s>

HALL, S. et all. **A produção social das notícias**: o mugging nos média. In: *TRAQUINA, N. Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2ªed. Lisboa: Vega, 1999.

HAN, B. **Topologia da violência**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2017.

HENRY, P. E MOSCOVICI, S. **Problèmes de Tanalyse de contenu**. *Langages, II*, 36-60, 1968

HERRIGER, N. **Empowerment in der sozialen arbeit**. Stuttgart: Eine Einfuhrung, 1997.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX. Cia das Letras, São Paulo, 1997.

IBAÑEZ, T. Introducción: La tension essencial de la psicologia Social. In. PAEZ, D. VALENCIA, J. MORALES, J. F. SARABIA, B. URSUA, N. **Teoria y Método em Psicologia Social**. Barcelona. Anthropos Editorial, 1992

IBGE. **PNAD Contínua TIC 2016**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens.html> Acessado em maio de 2018

IPEA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres Acesso em: 10 de setembro de 2019.

IPEA. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro, SBFP, 2019. 91p.

IVC, **Instituto Verificador de Comunicação**. Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/> Acessado em: 10 de outubro de 2019.

JODELET, D. **La representación social**: fenómenos, concepto y teoria. In S. *Moscovici (Ed.), Pensamiento y vida social: Vol. 2. Psicologia Social (pp. 469-494)*. Barcelona, España: Paidós, 1986

JODELET, D. **Recentes Desenvolvimentos da Noção de Representações nas Ciências Sociais**. In: ALMEIDA, Ângela e JODELET, Denise (orgas), 1994.

JODELET, D. **Representações sociais: Um domínio em expansão** (L. Ulup, Trad.). In: D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 187-203). Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

JODELET, D. **The representation of the body and its transformations**. In: R. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp. 211-238). Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.

JODELET, D. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679 -712, 2009.

JOHNSON, Allan G. **The Gender Knot – Unraveling our Patriarchal Legacy**. Filadélfia, Temple University Press, 1997

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais: saberes sociais e polifasia cognitiva**. *Cadernos Cultura e Pesquisa* (Blumenau), 2, 1-56. 2001.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura** (P. A. Guareschi, Trad.). Rio de Janeiro: Vozes. 2008.

JOVCHELOVITCH, S. **Contextualizar grupos de foco: Entendendo grupos e culturas na pesquisa representacional**. *Bulletin de Psychologie*, 57(3), 245-252. 2004.

KIMMELL, M.; KAUFMAN, M. **Weekend warriors: the new men's movement. Profeminist men respond to the mythopoetic men's movement (and the mythopoetic leaders answer)**. In: KIMMELL, M. & KAUFMAN, M. (org.). *Politics of Manhood*. TUP. Philadelphia, 1995.

KIMMEL, M. **Homofobia, temor. Verguena y silêncio em La identidad masculina**. In: VALDES, T. & OLAVARRIA, J. (orgs) *Masculinidad/ES Poder y Crisis*. Ed. Isis, Santiago, 1997.

KIMMEL, M. **Manhood in America: a cultural history**. New York: The Fre

KIMMEL, M. S., **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998

KLEBA, M. E. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. *Saúde soc.* vol.18 no.4 São Paulo, 2009.

LANE, S.T.M. **O que é psicologia social?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

- LAURENTIS, T. **Tecnologia do Gênero**. Indiana University Press, 1987.
- LERNER, Gerda. **The Creation of Patriarchy**. Nova Iorque/ Oxford, Oxford University Press. Há edição espanhola, 1986.
- LÉVY, P. **O Que é Virtual?** Rio: Editora 34. 1996.
- LÉVY **Desenvolvimento humano e unidade das ciências**. São Paulo: Rede cultura de televisão (Coleção: Universo do conhecimento – Planeta Terra: um olhar transdisciplinar). Data:19 de setembro de 2005. Em DVD 2006.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34. 1999.
- LIMA, L. C. **A Articulação Themata-Fundos Tópicos: por uma Análise Pragmática da Linguagem**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 243-246, 2008
- LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Tradução Jaques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- LOPES, Z. A. **Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas**. Tese (Doutorado em Psicologia e Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto Ribeirão Preto, 2009.
- LOPES, Z. A. **Meninas para um lado, meninos para outro: um estudo sobre representação social de gênero de educadores de creche**. Campo Grande: UFMS, 2000.
- LORENZ, K. **The comparative method in studying innate behaviour patterns**. In: *Symposium of the society for experimental biology*, 4., 1976. p. 221-268.
- LOURO, G. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 176 p, 1999
- MANITA, C. **Programa de intervenção em agressores de violência conjugal**. *Revista Ousar e Integrar*, N.1. INSS 1647-0109, Lisboa, 2005.
- MANITA, C. **Uma outra via para a não violência: a intervenção psicológica em agressores**. In: *Revista portuguesa de ciência criminal*. - Aequitas e Editorial Notícias, A. 21, n.º 3. Lisboa, 2002.
- MANZINI, E. J. **Considerações sobre elaboração de roteiros para grupo focal**. In: NUNES, L. R. O. de P. (Org.). *Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em educação especial*. São Carlos: ABPEE/Marquezone & Manzini editora, 2014, v. 1, 1. ed., p. 127-140.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO, M.C. de S. **Expressões culturais de violência e relação com a saúde**. In: *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. pp. 83-107. ISBN 978-85-7541-380-7

MARQUES, M. F. J.; GUERRA, E. C. **Violência contra a mulher no espaço midiático brasileiro**. *Temporalis*, Brasília-DF, ano 17, n 33, jan/jun. 2017.

MARTINO, L. C. **Contribuições para o estudo dos meios de comunicação**. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 1, n.13, p.103-114, dez. 2000.

MAZZOTTI, A. J. A.; CAMPOS, P. H. F. **Cibercultura: uma nova era das representações sociais?** In: *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik, 2011.

McCOMBS, M. **Um panorama da Teoria do Agendamento 35 anos depois de sua**

formação. INTERCOM. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v.31. n.2.jul/dez. 2008.

MACLUHAN, M. **Os meios de comunicação com extensões do homem**. Trad. Décio Pignatari. Ed. Cultrix. São Paulo, 2000.

MEDRADO, B; LEMOS, A. R. **Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 3, p. 471-478, jul./set. 2011.

MICHAUD, Y. **A violência**. Trad. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, C. M. **Violência contra a mulher na mídia e os descaminhos da igualdade entre os gêneros**. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 6, p. 445, dezembro. 2017.

MORAES, A; RIBEIRO, L. **As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”**. *Sexualidad, Salud y Sociedad* ISSN 1984-6487 / n.11 - ago. 2012.

MORGAN, D. L. **The Focus Group Guidebook**. Thousand Oaks: Sage, 1998

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise** (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2012.

MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, Georges. **O conceito de themata**. In:

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **Era das multidões**. Um tratado histórico de psicologia de massas. Nova edição completamente revista. Bruxelas: Edições Complexe, 1985.

MPSP. **Raio X do Femicídio em SP: é possível evitar a morte**. Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo, 2018.

NASCIMENTO, A. R. A., & MENANDRO, P. R. M. **Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 6(2), 72-88, 2006.

NETO, P. C. **Gramática da língua portuguesa** (Português). Editora Scipione. Dezembro, 2019

OJEDA, L. **Direitos Humanos no Ciberjornal Campo Grande News: a construção de sentido na abordagem sobre mulheres, povos indígenas, crianças e adolescentes**. Dissertação de Mestrado, UFMS. 2018.

OLIVEIRA, P. P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro; 2004. 347 pp.

Press, 1996

OLIVEIRA, F. O., WERBA, G. C. **Representações sociais**. In: M. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernades, P. A. Guareschi, S. A. Carlos, & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea: livro-texto* (pp. 104-117). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OXFORD, University; REUTERS, Institute. **Overview and Key Findings of the 2017 Report**. Disponível em: <http://www.digitalnewsreport.org/survey/2017/overview-key-findings-2017/>. Acessado em 15 setembro de 2018.

PADOVANI; R. C.; WILLIAMS; L. C. A. **Intervenção Psicoterapêutica Com Agressor Conjugal: Um Estudo De Caso**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 2, p. 13-17, jul./dez. 2002.

PELLANDA; N. M. C. **Inclusão Digital Em Uma Perspectiva Autopoiética**. VII Congresso Iberoamericano de Informática Educativa, 2004.

PEREIRA, C. N. A. **Violência contra a mulher e mídia: Um estudo sobre a influência da mídia nas violências cometidas as mulheres do município de**

Macaé/RJ. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense – Polo Universitário de Rio das Ostras, 2011.

PERROT, M. **Minhas História das Mulheres**. São Paulo, Contexto, 2007

PIERANGELLI, J. H. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica**. Bauru-SP: Jalovi, 1980.

PINO, A. **O social e o cultural na obra de Vigotski**. *Revista Educação e Sociedade*, 21(71), 45-78, 2000

PORTO, M. S. G. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. *Tempo soc.* vol.21 no.2 São Paulo 2009.

RELÓGIO DA VIOLÊNCIA. **Instituto Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.relogiosdaviolencia.com.br/> Acessado em 25 de outubro de 2018

RIBEIRO, F. S. & CRUZ, F. M. L. **Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife**. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 612-622, 2013

RODRIGUES, A. R. **Pontuações sobre a investigação Mediante Grupos Focais**: Seminário COPEADI - Comissão Permanente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional, 1998

ROMIO, J. A. F. **Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde**. Tese de doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. Campinas, 2017.

RUBIN, G. **Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade**. *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003

SÁ, Celso Pereira. **Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central**. *Temas psicol.* vol.4 no.3 Ribeirão Preto dez. 1996

SAFFIOTI, H. **Violência de Gênero no Brasil Atual**. *Internacional. Rev. Estud. Fem.* Ano.2, ISSN 1806-9584, Florianópolis, 1994.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São. Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. *Cadernos pagu* (16) 2001: pp.115-136

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero e patriarcado** (inédito). Relatório ao CNPq, que será parte do livro *Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade*, 84 p. 2001

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Fapesp/ Iluminuras. 2001.

SANTOS, E.; SILVA, M. **O desenho didático interativo na educação online**. OEI - Revista Iberoamericana de Educación, 49, janeiro-abril. 2009. Acessada em <http://www.rieoei.org/rie49a11.htm>

SAVIANI, D. **O legado educacional do “longo século XX” brasileiro**. In: _____ et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCHARAIBER, L. B.; BARROS, C. COUTO, M. T.; FIGUEIREDO, W.; ALBIUQUERQUE, F. **Homens, masculinidade e violência: estudo em serviços de atenção primária à saúde**, Rev Bras Epidemiol; 15(4): 790-803. 2012.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SCHAFF, A. **A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial** (4ª ed.). São Paulo: Edusp/ Brasiliense. 1995.

SILVA, M. V. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, M. P. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana**. Tese de doutorado. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

SILVA, C. de. S. **As representações sociais nos discursos midiáticos: novas questões para a educação**. In: *28ª Reunião ANPED, 2001, Natal. Anais...* Natal: UFRN, 2001. p 1-16. Disponível em: < 28reuniao.anped.org.br/textgt16/gt161384int.rtf>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

SILVA, M. A. M. **A culpabilização das vítimas de crimes sexuais: uma questão cultural**. Revista a barriguda, p. 255-274, maio-ago 2017 - ISSN 2236-6695. Campina Grande, 2017.

SILVA, P. B.; SILVA, P. **Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade**. Fractal: Revista de Psicologia, 24(3), 525-542. 2012

SMOLKA, A. L. B. **O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais**. Caderno Cedes, 50(1), 26-40, 2000.

SODRÉ, M. **A máquina de Narciso**. Televisão, Indivíduo e Poder no Brasil. São Paulo, Editora Robson Achiamé Fernandes, 1ª Edição, 1984

SOMMACAL, C. L. **Culpabilização da vítima de estupro**. Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina, Unisul Fato e Dir. v. 7, n. 13, ISSN 2358-601X, 2016.

SOUZA, J. L. C.; BRITO, D. C.; BARP, W. J. **Violência doméstica: reflexos das ordenações filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, Vol. 18 N01. ISSN 0104-0103, São Carlos, 2009.

SPINK, P. K. **Pesquisa de Campo em Psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista**. Psicologia Social, vol. 1'5, n.2. 2003.

STREY, M. N.; CÚNICO, S. D. **Teorias de Gênero: feminismos e transgressão**. EdiPUCRS, Porto Alegre-RS, 2016

STENZEL, G. Q. L.; LISBOA; C. S. M. **Aprisionamento Psíquico Sob Uma Perspectiva Psicanalítica: Estudo De Caso De Um Agressor Conjugal**. Ágora (Rio de Janeiro) v. XX n. 3 set/dez 2017.

THERBORN, Goran. **The ideology of power and the power of ideology**. Londres : Verso, 1980.

THOMPSON, J. **Mídia e modernidade** (W. O. Brandão, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1995), 1998.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna** (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1990), 2004.

THOMPSON, J. B.; **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era da comunicação de massa**. 9ª ed. Petrópolis: RJ. Ed. Vozes, 2011

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. **Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos**. In: ALMEIDA, A. M.; SANTOS, M. F.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). Teoria das representações sociais: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2011.p.101-121.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991

VYGOTSKY, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Manuscrito de 1929**. Educação & Sociedade, 71, 45-78, 2000.

XAVIER, R. **Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?** Psicologia & Sociedade; 14 (2): 18-47; jul./dez.2002

WALKER, L. E. **Abused women and survivor therapy**: a practical guide for the psychotherapist. Whashington DC: APA, 1995.

WRIGHT, C. R. **Comunicação de massa**: uma perspectiva sociológica, Bloch, Rio de Janeiro, p. 54. 1968.

YANNOULAS, Silvia Cristina . **Iguais mas não idênticos**. Revista Estudos Feministas, N.7, Ano 2, UFSC, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - FACH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**A CULPA NÃO É DELAS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO, A VÍTIMA E O AGRESSOR**”.

O projeto está sob a responsabilidade dos pesquisadores Zaira de Andrade Lopes e Renato Martins de Lima. Para poder participar desta pesquisa é necessário que o(a) participante tenha interesse para participar voluntariamente; tenha idade entre 18 e 60 anos; tenha disponibilidade de tempo e condições de deslocamento para o local do grupo que será informado antecipadamente, acesso à internet e fazer uso da tecnologia como fonte de informação de notícias e, aceite todas as cláusulas deste termo. Qualquer negativa em relação à pelo menos um dos itens acima torna o participante excluído da pesquisa. Neste grupo serão apresentadas para discussão coletiva notícias e reportagens veiculadas na imprensa. Será realizado apenas um encontro com duração de até 50 minutos. Para participar desta pesquisa você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. A participação nessa pesquisa pode gerar ao participante possíveis benefícios como: de ordem coletiva, a possibilidade de contribuir para uma pesquisa que investiga o fenômeno da violência de gênero e, na ordem individual, oferecer um espaço de acolhimento, proporcionando aos participantes o protagonismo para falar e ser ouvidos. O risco de constrangimento é mínimo e você poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. O encontro do grupo será realizado em ambiente controlado, fornecendo condições necessárias de conforto, segurança e sigilo. Caso haja algum desconforto ou problemas decorrentes da pesquisa, o (a) participante receberá acompanhamento e assistência. Em caso de eventuais danos ou despesas decorrentes da pesquisa, o (a) participante também terá garantia de indenização financeira.

A fim de manter a fidelidade das informações a **atividade será gravada e filmada**, no entanto, sua identidade será mantida dentro dos padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. **Com este consentimento você autoriza o uso do conteúdo apresentado por você em declaração oral, escrita e imagem para fins científicos.** Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

Em caso de dúvidas a respeito dos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP)**, pelo telefone (067) 3345-7187, ou e-mail cepconep.propp@ufms.br. Se tiver dúvidas ou algum problema, poderá falar com os pesquisadores Renato Martins de Lima, no telefone (67) 99245-7574 ou e-mail: renato.mart@gmail.com e Zaira de Andrade Lopes, no telefone (67) 99981- 7594 ou no e-mail zairaal@gmail.com.

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo. Decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

DADOS DO (A) PARTICIPANTE:

Nome Completo: _____

RG/CPF: _____ Data de Nascimento: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

Atuação Profissional: _____

Assinatura do pesquisador

Assinatura do (a) Participante

Campo Grande/MS, ____ de _____ 2019

APÊNDICE B – Roteiro para sessão de Grupo Focal

ROTEIRO PARA SESSÃO DE GRUPO FOCAL**INTRODUÇÃO**

Boas vindas, apresentação dos presentes, expor de forma geral o assunto a ser discutido, esclarecer o papel esperado dos participantes e as regras de funcionamento do grupo.

Regras: Leitura e assinatura do TCLE, gravação em vídeo da sessão, restrição do uso do celular durante a sessão, reforçar confidencialidade, colher assinaturas dos participantes.

Contrato: tempo de duração, estrutura circular, direito à fala e direito à escuta, respeito ao conteúdo do grupo e aos participantes.

Quebra-gelo: bate-papo introdutório para promover integração do grupo, desinibição e sociabilização.

EXPLORAÇÃO

Apresentar as notícias/reportagens selecionadas, entregar as cópias aos participantes, fazer a leitura em conjunto e solicitar as percepções, impressões e compreensão sobre o conteúdo.

Perguntas norteadoras:

- 1) O que é violência na opinião de vocês? (o que vem à cabeça)
- 2) O que, nesta notícia, mais chamou sua atenção?
- 3) O que dá pra conhecer a respeito do autor dessa violência a partir da reportagem?
- 4) O que vocês acham que leva um homem a agredir sua própria namorada/esposa/ex
- 5) Como vocês acham que esse tipo de violência pode acabar?

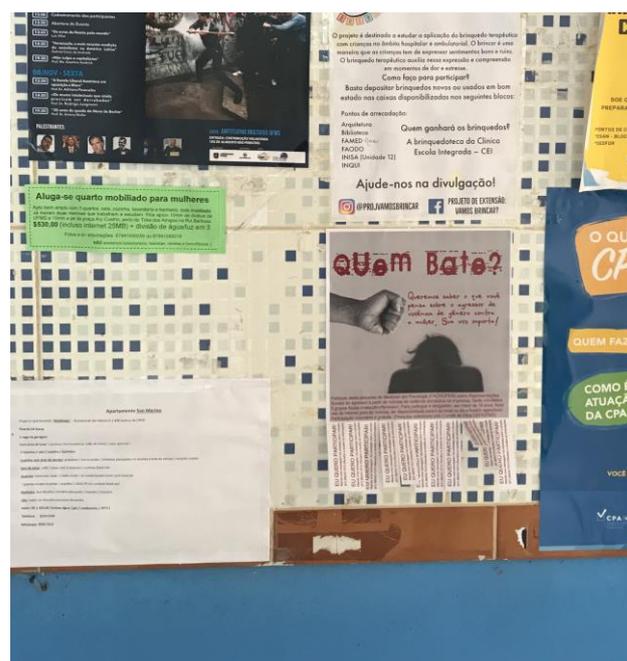
VALIDAÇÃO E FECHAMENTO

Pressupõe a validação/espelhamento sobre os conteúdos e ideias trazidos pelos participantes junto aos próprios participantes, o agradecimento pelo tempo e contribuições, o esclarecimento dos encaminhamentos do estudo e despedida.

Informar sobre o serviço de proteção à mulher em situação de Violência, Disque 100, Casa da Mulher Brasileira e apresentar a Lei Maria da Penha.

APÊNDICE C – Divulgação da chamada para participação nos Grupos Focais

**DIVULGAÇÃO DA CHAMADA
PARA PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS FOCAIS**



APÊNDICE D – Transcrição do Grupo Focal de Homens

TRANSCRIÇÃO GRUPO FOCAL DE HOMENS

Apresentação, leitura do TCLE, assinatura do termo.

Quebra gelo:

Quando vocês ouvem a expressão Violência, Violência doméstica, violência de gênero qual a primeira imagem ou significado que vem na cabeça de vocês?

ABRIL – violência doméstica é geralmente quando dentro de casa uma mulher acaba sendo agredida pelo companheiro dela, dentro de casa. O que vem na cabeça é isso.

JUNHO – não só esposa.

JANEIRO – é isso que eu ia falar também.

JUNHO – esposa, filho, marido...

ABRIL – isso tudo dentro de casa, né. Eu tenho essa impressão.

MARÇO – tem mulher que bate em marido também.

Grupo – risadas e comentários simultâneos “é tem mulher que bate no marido também”, “é verdade”, “eu já vi”.

FEVEREIRO – pra mim é homem que bate em mulher e mulher que bate em homem.

>> ENTREVISTADOR: ENTÃO VOCÊS ESTÃO DIZENDO QUE ESSE TIPO DE VIOLÊNCIA TEM UMA CONFIGURAÇÃO DE OCORREM ENTRE O CASAL?

ABRIL – isso mesmo

>> ENTREVISTADOR: COMO VOCÊS FICAM SABENDO DESSES CASOS?

MAIO – amigos, ou às vezes a gente ouve mesmo os barulhos dos vizinhos que moram do lado.

JANEIRO – pela mídia também.

ABRIL – mídia dos vizinhos fofoqueiros que saem falando o que acontece na casa dos outros.

>> ENTREVISTADOR: VOCES ACHAM QUE ESSE TIPO DE VIOLÊNCIA AUMENTOU, DIMINUIU OU ESTÁ A MESMA COISA DE SEMPRE?

MAIO – eu acho que aumentou

MARÇO – eu acho que não é o aumento, acho que é a liberdade de expressão, a coragem que está se criando agora da mulher tomar coragem de ir lá denunciar.

JANEIRO – (INTERROMPE) atitude.

MARÇO – não é? Tem denuncia anônima, disque 100...

JUNHO – ontem eu estava vendo no G1, um caso que depois de três anos saiu a sentença do cantor Vitor – do Vitor e Leo – eu vi no G1

ABRIL – mas tomou 12 dias de regime aberto ainda

JUNHO – o restante ele pegou como serviço comunitário, coisa assim.

JULHO – mas lá você viu, não sou a favor do cara bater na mulher, mas a maioria das mulheres ela não vê.... Quem causa o começo da maioria da violência é a mulher. No caso do Victor e Leo. O cara chegou em casa pegou o filho dele e levou pra mãe ver. A mulher não precisava fazer um escarcéu daquele, ela partiu pra cima do cara, bateu no cara. Então ela inferniza a cabeça do homem primeiro, aí a maioria dos homens partem pra violência porque não pensa na consequência. Mas você vê, a maioria das reportagens só fala que o homem bateu, mas ela não pega a origem da violência. Você vê no caso do Victor, o cara só fala que o cara bateu na mulher, bateu na parte íntima, não sei que lá... Mas o cara chegou em casa e levou a filha pra casa da vó, a mulher chegou em casa e precisava fazer um escândalo daquele? Ela que partiu pra violência, ela que começou a violência!

Então o que aconteceu, a maioria dos homens a cabeça esquenta mais. Aí a violência vira o dobro, quem leva a pior é sempre a mulher. Mas que a maioria das coisas quem começou é a mulher.

>> ENTREVISTADOR: VOCES COMPARTILHAM DESSA MESMA IDEIA?

JUNHO – eu discordo de algumas coisas (tom de voz inconstante e desconfortável)

Acho que tem que saber o que vem acontecendo já. Às vezes, me vêm com a minha esposa e acham que está tudo lindo, mas não sabe o que se passa dentro de casa. Não sabem o que ela falou pra ele e o que ele falou pra ela no passado. Porque pelo que eu li eles já não estavam bem, já tinha acontecido alguma coisa parecida muitos anos atrás.

ABRIL - um erro não justifica o outro

MAIO – ela poderia ter evitado, por ser mulher.

JANEIRO – igual ele falou (aponta para MARÇO), hoje em dia elas estão tendo mais coragem. O caso mais recente foi à questão do goleiro Jean, do São FEVEREIRO, ele espancou a mulher nas férias agora e independente dele ter dinheiro, ser famoso ela não se importou com isso. Tanto é que no depoimento dela ele falou bem assim, você vai querer acabar com essa vida boa que você tem querendo me denunciar? Ela foi e denunciou. Então essa proporção de mulher que tem coragem e ir lá e denunciar estão crescendo.

>> ENTREVISTADOR: EU ACHEI INTERESSANTE QUE VOCÊS TROUXERAM ESSES DOIS CASOS QUE VIRAM PELA INTERNET, POIS EU TROUXE TAMBÉM DOIS CASOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO QUE FORAM REPORTADOS EM SITES DE NOTÍCIAS. UMA QUE FOI VEICULADA EM MATO GROSSO DO SUL E OUTRA EM SÃO FEVEREIRO PARA GENTE AVALIAR DUAS HISTÓRIAS DE FEMINICÍDIO. (EXPLICA O PROCEDIMENTO.... LEITURA E ANÁLISE)

ABRIL – voluntariamente faz a leitura dos dois textos

>> ENTREVISTADOR: A PARTIR DESSES DOIS CASOS QUE FORAM LIDOS E TAMBÉM DOS OUTROS QUE VOCES CONECAM, O QUE VOCES ACHAM DESSES HOMENS QUE CHEGAM A ESSE PONTO DE BATER E MATAR UMA MULHER.

JUNHO – psicopata... Ta louco.

>> ENTREVISTADOR: mas quando você diz psicopata, qual o entendimento que você tem?

JUNHO – o cara é louco, que não pensa antes de agir, nem nas conseqüências.

JANEIRO – é um homem frio né. Como esse aqui da reportagem de mato grosso do sul. O cara foi lá e atirou na mulher sem saber se era verdade a traição. A mente do cara é totalmente descontrolada.

>> ENTREVISTADOR: ENTÃO SERIA UMA DOENÇA MENTAL?

JANEIRO – não sei se isso é uma doença mesmo..... Pode ser. (faz expressão de dúvida e reflexão sobre)

MAIO – (interrompe) vai saber, tipo, o cara recebeu os prints das mensagens, mas ele não sabe se é verdade ou não, nem tem como averiguar

JANEIRO – (retoma a fala anterior).... Um distúrbio sei lá

MAIO – (continua a fala anterior) ...ele poderia falar vou ver se é verdade, e se for verdade tudo bem! Mas ele só olhou e

JUNHO – eu acho que para chegar num motivo desse daí, o cara não pode estar bem. alguma coisa..... Eu creio que não seja só isso.

>> ENTREVISTADOR: NAS DUAS REPORTAGENS QUE FORAM LIDOS HAVIA UMA RELAÇÃO ENTRE A VÍTIMA E O AGRESSOR, NÃO ERAM ESTRANHOS. ENTÃO DEPOIS DE VIVER JUNTO, O HOMEM VAI LÁ E MATA. ENTÃO DE UMA HORA PARA OUTRA O CARA FICA LOUCO?

JULHO – ah, todo homem que é ciumento vê coisa que não existe. O homem passa olhou pra mulher dele, o cara já encara e acha ruim. Achando que você está dando em cima da mulher dele. Não pode nem olhar. O cara já é ciumento desde o namoro, desde o começo. A mulher que se envolve com um homem ciumento, não precisa ser depois de casado. Ele está namorando, nos primeiros dias ele já mostra quem ele é.

ABRIL – não é que é culpa da mulher isso, a palavra não chega a ser culpa, mas, por exemplo, neste caso aqui de Mato Grosso do Sul, o pai disse que nem ficou surpreso com a morte da filha dele porque isso já vinha de agressões no passado. Por que a mulher deixa chegar nesse ponto para terminar o relacionamento? Mesma coisa na outra reportagem. A pessoa que chega a matar a companheira, essa pessoa já vem com um histórico de agressões muito antes. Ninguém perde a cabeça de uma hora pra outra. A palavra não é culpa, mas assim, coisas que poderiam ser evitadas.

>> ENTREVISTADOR: EU DEVOLVO ESSA PERGUNTA. POR QUE VOCES ACHAM QUE A MULHER DEIXA CHEGAR NESSE PONTO?

ABRIL – eu acho que é pelo sentimento de acreditar que talvez depois de cada briga, de cada agressão o homem pede desculpa e pelo sentimento da pessoa acaba perdendo, mas...

JUNHO – eu já vi muitas ocasiões de medo.

Grupo: é tem isso... O medo

JUNHO – a pessoa ameaça, ameaça.....e a mulher acaba ficando com medo
 JANEIRO – tem a natureza da pessoa também. Muitas vezes, você observar esse cara, essa pessoa que cometeu esse ato. Você conhecer a natureza dele, família, passado, não sei... eu já tive pessoas da minha família com a natureza ruim. Parentes próximos.... Você vai olhando a natureza de pai, mãe avos.. Pessoas ignorantes, que tem o temperamento... Sabe.

>> ENTREVISTADOR: VOCE ESTÁ FALANDO DE NATUREZA E ME REMETEU AO QUE ELE DISSE DO CIUMENTO QUE VEM DESDE O NAMORO. MAS ESTAMOS FALANDO DE MATAR, UM CARA QUE ESCOLHE A VÍTIMA QUE PEGA UMA ARMA QUE VAI ATÉ A CASA DA MULHER E DECIDE DAR VÁRIOS TIROS. CIUMENTO SERIA UMA EXPLICAÇÃO PARA ESSE HOMEM QUE MATA?

JULHO – todo homem ciumento, ele mata!

>> ENTREVISTADOR: E POR QUÊ?

JULHO – é o instinto do ciúme demais, ele vê coisa onde não deve. Lá perto de casa tem uma menina que namorava o rapaz e desde que eles namoravam ele batia nela. É aquele que quer mandar na namorada. Desde que namoravam ele já dava uns tapas nela. Ai foi indo.... Foram viver juntos, quando ela tava grávida... Um dia eles brigando de ciúme... Porque o ciumento é assim, ta aqui no começo, daqui a pouco ele bebeu um golinho o ciúme dele aumenta ele vê coisa onde não deve e dá uma garrafada na cabeça da guria. Ela separou, e vai e volta, vai e volta.... Até que um dia ela separou dele. E foi um rapaz fazer um serviço lá na casa.... Não foi atrás da mulher, foi ver um serviço na casa, pois era conhecido da dona.... Pois o ex veio com uma enxada, bateu no cara, deu uma enxadada na cabeça dela. O cara saiu correndo, veio o carro atropelou ele caiu no chão, então o outro cara ainda pegou um tijolo e deu uma tijolada na cabeça dele... E o infeliz não morreu não. Ela ficou em coma na Santa Casa, e também não morreu. Esse cara já demonstrava o ciúme desde que começaram a namorar. Aquele ciúme que quer mandar, dar ordem, já dava uns tapas nela e a Mãe dela pedia pra ela terminar o namoro. Igual ele falou a pessoa parece que fica cega, pensa que a pessoa vai mudar...

JANEIRO – (interrompe) por isso que eu penso que pode ser uma doença também... A pessoa com ciúmes nessa proporção é bem provável que ele tenha uma doença mental...

JULHO – (retoma a fala)... Nisso tudo ela largou dele. Cada um está no seu canto..

>> ENTREVISTADOR: VOCES FALARAM AQUI A QUESTÃO DA PSICOPATIA, DOENÇA MENTAL, NATUREZA... NESTE CASO EM MATO GROSSO DO SUL, O CARA ERA POLICIAL MILITAR. PARA SER POLICIAL É PRECISO PASSAR POR EXAMES PSICOLÓGICOS, PASSAR PELA ACADEMIA, VÁRIOS PROCESSO AVALIATIVOS... E AI, COMO EXPLICAR?

JUNHO – esses exames são pra ele entrar. Mas e depois? E o estresse do dia-a-dia. Alguma coisa que ele pode ter feito no serviço dele e ele carrega essa culpa para o resto da vida. O caminhar dele leva a Pode ter ocorrido alguma coisa...

JANEIRO – já aconteceram casos também do homem ser traído e não fazer nada. Não matar. Ir viver a vida dele, largar a mulher dar as costas e ir viver a vida dele numa boa.

JUNHO – ninguém nasce com isso...

>> ENTREVISTADOR: ELE DISSE QUE O CIUMENTO VAI DEIXANDO SINAIS E RASTRO DE VIOLÊNCIA GRADATIVO, UMA TAPA, UMA GARRAFADA, UMA ENXADADA E UM TIRO...

JUNHO – (interrompe) tudo tem um estopim da coisa..

>> ENTREVISTADOR: – (continua) OUTRA POSSIBILIDADE, VOCES FALARAM, O CARA É NORMAL A VIDA TODA E EM ALGUM MOMENTO ELE...

JANEIRO – (interrompe) tem algum distúrbio..

>> ENTREVISTADOR: – MAS EM TODOS OS CASOS ESSA PESSOA É DOENTE?

JUNHO – eu acho que não

>> ENTREVISTADOR: – PORQUE EM TODOS OS CASOS ESSES HOMENS TEM TRABALHO FIXO, CONSTITUI FAMILIA, TEM VIDA SOCIAL..

ABRIL – não é uma doença... Eu não sei como explicar um negocio desse. Por exemplo, esses tempos atrás eu estava assistindo uma reportagem sobre ciúme, pessoas que sabem que tem esse tipo de problema e procuram tratamento, ajuda porque sabem que isso causa um mal danado. Eu não acho que..... Que seja uma doença....

JUNHO – é que nem distúrbio bipolar, ninguém nasce com isso, desenvolve.... pelo que eu pesquisei é. Porque eu fiz um negocio com uma neuropsicológica, eu quase entrei em distúrbio bipolar... Fiquei um antes. Então se não fizer o tratamento você fica, então ninguém nasce com distúrbio bipolar e pode ser que no futuro acontece alguma coisa disso... Às vezes o cara está bem e por alguma coisa na rotina dele, de alguma coisa, ele se transforma em outro do nada. E quando vê já fez. Como esse cara aqui que estava arrependido depois de tudo. Tipo fiz a merda e agora tenho que pagar. Se você perguntar para um cara desse: você se arrepende? A maioria vai falar, se arrependo. Fiz sem pensar.

FEVEREIRO – tem uns que se matam depois.

ABRIL – eu fico imaginando como uma cara desse fica depois, que nem esse caso, o policial matou a mulher na frente dos filhos.. imagina como um cara desse fica da cabeça, sabendo que os filhos viram ele fazendo.

>> ENTREVISTADOR: – COMO VOCES EXPLICAM OS CASAIS QUE VIVEM JUNTOS HÁ BASTANTE TEMPO E COMO CHEGA DO CIUME PARA O ASSASSINATO DE UMA HORA PRA OUTRA, porque ai já vira crime, EM UM DIA TUDO MUDA?

FEVEREIRO – não é de uma hora pra outra. Tem mulher que gosta de instigar. “ah vou provocar um ciuminho”, né? E aquilo vai crescendo e toma uma proporção maior.

ABRIL – ah você falou “ele tinha vida social e tal”, a gente não sabe realmente o que se passa na cabeça dele, como que era no trabalho, o que ele passava no trabalho dele. Será que realmente ele tinha uma vida social? A gente de fora não tem como responder. Somente ele pode falar dele.

>> ENTREVISTADOR: –PELO QUE ESTOU ENTENDENDO VOCES ESTÃO TRAZENDO AGORA QUESTÕES EXTERNA QUE MOTIVARIAM A VIOLENCIA, COMO A MULHER QUE QUER PROVOCAR O CIUME, O ESTRESSE NO TRABALHO, TEM ESSA POSSIBILIDADE ENTÃO?

GRUPO – COLETIVO SIM

JANEIRO – Muitas vezes a mulher não conhece de fato a pessoa com quem ela casou. É igual ele falou, Psicopata. Eu já assisti e mostra que muitas vezes ele é um cara normal que vive anos sem ninguém saber.

>> ENTREVISTADOR: – ENTÃO VOCES ACHAM QUE EM UMA RELAÇÃO CONJUGAL DÁ PRO HOMEM SE ESCONDER DA MULHER?

JANEIRO – sim claro. Se ele for um psicopata mesmo.....

JULHO – não dá pra esconder não. Pensa. Você chega em casa e pega sua namorada, sua esposa no flagrante agarrando um cara. Aquele sangue esquentado, vai lá na cabeça e ferve...

JUNHO (tenta interromper) mas um cara em sã consciência....

JULHO – (aumenta o tom de voz) quero ver quem tem a consciência quando pega o flagra. Você sai de boa?

JANEIRO – eu vou falar por mim, pelos meus princípios, de pai que eu tive de educação. Acho que minha maior reação no momento é muita raiva, de ódio.... mas eu, falo por mim, não chegaria ao ponto de agredir, de matar.. Posso afirmar isso....

JUNHO – eu também não.

JANEIRO – Poderia xingar, até brigar, sair na porrada com o cara ali....

FEVEREIRO – Mas matar não.

>> ENTREVISTADOR: – VAMOS PENSAR NESSA SITUAÇÃO HIPOTÉTICA NA QUAL VOCE DÁ O FLAGRANTE NA TRAIÇÃO O QUE VOCE FARIA: BRIGARIA COM ELA, BRIGARIA COM ELE, BRIGARIA COM OS DOIS OU VIRAVA AS COSTAS E IR EMBORA?

JANEIRO – opção 4. Eu sempre falo isso com a minha esposa. Tem um monte de mulher no mundo (risos), porque eu iria estragar a minha vida por causa de uma sem vergonhice...

>> ENTREVISTADOR: – VOCE CONSEGUIRIA PENSAR TUDO ISSO NA HORA QUE VOCE DEU O FLAGRANTE NA MULHER QUE VOCE AMA?

JANEIRO – é algo que eu sempre falo..... (pausa) é fica difícil... (risos do grupo). Mas eu nem sei brigar, eu nunca briguei, vim de um berço cristão.... eu acho que é o que eu faria. Agora, quem já veio de uma vida louca, por exemplo.... não sei se faria diferente. Eu falo por mim.

JULHO – esse negócio de criado, de berço, isso ai é ... não tem nada a ver. O cara pode ser criado na casa de bandido e o cara ser calmo, tranqüilo e não ser igual aos pais. O cara pode ser criado com pais maravilhoso, amoroso, nunca viu briga dentro de casa, aqueles pais exemplar... ter sete filhos e nenhum vai ser igual ao outro.

ABRIL – mas a probabilidade de uma pessoa que é criada em um lar diferente do outro de ser o que era é muito maior...

JULHO – antes de eu ter meus filhos eu falava: “nego” usa droga se quiser, ninguém faz a cabeça de ninguém. Mas depois que eu tive meus filhos, eu comecei a ver que não é assim como eu pensava. Eu pensava assim porque eu tirava por mim, eu vim do interior com 14 anos, vim morar no bairro que tinha a gangue da chavasca, todo mundo usava droga, eu não usava nada. Na escola todo mundo ia fumar maconha no pé de manga, eu ficava no meio deles eles falavam “quer JULHO” eu, “não, obrigado”. Eu gostava porque eles ficaram falando bobeira e rindo e eu ria também, mas nunca usei. Tinha que ser amigo deles para não apanhar La fora.

JUNHO – com 14 anos eu creio que a pessoa já está com a mente bem evoluída.

JULHO – os filhos dos meus amigos tudo nessa idade se envolveram com droga. E foram bem criados.

>> ENTREVISTADOR: : DEIXA EU VER SE ENTENDI, ENTÃO SE A GENTE PENSAR NO CONTEXTO FAMILIAR, AMIZAD... ISSO INFLUENCIA PARA O BEM E PARA O MAL?

JULHO – quem tem a cabeça feita, nada influencia.

>> ENTREVISTADOR: : VOCE DEU O EXEMPLO DO FLAGRANTE E FALOU DE RAIVA, SE FOSSE VOCÊ NAQUELA SITUAÇÃO O QUE VOCE FARIA?

JULHO – eu matava os dois. Se eu tivesse armado eu matava os dois.

>> ENTREVISTADOR: – E PORQUE VOCE MATARIA?

JULHO – por causa da traição. Isso se eu nunca tivesse traído. Eu tenho 20 anos de casado, muita gente não acredita, mas eu nunca trai minha esposa. Agora eu nunca vi minha mulher me traindo. Igual eu falei, eu sou ciumento. Eu já falei pra minha mulher.

>> ENTREVISTADOR: – VOCE SE CONHECE AO PONTE DE ASSUMIR QUE É CIUMENTO E QUE NÃO CONTROLA A RAIVA E MESMO SABENDO QUE ESSE CRIME DÁ CADEIA VOCE AINDA ASSIM MATARIA?

JULHO – eu matava ainda assim, não tava preocupado que ia pra cadeia. Quem mata não ta doente. Meu irmão pegou o cara com a mulher dele e ainda está com a mulher, eu fico indignado, o cara ainda aceita.

JANEIRO – eu acho que essa que é a diferença, ele já tem uma decisão. Eu, por causa dos meus princípios, não é nem por causa de igreja ou religião.... eu não faria isso mesmo.

>> ENTREVISTADOR: – ME PARECE QUE VOCES DOIS ESTÃO FALANDO DO MESMO PONTO DE VISTA QUE É O AUTOCONHECIMENTO. CADA UM CONHECE OS PRÓPRIOS LIMITES. ENTÃO NÃO SERIA UMA SURPRESA. VOCES ACHAM QUE ESSES DOIS AUTORES DAS REPORTAGENS CONHECIAM OS PRÓPRIOS LIMITES OU AGIRAM POR IMPULSO?

JANEIRO – eu acho.... (pausa reflexiva)

JUNHO – eu acho que todos eles se conhecem... cada um se conhece

>> ENTREVISTADOR: – VOCE ACHA QUE O HOMEM SE CONHECE, SABE SE É CIUMENTO...

JANEIRO – sim, eu acho

JUNHO – consente com a cabeça

JULHO – quando eu fui morar com a minha esposa eu falei pra ela, você quer discutir, discute. Mas não avança em mim, não bate em mim. Bateu levou. Se quiser brigar, xingar, quebrar prato, pdeoe quebrar tudo, mas não vem pro meu lado. A maioria das mulheres que apanham é porque ela vai bater no marido. Ai quando o marido bebe, que usa álcool, fica de fogo. A maioria dos homens que batem na mulher é porque bebem.

JUNHO – não, eu concordo

(discussão no grupo, conteúdo não identificado)

>> ENTREVISTADOR: – PESSOAL, VAMOS OUVIR O JUNHO E EU JÁ VOLTO COM UMA PERGUNTA PARA O GRUPO

JUNHO – eu tenho, tipo assim, as mulheres já tem o pavio curto, em uma briga simples ela já pode avançar em você. Eu acho que é muito mais fácil a mulher partir na atitude do que o homem.

>> ENTREVISTADOR: – ENTÃO, EM OUTRA SITUAÇÃO HIPOTÉTICA, SE A MULHER INICIAR UMA AGRESSÃO, O QUE VOCES FARIAM?

JUNHO – então as vezes o aguar agüenta, se agüenta, mas ele sabe o limite dele. Igual ele falou pra ela “não encosta a mão em mim” , ele sabe o limite dele, as vezes a mulher não sabe o limite dele e parte pra cima.

>> ENTREVISTADOR: – NESTE SIMULAÇÃO O QUE VOCES FARIAM? REVIDAVAM A AGRESSÃO, SEGURAVAM ELA PARA IMOBILIZAR OU VIRAVAM AS COSTAS E IAM EMBORA?

JUNHO – eu mesmo nunca gostei de briga. Briguei uma vez na escola....

JANEIRO – Porque se o homem tiver a mentalidade independente da mulher agredir ele sempre vai ser mais forte que ela. A mulher é mais frágil. Você levar uma porrada de uma mulher e você dar uma porrada em uma mulher a proporção é muito mais forte pro homem...

JULHO - é, depende da mulher....

(risos no grupo)

JUNHO – Tem muita mulher que sabe o limite do seu marido, por isso ela já não faz isso porque conhece a outra pessoa. Mas tem muita gente casada há 20 anos que não conhece limite do outro.

JULHO – a maioria do homem que bate na mulher tem bebida no meio, igual eu falo, eu nunca bebi, nunca cheguei em casa bêbado, não bebo. Se eu tomar 3 latinhas em uma festa é muito...

>> ENTREVISTADOR: – ENTÃO EU PERGUNTO, PORQUE QUE UM HOMEM QUE ESTÁ BEBENDO NO BAR, ENCHENDO A CARA EM VEZ DE BRIGAS NO BATER E BATER NOS HOMENS, VAI PRA CASA E BATE SÓ NA MULHER?

JULHO – porque a mulher chega e começa a falar.

JUNHO – daí é porque a mulher vai pra cima

JULHO – a mulher só fala quando o infeliz está bêbado

ABRIL – é porque o pavio dela já está curto

>> ENTREVISTADOR: – MAS NO BAR TAMBÉM TEM BRIGA DISCUSSÃO, TIRAÇÃO DE SARRO...

JULHO – é porque lá ele vai apanhar...

(risos no grupo)

>> ENTREVISTADOR: – ENTÃO MESMO BÊBADO ELE ESCOLHEU A VÍTIMA

JANEIRO – é isso que eu ia falar, então mesmo bêbado ele sabe com quem ele vai mexer. E

JULHO - o cara é covarde

JANEIRO – então o cara é covarde

JUNHO – tem cara que mesmo bêbado fica em sã consciência..

JANEIRO – esse tipo ai é covarde

JUNHO – é safado e tem que apanhar

MARÇO – o cara bebeu já está mal, volta pra casa, quer descansar ficar quieto. Ai chega a mulher e não deixa, fica perturbando....

>> ENTREVISTADOR: – MESMO QUE A MULHER ENCHE O SACO, FICA FALANDO NA CABEÇA DIO CARA, VOCES ACHAM QUE ISSO JUSTIFICA ELE AGREDI-LA FISICAMENTE?

JANEIRO – nada justifica bater

JULHO – tem um cara lá perto de casa, presta atenção nessa história. A mulher queria o cara, sabia que era sem vergonha, mulherengo. A mulher ia no

bar e rodava a baiana com ele. Quando ele ia pra casa ele batia nela de cinto, pra ela não ir mais no bar fazer ele passar vergonha.

JUNHO – pra mim isso já é safadeza dos dois

JULHO – isso que eu falo. A mulher larga do infeliz, a policia vai lá, é bobeira a policia tentar separar. É difícil para o infeliz que promete que vai matar a mulher deixar ela viva. O único jeito é ela sumir da cidade, mudar endereço, nome. Esse negócio de afastar por 300 metros, isso é bobeira, não impede nada. O cara que promete que vai matar, ele pode estar são, pode estar bêbado, ele vai matar.

>> ENTREVISTADOR: - PORQUE ELE FAZ ISSO?

JULHO – é coisa do homem!

>> ENTREVISTADOR: – ENTÃO NÃO É DOENÇA?

JULHO – não é doença nada! É posse. Não quer largar. Eu não, se ela falar vou largar de você ela que largue, eu não estou nem aí, ela não me pertence mais. Esse negocio de posse eu não tenho. Mas tem homem que tem. Aquele que matou a mulher..... que passou na televisão, 9 anos já estavam separados, ele encontrou a mulher e deu um tiro na cabeça dela porque ela estava trabalhando fora.

>> ENTREVISTADOR: – COMO VOCES AVALIAM O CASAL QUE VIVEM JUNTO E A MULHER APANHA CONSTANTEMENTE E NÃO SE SEPARAM E O CASO DE MULHER QUE SEPAROU DO MARIDO E DEPOIS DE SEPARADOS ELE A PROCURA E A MATA?

FEVEREIRO – eu acho que esse que já separou e o cara vive perseguindo isso já é doença, o cara é maluco, porque ele não está vivendo a própria vida. Ta vivendo em função do outro, vigiando, indo atrás...

JULHO – é isso mesmo....

(comentários paralelos no grupo)

>> ENTREVISTADOR: – ISSO NÃO REMETE À POSSE QUE ELE FALOU?
(grupo concorda brevemente)

>> ENTREVISTADOR: – E COMO SE EXPLICA ESSA QUESTÃO DE POSSE? QUANDO COMEÇAMOS A PRIMEIRA EXPLICAÇÃO QUE APARECEU FOI PSICOPATA, DEPOIS FOI PRA UMA ALTERAÇÃO EMOCIONAL, DEPOIS POR UM AGENTE EXTERNO E AGORA VOLTA PARA O HOMEM ESSA CARACTERÍSTICA. ONDE A POSSE ESTA LOCALIZADA? É UMA QUESTÃO DA FAMÍLIA, DE CULTURA...

JUNHO – eu não sei...

JANEIRO – ai nesta questão acho que entra uma doença ai..... não pode isso, 9 anos de separados o cara ainda vai até ela e mata. Isso não é normal.

JULHO – isso sim é doença.

>> ENTREVISTADOR: – E SE NESSE GRUPO SURGISSE UM HOMEM QUE SE POSICIONASSE COMO UM HOMEM CASADO QUE BATE NA MULHER E QUE NÃO VE PROBLEMA NISSO.

MAIO – eu ia chamar atenção dele

JANEIRO – não é coisa que se faz

>> ENTREVISTADOR: – PODE SER UM COLEGA DE TRABALHO, DA ESCOLA.

ABRIL – não importa

>> ENTREVISTADOR: – E SE ELE ARGUMENTASSE QUE ISSO É ALGO DA VIDA PRIVADA DELE.

JUNHO – então não abre isso para os colegas. Quando voce fala da sua vida particular ela vira pública, então se você falou de liberdade para o outro falar. Se não nem fala.

>> ENTREVISTADOR: – MAS VOCE CONVIVE COM ESSA PESSOA NO TRABALHO NO FUTEBOL, O CARA É UM BOM PAI, MESMO ASSIM VOCÊ ACHA QUE ELE É DOENTE?

JUNHO – é que nem o transtorno bipolar, quando ela não está na crise, enquanto não ativa aquela segunda pessoa, ela é normal.

JULHO – igual aquele cara que eu falei, que mora lá perto de casa, é um ótimo pai, mas bate na mulher. Ela apanha porque quer apanhar, a polícia está aí. Eu não vou me meter. Outro dia ele veio contar que pegou a faca e deu umas pranchadas na mulher, eu peguei e cortei a amizade com ele. Além de bater vai ficar contando para os outros.

JANEIRO – é por isso que eu falo que isso é transtorno.

JUNHO - isso aí é porque a pessoa quer se sentir superior ao outro

>> ENTREVISTADOR: – ESSE SEU VIZINHO TEM PROBLEMA NA CABEÇA?

JULHO – não tem! Sabe porque, ele quer ser pai da mulher dele. Depois de alguns anos, a mulher separou dele ele ficou com os filhos, ela voltou pra casa da mãe e ele não foi atrás dela pra brigar. Cada um ficou no seu canto.

JANEIRO – quando eu falo doença é que você olha para a pessoa ela parece normal, mas dentro dela tem um transtorno, porque o cara faz isso?

>> ENTREVISTADOR: – E FAZ O QUE COM UMA PESSOA DESSA?

JUNHO – se for pra cadeia, mata. Ou faz o tratamento...

ABRIL – aí entra em uma esfera que o Brasil não está preparado para essas leis. Porque se a Maria da Penha funcionasse, as medidas preventivas realmente funcionasse, esse tipo de coisa não aconteceria. Esse caso aqui que a gente lei, aqui na reportagem fala que ela já havia registrado B.O três vezes e ninguém tomou providencia. Até que ela morreu.

JULHO – é por isso que eu falei, quem resolve matar não tem lei que impeça. Não importa que o cara vai passar dez anos na cadeia. Igual nesse caso que

eu falei, a mulher que resolveu sair da casa e abandonar tudo e ele não foi mais atrás dela.

JUNHO – mas quando a polícia quer fazer algo ela faz. Por exemplo o serviço de proteção a testemunha ela protege a vítima.

JULHO – isso é bem diferente de mandar ficar 300 metros de distancia na mesma cidade, com o mesmo nome...

(grupo entra em discussão simultaneamente)

JANEIRO – hoje mesmo eu estava conversando com o cara que terminou o casamento por conta de brigas e ele mesmo disse “você acha que eu vou agredir ela e correr o risco de ser preso”. Então ele já tem esse pensamento das conseqüências... existem casos e casos. Tem pessoas que conseguem se controlar e evitar brigas, violência e morte e outras tem esse transporte

FEVEREIRO – ai nesse caso essa pessoa precisa de um tratamento.

JANEIRO – a pessoa se conhece sim ela sabe qual é o limite dela.

FEVEREIRO – a pessoa sozinha, se não tiver ajuda não vai. Por exemplo, tinha que ter lei, igual quando a pessoa perde a carteira, ela tem que voltar para a escola fazer reciclagem, as provas... acho que quem pratica violência domestica também deveria passar pelo psicólogo, fazer terapia em grupo.

JULHO – mas igual a lei que não pode beber e dirigir, a lei não resolve, tem muita gente que sabe e mesmo assim dirige embriagado.

>> ENTREVISTADOR: – EXPLICA A LEI MARIA DA PENHA O PROCESSO DE ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO DA CASA DA MULHER EM CAMPO GRANDE...

>> ENTREVISTADOR: – MAS EU QUERIA PERGUNTAR PORQUE VOCÊS ACHAM QUE PARA UNS A LEI IMPEDE, PARA OUTROS NÃO. É REALMENTE UM PROBLEMA MENTAL?

JUNHO – eu acho que é um problema mental, mas acho que no seu subconsciente você tem um milésimo de segundo que você escolhe tomar a decisão e consegue avaliar as conseqüências..

JANEIRO – eu conheci uma pessoa que o ciúme era tão forte que em vez dele agredir ela ele agredia a si próprio.

JULHO – esse é doido

JANEIRO – é por isso que eu falo que tem que ser transtorno. Uma hora essa pessoa não consegue se conter e comete o ato. Parte para agressão e até mata

>> ENTREVISTADOR: – ENTÃO SERIA UM DISTURBIO BEM SELETIVO, PORQUE ELE NÃO BATE NO PAI, NO OUTRO HOMEM, ELE BATE SÓ NAQUELA MULHER.

JANEIRO – é porque a mulher é mais fraca.... (pausa) é, é complicado pensar nisso.

JUNHO - acho que nenhuma pessoa em sã consciência faz um negócio desse. Pode perguntar no Brasil inteiro “você mataria sua mulher do nada”, todo mundo vai falar não

MAIO – é que antigamente a mulher era agredida ia na delegacia dar queixa, depois de três dias voltara para retirar a queixa. Ou então, apanhava em casa, chamava a polícia e quando eles chegavam ela falava que não era nada não.

JULHO – antes de vir essa lei Maria da Penha, eu ouvi a mulher apanhar do marido e liguei pra polícia pra denunciar e o policial disse “não, não vamos ai não. A gente vai prender ele depois a mulher dele vem e bate na gente. Deixa ela apanhar”, ai eu desliguei o telefone

JUNHO – machismo isso, foi machista

>> ENTREVISTADOR: – ESTAMOS HÁ 49 MINUOS E AGORA QUE APARECEU A PALAVRA MACHISMO. O QUE VOCES ENTENDEM POR MACHISMO?

JUNHO – o homem que se acha superior a mulher

JANEIRO – é uma questão de superioridade

ABRIL – o homem acha que manda mais

JUNHO – é aquilo que vem do passado, de vô, de pai, por geração...

JANEIRO – esse negocio de machismo está na natureza da pessoa...

JUNHO – a criança já é machista. Desde a época das cavernas, você vê que nos desenhos o homem está arrastando a mulher pelos cabelos.

JANEIRO – É. Eu já vi pai de guri falando não me beija não. Dentão já tem essa natureza.

>> ENTREVISTADOR: – ENTÃO ESSA PALAVRA QUE TEM APARECIDO BASTANTE AQUI “NATUREZA” SERIA UMA QUESTÃO CULTURAL DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE DO CONTEXTO?

(Grupo concorda com a cabeça)

>> ENTREVISTADOR: – ENTÃO NÃO É UMA NATUREZA BIOLÓGICA? É UMA QUESTÃO CULTURAL?

JANEIRO – é que cria, vai criando isso, mas dependendo da personalidade do homem vai crescendo..

JULHO – isso é uma questão de cada um não tem nada a ver com a família

MARÇO – eu acho que nós ainda não nos libertamos totalmente daquele homem da caverna.

(grupo ... é verdade)

MARÇO – a gente está passando por um processo e alguns conseguiram, por isso estão livres. Mas muitos ainda estão aprisionados nesse sentimento de superioridade....

JUNHO – é só ver se no passando o avo não fazia isso com a avó... o tio com a tia...

MAIO – eu tiro isso por mim. Antigamente não tinha isso de eu abraçar e beijar outro homem, conforme foi passando o tempo, fui acostumando, hoje em dia é normal... Meu pai falava esse negócio de agarra agarra é viadagem.

>> ENTREVISTADOR: – NESSAS DUAS NOTÍCIAS AQUI SÓ TEM A FOTO DAS VÍTIMAS. E ESSA PESQUISA TENTA ENTENDER QUEM É ESSE AGRESSOR. PELA NOTÍCIA QUE FOI LIDA E O QUE CONVERSAMOS AQUI, SE O AGRESSOR TIVESSE UMA CARA COMO QUE SERIA?

JUNHO – agora eu que te faço uma pergunta, porque em vez de trazer duas notícias de homem que mata mulher, não trouxe uma de mulher que mata homem, porque tem mulher que agride em homem.

JULHO – ô, se tem

JUNHO – Então essa mulher é louca também?

>> ENTREVISTADOR: – O QUE VOCE ACHA?

JUNHO – é o mesmo distúrbio que o homem pode ter. todo mundo é igual.

>> ENTREVISTADOR: – ENTÃO PARA VOCES AS MULHERES QUE AGRIDEM HOMEM, PASSAM PELA MESMA QUESTÃO?

JUNHO – sim é tudo igual não muda nada.

JANEIRO – acho que todo homem em ciúme, mas é um ciúme diferenciado, o problema é a posse.

JUNHO – mas tem ciúme saudável.... minha esposa fala ah você tem um leve ciúme de mim, ela se sente amada. Ela se sente que não é uma pessoa qualquer. Então você tem que ter um ciúme.

FEVEREIRO – é ciúme é um cuidado.

JULHO – o problema é quando vira posse. Tem homem que não deixa mulher se arrumar. Eu não sou desses.

>> ENTREVISTADOR: – EU PRECISO ENCERRAR O GRUPO, E APARECEU A QUESTÃO DO CIUME, DA DOENÇA, SE SÃO OS DOIS... SE QUEM TEM CIUMES É DOENTE....

ABRIL (interrompe) – acho que as pessoas aqui vão concordar, isso ocorre tanto no homem quanto na mulher, porém, os casos de mulher agredidas por ser mais frágeis acaba tendo uma proporção maior que nos casos dos homens agredidos. Então acho que é um transtorno tanto no homem quanto na mulher. Alguém chegar a matar é porque tem transtorno sim

JANEIRO – eu to batendo nessa tecla desde o começo

ABRIL – é um transtorno do ser humano.

>> ENTREVISTADOR: – ENCERRA E GRADECE. RELEMBRA O CONTRATO E PASSA INFORMAÇÕES DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO.

APÊNDICE E – Transcrição do Grupo Focal de Mulheres

TRANSCRIÇÃO GRUPO FOCAL DE MULHERES

>> ENTREVISTADOR: Boas vindas, apresentação da pesquisa, apresentação das Regras (sigilo, dinâmica), entrega e explicação do TCLE - QUEBRA GELO

>> ENTREVISTADOR – Eu queria começar abrindo para o grupo a pergunta: “o que, na opinião de vocês, é violência?”

MARIA CLARA – depende. Tem vários tipos de violência. Tem a física, a mental, a psicológica, né. Então, pra mim tem três tipos de violência. A maior violência hoje, está acontecendo. Por exemplo: a pessoa já conhece a outra e já leva pra cama. Tá errado. Pra mim isso não é namoro. Ai chega lá e já mata. Ou às vezes nem conhece a pessoa e já coloca pra dentro de casa. Ai já mata ela, mata os filhos. As pessoas não respeitam o próximo.

MARIA EDUARDA – Violência é tudo aquilo que vai contra os seus direitos. Por exemplo: o tom da voz é violência. As vezes a pessoa fala num tom alto e mesmo que diz “ah eu não quis agredir”, mas isso é uma violência. A violência, antes da física, vem a verbal. Pra mim é tudo aquilo que agride um direito seu.

MARIA DAS DORES – eu acho, pra mim, que violência é tudo aquilo que fere a dignidade da pessoa. É a falta de respeito, uma grande violência. Em todos os aspectos. Tudo aquilo que fere o ser humano é violência. Ferir os princípios, o amor próprio da pessoa, é violência.

MARIA INÊS - eu acho igual ela. Tudo o que ela falou é também o que eu penso. Pra mim, a pessoa mora com a gente ta ali falando do jeito que a gente não gosta, não dá.

MARIA CLARA – tudo que excede o limite é violência. Violência pode ser emocional, patrimonial, psicológica, financeira, tem vários tipos de violência que podem ocorrer contra uma pessoa.

>> ENTREVISTADOR – todas aqui concordam? Com o que foi dito. Alguém pensa diferente? Ou gostaria de complementar?

Grupo – aceno com a cabeça, e no geral balbuciam consentimento.

>> ENTREVISTADOR - olha que engraçado, eu perguntei sobre violência em um sentido amplo e vocês trouxeram exemplos de violência de gênero que ocorre contra a mulher. Este sim é um tipo de violência e é o tema desta pesquisa.

Nós estamos fazendo uma pesquisa sobre as representações sociais do autor de violência de gênero e eu trouxe duas reportagens que simbolizam os casos reais que nós vemos todos os dias pela mídia. Vou destruir as reportagens, uma é do site folha de São Paulo e ocorreu naquele Estado e a outra é do site Campo Grande News, ocorrida em Mato Grosso do Sul. Os dois casos são de feminicídio e mesmo que cada um tenha acontecido em cidades diferentes, nós vamos ler e discutir o que elas tem em comum ou não.

(>> ENTREVISTADOR distribuir as reportagens)

>> ENTREVISTADOR. – Alguém voluntariamente gostaria de fazer a leitura em voz alta para que o grupo possa acompanhar?
(duas pessoas se manifestam e cada um lê uma reportagem em sequência)

>> ENTREVISTADOR - todas entenderam as reportagens? Alguém ficou com alguma dúvida?

Grupo – consciente com a cabeça

>> ENTREVISTADOR – A partir dessas duas reportagens que a gente leu, Como vocês vêem esse homem que bate em mulher e muitas vezes chega a matar um ser humano pelo fato de ser mulher. Não há resposta nem certa e nem errada, todas as opiniões serão ouvidas e respeitadas.

Grupo – silêncio de 9 segundos

MARIA APARECIDA – Todos eles parece que eles tinham um sentimento de posse, né. Parece que eles não viam a mulher como um ser livre. Tinha que ser deles e deles, e pronto.

MARIA BEATRIZ – não deixam elas sair de casa...

MARIA APARECIDA – né. Os filhos tinham que ficar preso amarrado com a mãe. Presos. Não podiam respirar também.

MARIA CLARA – você como psicólogo, o que você vê? Com certeza, essa pessoa (agressor) não foi bem tratada quando criança e ficou um adulto... vão crescendo os problemas. Igual, teve um caso agora que um policial matou a mulher e depois deu um tiro na cabeça, mas a arma negou e ele não morreu. Então quer dizer ele estava com intenção de matar ela e ele também. Então é um tipo de amor....

MARIA BEATRIZ – doentiu...

MARIA CLARA – amor doentiu. Mas com certeza a pessoa não foi tratada. Acho que essas pessoas devem ser tratadas desde criança. Eu sou professora, a gente vê que a criança está precisando, mas os pais não aceitam “meu filho tá ótimo, não tem nada”. Ai fica adulto e vai se tornar uma pessoa cruel. Não vai ter amor.

>> ENTREVISTADOR. Então vocês acham que esse tipo de homem que bate e mata sua parceira ele teria algum problema desde a infância?

MARIA CLARA – interrompe o >> ENTREVISTADOR antes de concluir a pergunta

MARIA CLARA – ... é o meu ver.

>> ENTREVISTADOR. Concluir a pergunta e acrescenta.... vamos ver o que o grupo pensa sobre isso...

MARIA CLARA – eu vejo assim...

Grupo – várias pessoas balbuciam ao mesmo tempo suas expressões demonstrando não coesão com a opinião manifestada anteriormente, algumas

mulheres concordam, outras não, mas leva alguns segundos para que alguém faça o uso da palavra.

MARIA DA GLÓRIA – Eu também acho que é falta de amor da família, desde o nascimento dele. Ai ele se torna violento.

MARIA BEATRIZ – algum exemplo dentro de casa.... talvez. Dos pais.

Presenciou alguma violência, cresceu em um ambiente assim, né.

MARIA APARECIDA – em alguns casos é cultural. Ele cresceu naquela cultura errada. A cultura do machismo. Outros tem problema psicológico mesmo.

Conviveu muito com violência. E outros podem ter sido criados no melhor lar, no melhor país, mas a pessoa já nasce torto e vai morrer torto. Tem vários casos.

MARIA EDUARDA – é igual a gente fala, nossos dedos não são iguais.

Imagina a cabeça do ser humano. Nós não sabemos o que o homem pensa.

Hoje você está sentada aqui, mas as vezes, quantos médicos, quantas pessoas com formação e também matam e agride. Igual aquele caso da musicista da universidade federal que foi morta, igual a família falou “só porque ela usou um batom vermelho era o caso de matar?”. O que está acontecendo com nossa geração? É a família? É isso, aquilo... acho que o próprio homem. O querer dele em mandar. A posse.... Muitas vezes a própria mulher - não que a gente está jogando a culpa na mulher – mas ela acaba, como essa aqui da reportagem que morreu, o pai dela disse “eu já estava esperando. não foi a primeira vez. A relação já estava dando sinal de agressão, que isso iria acontecer” e muitas vezes, por ser submissa, acabou aceitando.

MARIA APARECIDA – também as autoridades são omissas. Ela registrou B.O três vezes.

MARIA DAS DORES – eu vejo duas características. Esse aqui (aponta para a reportagem) não soube aceitar o não. Era a palavra dele, a vontade dele que tinha que predominar. Vejo um homem dominador que não aprendeu a receber o não durante a vida. E no momento tão importante que é um relacionamento, o relacionamento só vai bem quando os dois estão bem. Então você veja, quando um não está bem, tem que entrar em consenso os dois e se separarem, não ficar insistindo nessa coisa doentia, né.

E essa outra aqui, a submissão que ela tinha ao marido, né. Insistir e ficar sabendo que o ciúme dele era doentio. E mesmo que ela não praticasse (traição) ele aceitava aqui que tava na cabeça dele como uma verdade sobre ela.

>> ENTREVISTADOR – então vamos recapitular. Temos duas situações: como esse homem se torna um agressor, um violento, um assassino. Vocês falaram que pode ser desde um problema dele, psicológico, machismo, foi falado o ambiente, a cultura, exemplos de violência desde a infância. São elementos que transformam um homem em agressor de mulheres? Seria isso mesmo que o grupo pensa? Vocês concordam? Alguém gostaria de acrescentar mais alguma coisa ou então retirar?

MARIA CLARA – lógico. Eu vejo, não sou casada, não tenho filho.. mas eu vejo crianças de um ano batendo no rosto da mãe e a mãe não faz nada. Então aquela criança está sendo agressiva desde bebezinho. Dois aninhos uma fase muito boa pra criança aprender, mas tem que ensinar a coisa certa, “não faça

isso meu filho”. Mas a mãe acha normal. Aceita a criança bater. Eu já vi casos de crianças que quebrou braço de mãe. Desde pequenininho aceita, quando chega aos 5 anos já agride a mãe, a professora.

MARIA DAS DORES (ergue a mãe e pede para interromper a fala da colega) Eu gostaria de fazer um parentes, porque hoje, de uns dez anos pra cá, existe uma facilidade muito grande das crianças terem problemas e apresentarem os problemas na idade que ela está falando (aponta para a colega da fala anterior) , a pessoa não cuida, acha que aquilo é normal. Mas a criança está passando por um problema difícil. Quero dar um exemplo da minha casa. Eu tenho um netinho que não tem violência em casa. mas de vez em quando ele quer morder, já está com quatro anos, de vez em quando dá um negócio nervoso nele que não há nada que acalme ele, então não tem da onde ele ter tirado isso (agressividade).

Então acho que essas crianças tem algo no sistema nervoso pra eles demonstrar isso. Então os pais acham que é birra da criança e não cuida, as vezes bate, põe de castigo. Quando a criança chega em uma idade maior, ele começa.... ele não foi tratado no interior dele. No sistema nervoso dele. E não foi tratado. Ai chega na idade adulta ele manifesta. Achando que ele pode matar. Porque ele apanhou e pode agir assim. Eu cheguei a conclusão porque hoje mesmo meu netinho teve uma crise muito difícil lá. Ele queria por tudo um brinquedo que ele perdeu e eu não achava por nada esse brinquedo. Ele tinha chegado da psicóloga por conta desses problemas eu estou legando ele na psicóloga, no neurologista e tudo. Mas olha, foi muito difícil acalmar essa criança. Então se eu for bater, colocar de castigo no quarto, eu estou dando a oportunidade dele crescer nessa revolta. Não trabalhar o lado negativo que não é por conta própria dele.

MARIA BEATRIZ – (interrompe a fala da colega) Com licença, eu também sou vó, a senhora tentou focar a atenção dele em outro objeto, conversou com ele.

MARIA DAS DORES – Ah eu conversei com ela. Pra você ter uma idéia, ele estava indo no psicólogo toda quarta-feira esse brinquedo havia ficado lá, ele sabia onde tinha deixado, mas não adianta por na cabeça dele outro brinquedo, ele queria aquele.

MARIA FLÔR – independente de ser criança ou adulto, trazendo pra esse assunto, a gente tem a característica de não saber lidar com o não. Tanto homem quanto mulher, quanto criança. Eu acho que a violência domestica começa com pequenas coisas que a gente não se dá conta. O marido grita porque o almoço não está pronto, porque você foi atender um filho, ele grita. Você não liga a antena para o que está acontecendo. Você saiu para levar o filho na escola, ele chega e você não está, ele não gosta. Briga, chuta a porta e você não está atenta para o que está acontecendo. Depois desencadeia mais pra frente, vai bater, vai por de castigo, mais pra frente vai amarrar. Porque, porque ele quer imprimir o machismo dele em nós mulheres. Por quem que a gente fala não, até pro relacionamento sexual, “hoje eu não quero”, já é uma violência. Então a gente não se dá conta de quando começa, mas sabe que o final, em muitos casos é a morte, o feminicídio.

Mas por conta que ele não sabe lidar com o não. Por conta que a gente não sai dessa situação no começo. No estágio que está fazendo agressões verbais, ele sempre quer imprimir o machismo dele em mulheres que são fracas. Nós que somos, assim, teoricamente do sexo frágil, ele vai lá e imprime e faz o que ele quer.

MARIA EDUARDA – pra mim não tem característica. Eu acho que o agressor não tem uma característica formada. A gente conhece casos e casos, famílias, lares que tem dez filhos, os pais educaram todos iguais, mas tem um que sai por exemplo: eu sempre eduquei meus filhos pra saber que tudo o que é demais, já é menos. Por exemplo, o ciúme. Ninguém é dono. Ninguém tem que proibir o outro de se vestir. O corpo é seu. Você tem que saber seu limite. Não é porque eu estou de mini-saia que o cara lá na frente tem que me agredir. Mas as vezes nós mesmas somos assim “também ela mereceu ser estuprada, também anda pelada” quem que vai merecer? Vai do palavreado, vai daquilo que a gente acredita. Então eu acho que o agressor não tem uma característica ele é formado.

>> ENTREVISTADOR – então se a gente pensar em uma criança que apresenta tendências mais agressivas em alguns comportamentos, vocês destacaram a importância de cuidar desde pequeno. Então minha pergunta é, então porque quando chega na fase adulta, quando a gente fala de violência de gênero, doméstica, feminicídio, esse homem escolhe bater ou matar a mulher. Ele aceita o não do patrão, ele bebe no bar, mas não briga lá, volta pra casa e desconta na mulher. Então se a gente pensar: se essa pessoa fosse agressiva ela seria com todo mundo, Porque ele escolhe a mulher para descontar? Então se a gente pensar que esse homem não sabe receber não, é um não de alguém específico, e ai a gente vê duas reportagens, em uma delas era a atual esposa que já tinha registrado boletim de ocorrência contra ele e no outro caso é uma ex-mulher, já estavam separados, mas ele volta para matá-la. Porque vocês acham que esses homens fazer isso com a mulher especificamente?

MARIA BEATRIZ – por sentimento de posse

MARIA APARECIDA – por ciúmes

MARIA FLÔR – por poder

MARIA HELOÍSA – amor e ódio

MARIA EDUARDA – Que tipo de mor? Amor andam lado a lado. São duas formas de amar. Mas eu penso assim, como você mata a pessoa que você ama? O que está acontecendo? É porque ele não foi amado? Não! É aquela posse dele. É aquela pessoa que aceitou desde o começo... Porque o dia que a mulher, que quando o homem chegar em casa gritando, ela taca uma panela de pressão na cabeça dele, ele vai saber que o poder dela é maior.

MARIA BEATRIZ – se desde o começo ela fazer isso, ele não vai dominar.

MARIA APARECIDA – infelizmente, a maioria de nós fomos educadas de uma forma que a gente não sabe se defender. A escola não fala de ciclo da violência. A pessoa vai aprender depois que ela vivenciou isso na pele. Sofreu. Passou pela casa da mulher brasileira. Passou pelo psicólogo, ai que ela vai entender...

MARIA EDUARDA – violência é isso ai, se você anda com uma roupa curta, você biscate – desculpe o palavreado – mas não é mesmo? E o pior é que nós mulheres falamos isso ai. Eu presenciei mesmo uma vizinha minha, que morreu na caixa d’água que morreu porque ela não quis namorar o cara. Ela

deu carona pra ele, pois eram vizinhos, e ele matou ela. Como que a gente vai saber quem vai matar? Ele não tinha características de violento. Ele freqüentava minha casa, com minhas crianças. Como que a gente vai saber? MARIA APARECIDA – De certo ele sabia maquiagem.... ele fez várias coisas pras pessoas não desconfiar.

Grupo – gera comentários simultâneos e conversas paralelas (reações espontâneas)

MARIA APARECIDA – esse ai era psicopata.

MARIA EDUARDA – então, mas ai gente fala “mas ela deu a carona, o erro foi dela”. Gente não tem! Era vizinho, ela não sabia! Tem pessoas que se apaixonam pela outra sem ela saber. Se torna uma doença.

>> ENTREVISTADOR – vejam que interessante, eu trouxe dois casos e vocês lembraram de muitos outros casos. Então todo dia vocês estão acompanhando na mídia casos de violência de gênero. Então quando chega essa notícia para vocês, qual é a primeira sensação?

MARIA INÊS – ódio. Tenho ódio. Vem em mim, aquele ódio. Que se eu pudesse fazer alguma coisa contra ele eu faria. Eu só sinto ódio. Eu vejo no jornal aquelas coisa eu fico nervosa. Porque que nós mulheres tem que passar por tudo isso? Porque é só morte!

>> ENTREVISTADOR – mais alguém compartilha dessa sensação?

MARIA BEATRIZ – eu não. Eu sinto... pena. Até compaixão. Mas eu acho errado a pessoa matar outra. Porque é um doente mental, um psicopata. Pegou a fraqueza da outra pra se sentir mais forte. Mas na verdade ele não é forte. Essa pessoa é um fraco da mente. É um doente.

MARIA APARECIDA – ele estraga a vida de todo mundo, inclusive a dele.

Grupo – entra em comentários paralelos espontâneos

>> ENTREVISTADOR – Voltou aqui, mais uma vez, a questão que esse agressor tem algum problema, ou é desde a infância ou é um doente.

MARIA BEATRIZ – é ele é um psicopata, um doente...

MARIA INÊS – Mas ele matou! Você vai ter pena dele?

MARIA CLARA – não foi tratado...

MARIA INÊS – Mas ele matou uma mulher, matou o filho...

MARIA BEATRIZ – mas e se ele for um doente mental..

MARIA INÊS – Mas mesmo assim.

MARIA EDUARDA – na realidade a gente tem que ver o seguinte. É como Freud e Piaget já falava, a gente sempre usa esses ai, muitas vezes não é o ambiente que vai fazer a causa. Muitas vezes o ambiente se transforma. Você pode pegar uma criança de lá daquele lugar que teve muita violência e coloca onde só tem amor. Não é? Pode ser transformado! Eu não acredito que a pessoa que nasce morre daquele jeito. Se a pessoa recebeu amor ela vai dar amor, mas também tem aquele caso que a criança foi criada no meio da

violência onde os pais se drogam, a gente não vai querer daquela criança.... quantas vezes eu cheguei no CEINF e as crianças de dois anos fica falando “vou te dar porrada, vou te dar porrada” ai você pergunta “onde você aprendeu isso?” ele responde “meu pai da porrada na minha mãe”. Ele via isso.. isso é uma forma, mas também não significa que ele vai virar um monstro.

>> ENTREVISTADOR – então eu retorno a pergunta: seria o ambiente, as aprendizagens o contexto ou é uma questão mais de tendência de doença?

MARIA EDUARDA – acho tudo... é cultural. Se você dá uma arma de brinquedo pra uma criança no aniversário ele vai acostumar. Se você der uma bola, um carro, ele não vai crescer com aquela ambição de ter um carro. Porque que a mulher já cresce brincando de casinha, tem que dar fogão? Não é isso a infância?

MARIA FLÔR – Ai o filho vai chorar “não chora meu filho, homem não chora”. Pensa quando uma mulher fala não pra um homem.

MARIA APARECIDA – eu não gosto de ouvir isso “ah homem não chora”

MARIA BEATRIZ – se o homem não chorar deve tar alguma coisa errada.

MARIA CLARA - outra coisa que eu acho errado, Maria da Penha, que segurança que ela dá para as mulheres? Você não viu aquele caso da mulher lá do salão que o homem entrou e matou ela? Que segurança a mulher tem? Não tem segurança nenhuma com a Maria da Penha por conta do semiaberto. Eu acho super errado do semiaberto. O Brasil é o país que tem mais leis, mas não é cumprida. Eu acho errado o semiaberto, a pessoa sai dali e pode matar. Ah tem que ficar não sei quantos metros, mas ele pode avançar e matar a mulher num piscar de olhos.

>> ENTREVISTADOR – Quero voltar na fala da colega quando disse que as vezes a violência começa com um grito e vai crescendo, ou seja, não mata de uma vez. Então porque a mulher não consegue interromper essa violência no começo?

MARIA EDUARDA – porque ela sempre acredita na mudança

MARIA DA GLÓRIA – falta de atitude dela também

Grupo – discussão coletiva com opiniões diversas em paralelo

MARIA EDUARDA – ele vem com “me perdoa, me perdoa, me perdoa”, ela aceita.

MARIA DA GLÓRIA – a mulher acredita no amor, no perdão.

MARIA APARECIDA – umas pela questão religiosa. Tem pastor que fala, seu marido bateu em você vamos lá registrar o B.O. E outros não, querem fazer a cabeça da mulher pra ela ficar a vida inteira esperando ele mudar.

>> ENTREVISTADOR – e o que vocês acham?

MARIA HELOÍSA – que ele não vai mudar não

MARIA INÊS – se ele fez uma vez, vai fazer de novo

MARIA FLÔR – eu acho que a mulher, nesse processo se sente muito sozinha. Tem vergonha de lidar com o processo e até comentar com alguma amiga,

alguém próximo. E se for com mulher, muitas vezes a gente não tem o apoio delas. Muitas vezes elas falam “insiste”. Você, muitas vezes não vai ouvir “isso é perigoso, pode piorar, vamos procurar ajuda”. E também, por vergonha. A mulher tem vergonha de falar...

MARIA EDUARDA – Que nem falam “em briga de marido e mulher não se mete a colher”

MARIA FLÔR – todo mundo já fala “eu to fora”

MARIA EDUARDA – quantas vezes a mulher acredita no marido quando ele fala que ela é feia, é gorda, que ela é bruaca e ela vai absorvendo e muitas vezes uma amiga ajuda a pessoa ir pro buraco. Porque quando ela vai pedir ajuda pra amiga ela ouve “ah ele só deu uma puladinha de cerca, salva seu casamento, olha seu filhos, ele te dá de tudo”. Então como ela vai sair e mostrar que está de olho roxo?

Uma vez eu acordei a noite e fui no banheiro sem acender a luz, a porta estava fechada, e bati o nariz na porta com tudo. Inchou meu nariz, olho, tudinho. Na hora meu marido disse “vamos agora para o posto”, quando chegamos lá veio um monte de gente, policial falando “mas você foi agredida”. Eu disse que não, ele disse “mas todas dizem isso”. Ele chamou o pessoal do centro cirúrgico e disse “diz ela que bateu a cara na porta”. É assim mesmo.... Eu já mandei chamar meu marido pra mostrar que não foi ele.

Então é uma cultura de medo. De vergonha.

MARIA APARECIDA – as mulheres tem muita vergonha mesmo. A maioria que registra B.O. não representa. E pra virar um processo você tem que representar.

MARIA FLÔR – e para pra pensar no psicológico dessa mulher. O que ela já enfrentou. Ela não tem mais estrutura nem força.

MARIA EDUARDA – tem aquela casa lá... quem quer ir lá naquela casa (referindo-se à Casa da Mulher Brasileira)

>> ENTREVISTADOR – A gente começou tentando entender quem é esse agressor e agora estamos falando dessa mulher, então ela seria responsável?

MARIA EDUARDA – não ela não é responsável.

MARIA FLÔR – nada justifica a violência

MARIA BEATRIZ – ela é responsável se ela não enfrenta. Se ela esconder, se ela for omissa. Ela não pode ser omissa. Se ela aceitar ela vai continuar no ciclo de violência, sofrendo. Até a verbal, se ele ofende ela verbalmente, ela pode ir na Maria da Penha.

>> ENTREVISTADOR – então vocês estão falando da importância da mulher não ser omissa, se ajudar umas as outras, ter coragem e se fortalecerem. Isso impediria ela de sofrer a violência?

MARIA EDUARDA – eu penso que ela aprenderia a conhecer o que é a violência. Porque a violência verbal é o início, da física.

>> ENTREVISTADOR – vocês identificam que a violência verbal é uma forma de violência de gênero?

Grupo – todos respondem que sim

MARIA EDUARDA – hoje eu sei o que é violência. Eu nunca sofri violência física. Mas

meu ex-marido, que hoje é falecido, me agrediu emocionalmente, ele me prometeu uma felicidade onde eu não tive. Isso já é uma violência. Ele violou meu direito de ser feliz. Ele saiu de casa por conta de outra mulher, ele me traiu. Eu sai de casa pra casar com ele quando eu tinha 15 anos. Já não era uma violência? Ele tirou a minha infância. Mas naquela época eu não sabia disso. Eu eduquei minhas filhas sobre isso, mesmo assim uma delas sofria agressão do namorado, mas física, mas ela parou se ser feliz, parou de escolher as próprias roupas. Eu falei pra ela, isso é uma agressão. Esse amor não te faz bem. Você precisa se tratar. Eu levei ela ao psicólogo. Porque é amor! É uma doença!

>> ENTREVISTADOR – então quando vocês identificam esse agressor seja em uma reportagem ou em algum caso que vocês conhecem, o que vocês acham que deve ser feito com esse agressor?

MARIA BEZTRIZ – tratamento

MARIA EDUARDA – Com a mulher um tratamento e com ele não adianta brigar. O certo é tratar os dois e separar. Não dá pra ficar juntos.

MARIA APARECIDA – o tratamento só da certo se a pessoa aceitar né, geralmente a mulher aceita e o homem não. O homem nunca fala “eu to errado”, ele não admite

MARIA EDUARDA – esse negócio de falar que vai mudar, a gente não muda o ser humano, ele vai mudar por ele mesmo. Mas o relacionamento não vai ser mudado.

>> ENTREVISTADOR – Uma mulher que sai a noite, de roupa curta, sozinha, em um lugar ermo e foi vítima de estupro. De quem é a culpa?

MARIA EDUARDA – do agressor. Não é porque ela esta sozinha ou em determinado lugar. Ela tem direito de ir e vir.

>> ENTREVISTADOR – todos concordam?

MARIA APARECIDA – acho que ela foi ingênua também. Presa fácil.

MARIA CLARA – é, a noite né... lugar ermo... eu não vou sair sozinha pra esse tipo de lugar.

Grupo – manifestações aleatórias

MARIA EDUARDA – Tá vendo, é isso que eu falo a gente não pode culpar a mulher

MARIA FLÔR – Não se pode privar a liberdade dela

MARIA APARECIDA – mas a gente sabe o mundo que vive, algumas precauções precisam ser tomadas.

MARIA EDUARDA – Mas a gente tem que diferenciar as coisas. Uma coisa é orientar “olha não saia sozinha em determinados lugares”, mas não porque ela esta de batom vermelho e roupa curta.

MARIA APARECIDA – mas se for sair assim, então já leva um spray de pimenta, um choque... Tem que se armar, porque é presa fácil sim

>> ENTREVISTADOR – outro caso. O marido chega em casa do trabalho a janta não está pronta ele grita com a mulher, ele não bateu, mas gritou, humilhou e fez ela chorar. De quem é a culpa?

MARIA CLARA – é dela né.

MARIA HELOÍSA – é dela

MARIA DA GLÓRIA – é dela

Grupo – discussão paralela sobre esta situação

MARIA APARECIDA – se ela está cansada, se ela não está em um bom dia, não quer cozinhar, então compra a comida ué.

MARIA CLARA – eu não vou defender a mulher não, um amigo meu chegava em casa do trabalho e ele tinha que fazer a comida, lavar roupa, fazer tudo, a mulher não fazia nada. Ele ficou 5 anos com ela pra ver se ela mudava. Ela mudou? Não! Ainda traiu ele e ele disse agora não dá mais.

Grupo – discussão paralela sobre esta situação (20 segundos)...entre quem responsabilizada as mulheres e quem defendia.

MARIA EDUARDA – Não. Para tudo. Então quer dizer que tudo que foi falado no início que o homem que bate tem influencia desde a infância, ou cultural ou ambiente. Então agora o homem não tem culpa? A culpa é da mulher?

>> ENTREVISTADOR – É isso o que eu quero saber de vocês. Estou em um grupo de mulheres tentando entender esse homem que bate em mulher. Primeiro porque vocês acham que ele bate ou mata a mulher?

MARIA EDUARDA – porque ele é covarde

MARIA APARECIDA – é covarde

MARIA FLÔR – É machista

MARIA INÊS – É machista, todos falam que amam e matam! Ela estava quieta e ninguém sabia que ela sofria.

MARIA EDUARDA – talvez é quando ela quer se libertar, ele vê que ta perdendo, vamos falar assim, então ele agride pra mander o poder. A mente doente de ciúme vê coisa onde não existe.

>> ENTREVISTADOR – então mais uma vez aparece a questão da doença.

MARIA EDUARDA – É mas não é aquela doença de criança, não estou falando de doença física.. é doente de ciúmes.

MARIA APARECIDA – inseguro

Grupo – é..

MARIA EDUARDA – covardia

MARIA FLÔR – chegar a matar é ultimo estágio, é quando ele coloca um ponto final no desejo dele de ser dono dela.

MARIA APARECIDA – é posse

MARIA BEATRIZ – é posse

>> ENTREVISTADOR – então estamos distanciando um pouco da doença?

MARIA EDUARDA – sim, a doença que eu falo é o ciúme, a posse

MARIA CLARA – tudo o que é exagerado se torna doentio. Doente de ciúme de posse doente naquilo que ele acredita como verdade.

MARIA EDUARDA – doente por não aceitar que a mulher pode pensar diferente dele

MARIA CLARA – eu já disse o que eu penso. Esse homem que bate não é normal. Ele já tem algum problema desde o nascimento.

MARIA FLÔR – é cultural. Ele nasce na cultura e na criação do machismo

MARIA DAS DORES – É o ambiente que ele cresceu a família que foi criado

MARIA INÊS – Esse homem não é normal, eu sou mulher, mas muitas vezes a mulher tem sua parcela de culpa. Eu conheço casos de mulheres que já foram vítimas de violência e não fazem nada contra o marido. Apaha volta pra casa, ele promete que vai ficar tudo bem. Então só vai parar quando ela morrer mesmo. Nesse sentido que eu acho que a mulher ter sua parcela de culpa.

MARIA BEATRIZ – no caso aqui da reportagem. Esse cara que matou era policial, ele sabia lidar com arma ele já tinha alguma instrução, grau de estudo. Pra ele fazer um tipo de coisa dessa, ele não estava no normal dele. Ele estava acostumado a lidar com armas, então ele não teve um controle emocional.

MARIA EDUARDA – então toda vez é porque o homem não soube controlar o emocional?

MARIA BEATRIZ – ele chegou ao ponto de usar a arma. Então acho que ele deveria estar com problemas no trabalho e juntou tudo, e a cabeça dele ... ah os colegas “ah sua mulher saiu de casa”, ela começou a se impor. Então ele era um militar e não agüentou, chegou em casa e matou.

Grupo – muitas discussões.

MARIA FLÔR – então ele não agüentou os colegas rirem dele porque foi traído pela mulher e matou a mulher.

>> ENTREVISTADOR – para encerrar, ultima pergunta para concluir. Como vocês acham que isso pode mudar? Que final diferente podem ser possível para esses casos?

MARIA DAS DORES – saber identifica com quem vc vai se relacionar

MARIA EDUARDA – com educação

MARIA BEATRIZ – desde o começo conhecer a família e tentar se impor

MARIA APARECIDA – desde a infância ensinar o menino a como se proceder na vida adulta dele. E a menina a saber seus direitos.

MARIA CLARA – a tese que eu defendo é essa, acho que o ser humano hoje, no século 21, lutamos tantos por nossos direitos e chega o presidente, deputados e retiram nossos direitos e a gente continua votando nele...

>> ENTREVISTADOR – você esta falando sobre políticas públicas?

MARIA CLARA – isso, e também o que acontece é a destruição da família. As crianças apresentam problemas e as mães não querem aceitar...

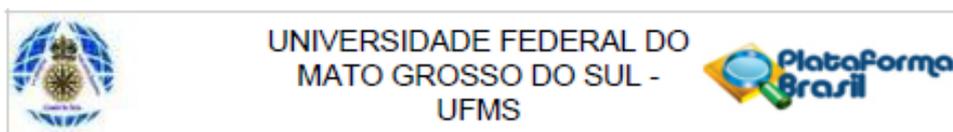
MARIA APARECIDA – as vezes ri, acha engraçadinho e esta incentivando

MARIA CLARA – meu sobrinho tinha 3 anos e minha cunhada exibia ele “ele é gostoso, fala mesmo”. Eu falava não! Você está ensinando errado. Os pais hoje, vou falar a verdade, não estão sabendo criar as crianças. As crianças estão usando drogas nas praças.

>> ENTREVISTADOR – vou precisar encerrar o grupo em respeito ao nosso tempo. Eu quero agradecer a participação e disponibilidade de cada uma e informar que em casos de violência de gênero existe a Lei Maria da Penha que veio para proteger a mulher que é vítima e coibir a violência que existe o telefone 180 para denuncia que podem ser feitas não apenas pela vítima mas por qualquer pessoa que sabe de casos de violência que existe a Casa da Mulher Brasileira que oferece um atendimento especializado e completo para essa mulher em situação de violência com suporte psicológico, jurídico, policial e de assistência social. Que possamos contribuir para uma sociedade menos violenta e mais igualitária. Mais uma vez obrigado e a boa noite.

ANEXOS

ANEXO I – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: QUEM BATE?
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O AGRESSOR DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO
DIRIGIDA À MULHER NA IMPRENSA ONLINE

Pesquisador: RENATO LIMA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 11922919.0.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.416.641

Apresentação do Projeto:

O projeto visa identificar representações sociais sobre agressores contra mulheres, considerando notícias online. Também pretende verificar as representações sociais compartilhadas que emergem em grupos focais. Um dos grupos será composto apenas de homens adultos e outro apenas de mulheres adultas.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo o autor, o objetivo primário da pesquisa é: "Analisar as representações sociais sobre o agressor de violência de gênero dirigida a mulher, em notícias do jornalismo online."

Os objetivos secundários, por sua vez, são: "Levantar as reportagens sobre violência de gênero dirigida à mulher nas mídias jornalísticas online escolhidas; Identificar as representações sociais de violência de gênero veiculadas na imprensa online; Realizar grupos focais para verificação de representações elaboradas e compartilhadas; Identificar e analisar as representações sociais emergidas nos grupos focais."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O autor afirma, em relação aos riscos que, "A participação no grupo focal pode oferecer o risco mínimo de constrangimento da exposição da imagem do participante, bem como das opiniões pessoais manifestadas no processo grupal. No entanto, não verifica-se na proposta deste estudo nenhum risco efetivo de ordem física e ou psicológica aos participantes, uma vez que o grupo será

Endereço: Cidade Universitária - Campo Grande
Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br

ANEXO II – Reportagem utilizada no Grupo em webjornal nacional

Cabeleireiro é preso acusado de matar ex-mulher na frente dos filhos

Vítima já havia registrado três boletins de ocorrência de violência doméstica contra acusado

Alfredo Henrique

SÃO PAULO Um cabeleireiro de 28 anos foi preso acusado de matar a ex-mulher, uma promotora de eventos de 31 anos, na frente dos dois filhos da vítima, na madrugada desta terça-feira (10) no Jardim Ângela (zona sul da capital paulista). A vítima já havia registrado três boletins de ocorrência contra o suspeito.

Segundo a polícia, o cabeleireiro foi à casa da vítima com o intuito de reatar o relacionamento com ela. Porém, Taynara Cristina dos Santos teria se negado a voltar com o acusado. Por isso, segundo os filhos da vítima disseram à polícia, o cabeleireiro agrediu a promotora e, em seguida, atirou ao menos uma vez contra ela. Taynara chegou a ser encaminhada ao hospital do M'Boi Mirim, onde morreu.

Enquanto a vítima era socorrida, o acusado fugiu. Vizinhos da promotora de eventos informaram as características físicas do suspeito à Polícia Militar. Durante ronda, policiais se depararam com o cabeleireiro, que estava dentro de casa, com a porta aberta. O imóvel fica a cerca de 250 metros do endereço onde houve o feminicídio (quando a vítima é morta pelo fato de ser mulher).

“O indiciado estava nervoso e admitiu que tinha efetuado um disparo de arma de fogo contra a vítima, sua companheira. A arma do crime, no caso um revólver calibre 38, teria sido jogada em um rio”, diz trecho do registro policial.

O cabeleireiro foi preso em flagrante. A arma usada por ele não havia sido encontrada até a publicação desta reportagem.

Segundo informações obtidas pela reportagem, a promotora de eventos havia registrado três boletins de ocorrência contra o cabeleireiro, entre outubro de 2015 e 16 de julho deste ano, por violência doméstica, ameaça e injúria.

Tayana deixa um menino de 11 anos e uma garota de 13.

ANEXO III – Reportagem utilizada no Grupo em webjornal regional

Pai de mulher morta pelo marido diz que não ficou surpreso com o crime

Por telefone, José contou que a filha, Regianni Araújo, 32 anos, era casada há mais de 10 anos com o policial militar

Viviane Oliveira

Um dia após enterrar a filha morta pelo policial militar ambiental Lúcio Roberto Queiroz da Silva, 36 anos, o caminhoneiro José Rodrigues Coutinho, 56 anos, disse que não ficou surpreso ao ser informado pelos familiares sobre o crime cometido pelo genro. “Ele era muito ciumento. Minha filha já teve que sair de um emprego por causa dele”, lamentou. Lúcio ainda não foi localizado e a Justiça já decretou a prisão temporária dele.

O fato aconteceu na noite de sábado (6), em Paranaíba, distante 422 quilômetros de Campo Grande. Antes de atirar em Regianni, Lúcio invadiu uma casa e matou o suposto amante de sua mulher, o corretor de imóveis Fernando Enrique Freitas, 31 anos.

Por telefone, José contou que a filha, Regianni Araújo, 32 anos, era casada há mais de 10 anos com o policial militar e que ela já havia tentando se separar dele. “Apesar de não dar atenção para a família, ele era muito ciumento e não a deixava ficar sozinha em casa. Os filhos tinham que estar juntos com a mãe o tempo todo”, disse. A mulher deixou um filho de 15 anos, fruto do primeiro casamento, e um menino de 8 anos, filho do casal, que presenciou o crime. Ela trabalhava numa concessionária de veículos. Lúcio é lotado no posto da PMA (Polícia Militar Ambiental) no município de Aparecida do Taboado. Fernando deixou uma filha de 1 ano.

Segundo José, no dia que ocorreu o duplo assassinato estava chegando de viagem quando recebeu a notícia. O crime aconteceu na casa dos pais de Lúcio. “Os pais dele estão derrotados. Eles se ajoelharam pedindo perdão pra gente. Não tenho o que falar deles. A família é muito gente boa e vai precisar da nossa ajuda, do nosso consolo também. Eles presenciaram minha filha sendo morta. O pai dele tentou evitar, desarmá-lo, mas não teve jeito. Só quero que ele (o policial) seja preso pelos crimes que cometeu”, desabafou.

Quanto ao suposto caso extraconjugal entre Regianni e Fernando, José disse que não conhecia o rapaz. Segundo ele, ficou sabendo apenas que Fernando fazia parte do grupo de pedal que a filha participava. “Minha filha não podia ter amizade com ninguém. Uma vez ele a fez sair de um emprego por ciúmes de um colega dela”, lembrou. Lúcio vai responder por homicídio qualificado por motivo fútil, feminicídio e violência doméstica.

Duplo homicídio - O crime aconteceu por volta das 20h15 de sábado, depois que o policial recebeu prints de conversa trocadas em mensagem que seriam da esposa com um corretor de imóveis da cidade. O policial resolveu vasculhar o celular da mulher e não encontrou qualquer evidência de traição. Mesmo assim, saiu à procura do homem, que estava na casa da sogra. Ele atirou no tórax e nas costas de Fernando. No imóvel, foram encontrados cinco cápsulas de munição.

Depois, o policial foi até a casa dos pais, onde a mulher estava deitada no sofá e a matou. O crime aconteceu na frente de várias pessoas, inclusive do filho do casal. O policial fugiu no carro do pai, um Fiat Siena branco (com placa OOL 3487) e até a manhã desta segunda-feira (7) não havia sido localizado.